

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Fabiana Reis Ribeiro Campos

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA
EDUCACIONAL DE IMPERATRIZ (MA)**

Taubaté – SP
2016

Fabiana Reis Ribeiro Campos

**ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA
EDUCACIONAL DE IMPERATRIZ (MA)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araújo.

**Taubaté – SP
2016**

FABIANA REIS RIBEIRO CAMPOS

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA EDUCACIONAL DE IMPERATRIZ (MA)

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: __/__/__

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Elvira Aparecida Simões de Araújo
Orientadora
Assinatura: _____

Universidade de Taubaté

Prof^a Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof^a Dra. Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz

Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Assinatura: _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Alberto Ribeiro e Miriam Ribeiro, educadores há mais de 30 anos, que me ensinaram a amar a educação e a docência como profissão.

Ao meu esposo, Ubiracy Campos, que me inspira diariamente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de continuar meus estudos.

À minha orientadora, prof^a Dra. Elvira Aparecida Simões de Araújo, por ser muito mais do que professora e orientadora, e por todas as considerações feitas durante a construção deste trabalho.

Aos estudantes e gestores das escolas participantes desta pesquisa, que muito contribuíram para a realização deste estudo.

Aos professores do MGDR - UNITAU, em especial à prof^a Dra. Marilsa de Sá Rodrigues, que me inspiraram para a realização deste trabalho.

Aos coordenadores do MGDR - UNITAU, Dr. Edson Querido e Dr. José Luís Gomes da Silva, por oportunizar a realização de uma turma de mestrado profissional em Imperatriz (MA).

Aos colegas de MGDR, pela oportunidade de conviver e aprender com profissionais dedicados, comprometidos e unidos em um *barquinho que navegou até um porto seguro*: a conclusão do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Aos meus amigos e colegas de trabalho do Colégio Santa Luzia, que me deram suporte durante minhas ausências na escola para que eu desenvolvesse com serenidade as atividades de pesquisa.

À minha família, que sempre apoiou e financiou os meus sonhos e projetos de vida, especialmente aos meus pais, Alberto e Miriam, e às minhas irmãs, Ariane e Brigitty.

Ao meu parceiro de todas as horas, meu esposo Ubiracy Campos, pela paciência, serenidade e cumplicidade.

A escolha profissional é uma peça de uma engrenagem muito mais ampla que é a própria construção da vida”.

Maria A. M. Neves e Maria L. G. Teixeira

RESUMO

A escolha profissional é um processo evolutivo que perpassa prioritariamente pelo autoconhecimento e pela compreensão do mundo do trabalho. É um processo contínuo que vai da infância à vida adulta. A orientação profissional tem importância crescente na sociedade atual, diante dos desafios do empreendedorismo e da empregabilidade. Acredita-se, portanto, que favorecer a construção de um projeto de vida, ainda na escola, possa permitir uma escolha profissional mais assertiva nesse mundo de constantes mudanças. Diante disso, este estudo pretende traçar um panorama da orientação profissional no sistema educacional de Imperatriz (MA). O estudo sobre orientação profissional nas escolas de ensino médio do Município é importante, pois o processo de escolha profissional é um dos grandes e primeiros desafios da vida dos adultos jovens. É um aspecto importante a implementação de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, bem como de políticas que visem estimular a empregabilidade ativa, contribuindo nessa perspectiva para o desenvolvimento regional. O método aplicado neste estudo é o da pesquisa documental e de campo, do tipo levantamento. A pesquisa é exploratória, com análise documental e aplicação de questionário a alunos e gestores de escolas de nível médio de Imperatriz (MA). Foi realizada análise estatística e os resultados estão apresentados em forma de textos, figuras e tabelas. Após a análise documental percebeu-se a inexistência de diretrizes nacionais, estaduais e municipais que norteiem a prática da orientação profissional na educação básica. Há um consenso entre gestores e alunos quanto à importância da prática de orientação profissional na escola, entretanto a orientação profissional nas escolas de ensino médio de Imperatriz apresenta-se fragilizada pela ausência de sistematização e de planejamento para realização de atividades diversificadas e periódicas que oportunizem ao jovem momentos de vivência e de reflexão sobre o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Gestão Educacional. Orientação Profissional.

ABSTRACT

CAREER COUNSELING IN THE EDUCATIONAL SYSTEM IMPERATRIZ (MA)

The career choice is an evolutionary process that permeates primarily by self-knowledge and understanding of the working world. It is a continuous process from childhood to adulthood. Career guidance has increase its importance in today's society, facing the challenges of entrepreneurship and employability. It is believed, therefore, that favor the construction of a life project, still in school, can allow a more assertive professional choice in this world of constant change. Thus, this study aims to give an overview of vocational guidance in the education system of Imperatriz (MA). The study on vocational guidance in high schools of the county is importante, because the process of professional choice is one of the great and first challenges of the young adults lives. It is an important aspect the implementation of learning strategies throughout life, as well as policies to encourage active employability, contributing in this perspective for regional development. The method applied in this study is the documentary and field research, the survey type. The research is exploratory, with documentary analysis and application of questionnaire to students and high schools managers of Imperatriz (MA). Statistical analysis was performed and the results are shown in form of text, figures and tables. After the documentary analysis was noticed the absence of national directrix, state and local guidelines to guide the practice of vocational guidance in basic education. There is a consensus among managers and students on the importance of practice vocational guidance at school, though the vocational guidance in high schools of Imperatriz presents weakened by the lack of systematization and planning for implementation of diversified and periodic activities that nurture to young moments of experience and reflection on the work's world.

Keywords: Regional Development. Educational management. Professional guidance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferentes Abordagens da Orientação Profissional	p. 39
Quadro 2 - Cursos de graduação presencial nas IES de Imperatriz (MA)	p. 94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Censo Escolar 2014 – Dados de Imperatriz (BRASIL, 2014b).	p. 55
Tabela 2 - Taxa de analfabetismo - Pessoas de 15 anos ou mais anos de idade	p. 71
Tabela 3 - Ideb do Ensino Fundamental de Imperatriz (MA) – Anos finais	p. 72
Tabela 4 - Matrícula do Ensino Médio, por dependência administrativa 2003 a 2013 no município de Imperatriz (MA)	p. 73
Tabela 5 - Caracterização das escolas participantes da pesquisa quanto à dependência administrativa, área, ao censo escolar, à participação no estudo e ao Inse.	p. 75
Tabela 6 - Caracterização das escolas quanto aos indicadores do Enem	p. 76
Tabela 7 - Comparativo da classificação econômica por categoria de escola e amostra em porcentagem	p. 84
Tabela 8 - Estrato socioeconômico e renda domiciliar média	p. 85

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Organograma síntese do referencial teórico do trabalho (2015). p. 51
- Figura 2 - Inse por grupo de escolas participantes do ENEM 2013 p. 85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desempenho dos estudantes nos Anos Finais – Prova Brasil / 2011	p. 72
Gráfico 2 - Nível de escolaridade atual dos gestores	p. 77
Gráfico 3 - Frequência de instrumentos utilizados na orientação profissional nas escolas	p. 81
Gráfico 4 - Temas trabalhados na orientação profissional	p. 82
Gráfico 5 - Amostra por gênero	p. 83
Gráfico 6 - Amostra por escola	p. 83
Gráfico 7 - Comparativo da CCEB da amostra em percentuais	p. 84
Gráfico 8- INSE das escolas pesquisadas	p. 86
Gráfico 9 - IDHM de Imperatriz(MA) (BRASIL, 2014)	p. 86
Gráfico 10 - Perspectivas pós-conclusão do Ensino Médio	p. 87
Gráfico 11 - Pais e escolha profissional	p. 89
Gráfico 12- Importância das informações sobre escolha profissional	p. 90
Gráfico 13 - Participação da OP nas escolas	p. 90
Gráfico 14 - Atividades de OP na escola	p. 91
Gráfico 15- Frequência de participação nas atividades de orientação profissional na escola	p. 92
Gráfico 16 - Curso técnico e mercado de trabalho na região Tocantina como tema de orientação profissional	p. 93
Gráfico 17- Auxílio na escolha profissional pela orientação profissional	p. 94
Gráfico 18 - Escolha profissional definida	p. 95
Gráfico 19 - Influência na escolha profissional	p. 98
Gráfico 20 - Influência na escolha profissional – categorias outros	p. 99
Gráfico 21 - Motivação para a escolha profissional	p. 99
Gráfico 22 - Escolha profissional e local de realização do Ensino Superior	p.101
Gráfico 23 - Intenção de trabalhar na cidade de Imperatriz ou Região Tocantina	p.102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos Específicos.....	17
1.3	Delimitação do Estudo.....	17
1.4	Relevância do Estudo.....	19
1.5	Organização do Trabalho.....	20
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1	Desenvolvimento.....	21
2.2	Desenvolvimento Regional.....	24
2.3	Educação e Desenvolvimento Regional.....	26
2.4	Trabalho e Escolha Profissional.....	30
2.5	Orientação Profissional.....	33
2.5.1	Definições.....	33
2.5.2	Teorias da Orientação Profissional.....	35
2.5.3	Abordagens em Orientação Profissional.....	37
2.5.4	Papel da Família e do Orientador Profissional.....	39
2.5.5	Panorama da Orientação Profissional.....	41
3	MÉTODO.....	51
3.1	Tipo de Pesquisa.....	51
3.2	Área de Realização.....	52
3.3	População e Amostra.....	54
3.4	Instrumentos.....	55
3.5	Procedimentos de Coleta de Dados.....	56
3.6	Procedimentos de Análise de Dados.....	56
4	RESULTADOS.....	58
4.1	Legislação Educacional Brasileira.....	58
4.1.1	Lei 5692/71.....	59
4.1.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96.....	62
4.1.3	Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.....	63
4.2	Diretrizes curriculares da educação básica do estado do Maranhão.....	66
4.3	Plano Decenal de Educação de Imperatriz.....	68
4.4	Resultados dos Questionários Aplicados aos Gestores das Escolas.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104
	APÊNDICE B – Questionário PARA Gestores.....	116

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ocupa a maior parte do tempo da vida das pessoas. É essencial a sua escolha ser consciente e coerente com os interesses pessoais, para que seja realizado de maneira eficaz e prazerosa, uma vez que as consequências dessa decisão individual são coletivas e trazem inúmeras implicações sociais (SOARES, 2002).

A escolha profissional envolve um processo evolutivo e contínuo que vai da infância à vida adulta e perpassa, prioritariamente, pelo autoconhecimento e compreensão do mundo do trabalho.

Como a função precípua da educação básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2013b, p.168), esse momento de transição entre a adolescência e a vida adulta apresenta-se com vários caminhos, dentre eles: i) a continuidade dos estudos em nível superior; ii) a formação técnica ou profissionalizante; e iii) a imediata inserção no mercado de trabalho.

A criança, nos seus primeiros anos, antecipa a vida adulta com jogos e brincadeiras, imitando situações do cotidiano que geralmente envolvem o trabalho daqueles que a cercam. Na adolescência, o jovem se depara com a necessidade de realizar a escolha profissional juntamente com os anos finais da educação básica, ou seja, no ensino médio (ALVIM; MENIN, 2012).

Cabe à escola e à família garantir, aos jovens, sólida formação cultural, favorecendo a formação de uma consciência individual e coletiva dos significados e contradições presentes no mundo do trabalho, permitindo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de cooperação, solidariedade e justiça, que contribuirão significativamente para a sua inserção no mundo de trabalho (BRASIL, 2013b).

Uma escolha profissional saudável e responsável perpassa pela conciliação de muitos aspectos no trabalho e na profissão, que resulta em um processo de realização pessoal, com a percepção de ser capaz, competente, realizado, útil para si próprio e para os demais e de prover o próprio sustento (RAPPAPORT, 2001).

O amadurecimento do processo de escolha profissional no período da adolescência “possibilita maiores realizações pessoais, mais expressão da criatividade e participação mais ativa nos movimentos sociais, científicos e culturais que levam a gradativas mudanças das ideias e da qualidade de vida da sociedade” (RAPPAPORT, 2001, p. 62).

A orientação profissional pode contribuir para a compreensão de que o trabalho é uma atividade vital humana, que permite a transformação da realidade pessoal e social (PASQUALINI; GARBULHO; SCHUT, 2004). “A ausência deste tipo de discussão no espaço escolar pode resultar em alunos despreparados para um planejamento que viabilizem seus projetos de vida” (ALVIM; MENIN, 2012, p. 237).

A falta de informações sobre a orientação profissional no sistema educacional brasileiro provoca um questionamento referente à realização dessa prática nas escolas, especialmente no sistema educacional de Imperatriz (MA), a segunda maior cidade do estado do Maranhão, localizada no sudoeste do Estado, no nordeste do Brasil, que demograficamente só perde para a capital, São Luís.

Diante de um número populacional expressivo e do pujante crescimento econômico, acredita-se que a formação educacional dos participantes dessa sociedade possa proporcionar uma melhora significativa no desenvolvimento regional.

O crescimento da cidade se dá concomitantemente com a expansão do sistema educacional, inclusive do ensino superior (FRANKLIN, 2003; SANCHES, 2008). A educação é um dos setores que mais cresceram em Imperatriz na década de 2000 e é responsável por projetá-la.

Atualmente a cidade é considerada um polo educacional da região Tocantina¹, ratificando o pressuposto de que a educação formal de uma sociedade pode ser percebida como geradora e produto do processo de desenvolvimento.

Imperatriz apresenta uma rede escolar ampla, constituída por escolas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, e privadas, além e parceiras público-privadas, conveniadas com o Município.

O sistema educacional público municipal é constituído atualmente por 152 estabelecimentos escolares, que atendem 42.582 estudantes em creches, escolas de educação infantil e ensino fundamental (IMPERATRIZ, 2015).

¹Região que reúne municípios do sudoeste do Maranhão, norte do Tocantins e sul do Pará, com a população flutuante em torno de um milhão de habitantes (SOUSA, 2009).

Na rede estadual de educação são contabilizadas 41 escolas, que atendem 10.448 alunos no ensino médio. A rede federal é composta somente por uma escola, que atende 459 alunos no ensino médio integrado com o ensino técnico. A rede privada de ensino atende 1.834 alunos em 12 escolas também de ensino médio (BRASIL, 2014).

A educação, como um dos três pilares do índice de desenvolvimento humano, (IDH), pode favorecer o desenvolvimento de uma região na medida em que eleva a média de anos na educação de adultos e o total de anos de escolaridade de uma criança (BRASIL, 2013b).

Dados da Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz revelam que a cidade apresenta uma boa evolução dos indicadores sociais, como:

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): em 2010 de 0,731, considerado alto, com intervalo de 0,700 a 0,799);
- expectativa de vida ao nascer de 73,2;
- renda *per capita* média, a preços correntes de 2011, de R\$ 9.872,68;
- mortalidade infantil de crianças com menos de um ano, nascidas vivas, de 19,5 por mil em 2010; e
- bons indicadores educacionais (IMPERATRIZ, 2015).

O acesso à educação pode proporcionar transformações relacionadas com os indicadores de desenvolvimento, além de possibilitar aos estudantes maior autonomia em relação às suas escolhas e busca pela melhoria nos aspectos políticos e sociais (BRASIL, 2013a).

Um dos expoentes do tema desenvolvimento, Sen (2010, p.16) afirma que “o desenvolvimento requer que se renovem as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática”.

A UNESCO recomenda que a educação continuada seja uma política dos governos para o desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento, centrada na inclusão universal ao direito de participação qualificada no sistema produtivo (LASSANCE; MELO-SILVA; BARDAGI; PARADISO, 2007).

Em 2000, a União Europeia declarou como princípio, no ‘Memorando sobre Educação Continuada’, a educação continuada e inclusiva, tornando a orientação uma ferramenta fundamental (JENSCHKE, 2003).

As experiências, os gostos e aptidões demonstrados pelas crianças e jovens ao longo da trajetória escolar permitem aos educadores, sejam eles psicólogos, pedagogos ou professores, um olhar diferenciado sobre o projeto de vida desses alunos, assim como intervir no sentido de orientar e ampliar o seu contato com o mundo do trabalho, para que possam realizar um processo de escolha profissional consciente (BRASIL, 2013b).

Credita-se no investimento na educação e formação das pessoas uma ação estratégica de desenvolvimento regional. Dessa forma, destaca-se a escola como agente importante para o desenvolvimento dos processos de orientação profissional para crianças e jovens em idade escolar, sendo a instituição que deve preparar futuros trabalhadores, desde a mais tenra idade até o início da vida adulta.

1.1 PROBLEMA

Como a formação de um bom profissional perpassa pela formação de indivíduos competentes e criativos desde a escola, a legislação brasileira prevê que a preparação para a vida profissional seja uma das funções do ensino básico.

Os adolescentes, de forma geral, sentem uma enorme insegurança no momento em que precisam finalmente decidir sobre o futuro, e as instituições de ensino pouco têm contribuído de fato para favorecer o desenvolvimento e amadurecimento da escolha profissional.

Em sua maioria, os estudantes de escolas públicas e privadas não dispõem de informações suficientes para tecer escolhas nessa fase da vida, nem sobre os cursos superiores nem sobre seus interesses profissionais (DIAS; SOARES, 2012).

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de abordar esse tema nesta pesquisa, que visa responder à seguinte questão: como se caracteriza o processo de orientação profissional nas escolas de ensino médio de Imperatriz (MA)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Traçar um panorama da orientação profissional em escolas de ensino médio da cidade de Imperatriz (MA).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Averiguar como se dão os processos de orientação profissional em escolas de ensino médio de Imperatriz (MA).
- Relatar as percepções dos estudantes e gestores das escolas de ensino médio acerca da orientação profissional em Imperatriz (MA).
- Discutir o papel das escolas de ensino médio na construção de projetos profissionais para os alunos.
- Refletir sobre a pertinência da inclusão do tema 'desenvolvimento regional' nas atividades de orientação profissional nas escolas.

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo foi realizado no sistema educacional de Imperatriz (MA). Cidade sede da região Metropolitana² do sudoeste Maranhense, a cidade se estende pela margem direita do rio Tocantins, é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o estado do Tocantins com o Pará (IMPERATRIZ, 2015).

Imperatriz faz parte da denominada Região Tocantina, considerada uma área territorial localizada nas proximidades do rio Tocantins, que abrange as localidades do centro-sul do estado do Maranhão, do extremo norte do Tocantins e do sul e sudeste do Pará (SOUSA, 2009).

²A Região Metropolitana de Imperatriz foi criada pela Lei Complementar Estadual n° 89 de 2005. É formada pelos municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos e Ribamar Fiquene. A população total estimada em 2014 era de 419.536 habitantes (SÃO LUIS, 2005).

Imperatriz é um importante entroncamento comercial, energético e econômico, e é, ainda, o segundo maior centro populacional, econômico, político, cultural e educacional do Maranhão. Por força de seu grande desempenho nos setores do comércio e da prestação de serviços, a cidade tem o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão e 217º do Brasil, com PIB de R\$ 2.000.735,00 milhões (IMPERATRIZ, 2011).

Considerados os indicadores socioeducacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2014), no ano de 2013 o número de alunos em Imperatriz foi de 5385 matriculados em creches, 7494 alunos em pré-escolas, 40.845 no ensino fundamental e 12.741 no ensino médio regular, nas áreas urbana e rural, em 41 escolas, totalizando 22 públicas e 19 privadas.

A partir da década de 2000, com a expansão do ensino superior, a cidade tem se configurado cada vez mais como polo universitário e conta com oito instituições: três públicas, UFMA e IFMA (federais) e UEMA (estadual), e cinco privadas (FACIMP, FEST, PITÁGORAS, UNICEUMA e UNISULMA), que ofertam ensino presencial regular, atendendo a população local e regional que antes precisava migrar em busca de formação superior em outros centros mais desenvolvidos.

O aumento da oferta de ensino superior potencializa a implantação de grandes empreendimentos que veem na cidade o potencial de formação de mão de obra especializada e de aceleração do desenvolvimento socioeconômico e cultural (FRANKLIN, 2003).

Este estudo não pretende comparar abordagens metodológicas adotadas pelas escolas nos programas de orientação profissional realizados na cidade de Imperatriz, tampouco será investigada a existência de programas de orientação profissional em escolas de ensino fundamental, cursos técnicos, ensino superior, modalidade de educação de jovens e adultos.

Fazem parte da pesquisa escolas de ensino médio regular, urbanas, do sistema educacional de Imperatriz, de acordo com os dados fornecidos pelo INEP.

1.4 Relevância do Estudo

A importância e a relevância do tema 'Orientação Profissional no Sistema Educacional' está na possibilidade de esse processo facilitar a escolha de um dos grandes pilares da vida das pessoas – o trabalho – aquele que pode ser fruto de alegria, realização ou frustração. Favorecer a construção de um projeto de vida, ainda na escola, pode permitir uma escolha profissional mais assertiva neste mundo de constantes mudanças.

O estudo sobre orientação profissional nas escolas de ensino médio de Imperatriz é importante, pelo fato de o processo de escolha profissional ser um dos grandes e primeiros desafios da vida dos adultos jovens, um aspecto importante na implementação de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, bem como de políticas que visem estimular a empregabilidade ativa, contribuindo nessa perspectiva para o desenvolvimento regional em tempos de incertezas e crise econômica no Brasil.

Acredita-se que a educação básica, a orientação profissional, e a formação continuada possam contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento regional, uma vez que a educação torna as pessoas mais produtivas e isso pode se refletir na qualificação profissional, nível de satisfação pessoal e ampliação da qualidade de vida das pessoas que formam uma sociedade.

A partir desse pressuposto é que a pesquisadora, profissional de Educação Física e Fisioterapeuta, com atuação na cidade de Imperatriz na gestão de uma instituição privada de educação básica, de um curso de bacharelado em fisioterapia, e membro da diretoria de assuntos sociais da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII) e da Câmara Temática de Educação e Cultura do Comitê Socioeconômico de Imperatriz, coordenado pela Federação das Indústrias do estado do Maranhão (FIEMA) e ACII, aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional na UNITAU, procurou realizar esta dissertação com a temática referente à orientação profissional, educação e desenvolvimento regional.

Espera-se, com esta pesquisa, conhecer como o processo de orientação profissional vem sendo realizado em Imperatriz, para, a partir das informações, obter subsídios para construção de políticas públicas que integrem as esferas da educação, serviço social e trabalho em prol da construção de um programa de

orientação profissional para jovens imperatrizenses, que seja desenvolvido ao longo da vida escolar, permitindo não só a profissionalização, mas uma transição segura, planejada e assertiva para a integração à sociedade de forma produtiva, por meio do trabalho.

1.5 Organização do Trabalho

A pesquisa está organizada em cinco seções. A primeira traz a delimitação do tema 'Orientação Profissional no Sistema Educacional de Imperatriz'; o problema; os objetivos; e a justificativa da pesquisa.

A revisão de literatura, na segunda seção, aborda os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento regional, desenvolvimento regional e educação, relação de trabalho e escolha profissional, orientação profissional: definições, teorias, abordagens, papel da família e panorama da orientação profissional no Brasil.

Em seguida descreve-se, na terceira seção, o método. Na quarta seção apresentam-se os resultados e a discussão. A quinta seção encerra o estudo com as considerações finais. Por fim, apresentam-se as referências e os apêndices, que trazem os instrumentos utilizados na pesquisa para coleta dos dados, e os anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento

A segunda metade do século XX foi considerada como a Era do Desenvolvimento. A importância dada ao desenvolvimento era tão grande que se tornou uma das preocupações centrais, juntamente com os direitos humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU) (SACHS, 1998).

As definições e olhares descritos na literatura sobre o tema desenvolvimento são diversos e até contraditórios, portanto defini-lo torna-se uma tarefa complexa e desafiadora.

A origem do conceito de desenvolvimento surgiu na biologia, no processo de evolução dos seres vivos, passando pela concepção de transformação com as ideias de Darwin, sendo visto como um movimento na direção da forma mais apropriada (SANTOS, *et al*, 2012).

O dicionário de economia de Sandroni (1999) apresenta o conceito de crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica.

O crescimento econômico é definido, basicamente, pelos índices de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, pelo crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

A definição de desenvolvimento econômico considera o crescimento econômico, o aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*, acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura da economia.

Uma vez que foi superada a ideia de que somente o crescimento econômico seria suficiente para promover o desenvolvimento, foi acrescido ao termo desenvolvimento econômico os conceitos de social, cultural, político, sustentável, regional e humano (SACHS, 1998).

No estudo 'Desenvolvimento: um conceito multidimensional', Santos *et al* (2012) analisam o desenvolvimento sob as dimensões econômica, política e social,

considerando o termo multidimensional e interdisciplinar, e apresentam diversas conclusões sobre o seu significado. Dentre elas destacam-se:

- I. O desenvolvimento representa uma estratégia de reprodução do capital e de controle social, cuja finalidade consiste em corrigir distorções econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista.
- II. O desenvolvimento representa uma transformação, uma mudança das formas convencionais de pensar e agir, as relações sociais de produção, distribuição e consumo numa dada sociedade.
- III. O desenvolvimento é um termo multidimensional e interdisciplinar, portanto, não pode ser medido apenas na perspectiva de uma única dimensão: a econômica.
- IV. O desenvolvimento requer uma gestão participativa, em que a sociedade, a comunidade, a família e o indivíduo sejam protagonistas e não espectadores da ação do mercado ou do Estado.

O desenvolvimento pode ser entendido como um meio para possibilitar a evolução das potencialidades do homem, por isso a sua compreensão deve ser ampla e abranger conceitos da vida econômica, política, social e cultural da sociedade, com a função primordial de promover o bem-estar da humanidade (SANTOS, *et al*, 2012).

Para Silva (2014, p 13), “o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza”. É uma característica que distingue a espécie humana e explica a sua capacidade de adaptação, uma vez que é um processo de aprendizagem social que recorre à memória e à imaginação (SACHS, 1998).

O desenvolvimento, sob o ponto de vista econômico, consiste no aumento do fluxo de renda real, ou seja, o aumento da quantidade de bens e serviços, medido pelo tempo que uma determinada população pode usufruir (FURTADO, 2009).

No contexto político, o termo desenvolvimento surge pela primeira vez com Truman, presidente dos Estados Unidos da América (EUA), em 1949, juntamente com o termo subdesenvolvido, ao apresentar um programa de governo que visava o desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (SANTOS *et al*, 2012).

Na dimensão ambiental, o desenvolvimento é afetado pelo meio ambiente, dessa forma ganha o adjetivo sustentável, que foi definido pelo Relatório Brundtland (1987, p. 24) como:

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Em termos de libertação, o desenvolvimento passa pela libertação humana com relação à opressão material, desde que haja divisão equilibrada dos bens e a ausência dos problemas que a impedem de acontecer (SACHS, 1998).

A partir do conceito de desenvolvimento com liberdade, Sen procura demonstrar “que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2013, p. 16).

O autor reafirma que o enfoque nas liberdades humanas para compreensão do processo de desenvolvimento contrasta com visões mais restritas, vinculadas somente ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ao aumento de renda *per capita* e à industrialização.

Sen (2013) vê o desenvolvimento como expansão das liberdades significativas com a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destruição social sistêmica; negligência dos serviços públicos, intolerância, interferência excessiva de estados repressivos.

Dessa forma, o PNB e a renda das pessoas seriam meios de expandir as liberdades desfrutadas pela sociedade, mas não determinam, isoladas, o processo de desenvolvimento.

Para explicar melhor o conceito de desenvolvimento pode ser usado o termo produtividade social, definido não apenas como a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços em uma determinada comunidade em um certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo.

Assim, por exemplo, a produção de bens de luxo para as famílias deve ser questionada quanto ao benefício que propicia para o conjunto da população, pois a locação de fatores de produção escassos para a realização desses bens poderia ser

aplicada na elaboração de outros bens e serviços essenciais para muitas outras pessoas (VIEIRA, 2009).

Existem também definições quanto à dimensão do desenvolvimento, podendo ser definido quanto ao aspecto geográfico, tal como o desenvolvimento regional, ou seja, um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela (SANTOS *et al*, 2012).

A regionalização pode ser o ponto de equilíbrio entre as diversas esferas e a promoção do desenvolvimento por meio do bem-estar social e respeitando o meio ambiente e a regionalização, com transformações no modo de vida das pessoas, nas estruturas e instituições locais de forma a promover o protagonismo do seu desenvolvimento (BRASIL, 2013a).

O tema desenvolvimento regional será tratado com mais profundidade a seguir.

2.2 Desenvolvimento Regional

Somente há pouco tempo a geografia começou a ser valorizada nos estudos sobre economia. Lemos (2006) explica que a razão da recente valorização do aspecto geográfico na economia está na mudança da agenda de pesquisa de alguns autores da nova geografia econômica e da abordagem do desenvolvimento pelas falhas de coordenação, com a crescente percepção do papel crítico dos retornos crescentes de escala como fator endógeno do processo de concorrência e crescimento econômico.

A definição de desenvolvimento regional é muito complexa, na medida em que o conceito de região é muito diverso, podendo ser definido pela delimitação espacial, ambiental, econômica, política e/ou cultural. Quantificar o desenvolvimento, principalmente na esfera regional, é outra tarefa difícil, sendo necessárias análises diferenciadas que vão além da esfera econômica (VIEIRA, 2009).

O desenvolvimento regional perpassa pela questão cultural e de valores que se consolidam e dão identidade a uma determinada região. Acrescenta Vieira (2009, p. 23):

Pensar o espaço regionalizado em uma perspectiva histórica significa discutir os usos e encaminhamentos do problema a partir de contribuições não somente da história, mas também das várias ciências sociais, com destaque para a Geografia e a Economia. A região tem uma dimensão técnico-econômico-cultural. Não podemos fazer uma análise da região anacrônica, não respeitando as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A compreensão do desenvolvimento de um país depende do conhecimento dos seus desníveis regionais, e a influência direta na migração populacional e no capital, ampliando as diferenças entre essas regiões (VIEIRA, 2009).

De acordo com Vieira (2009), a política de desenvolvimento regional deve ser pensada além da economia, em busca do ideal de produtividade social⁴, do estabelecimento de valores culturais locais, nas relações sociais com o indivíduo, dando ênfase às políticas endógenas de desenvolvimento.

O aspecto cultural configura-se como um elemento importante no desenvolvimento regional, por contribuir de maneira única para cada região, portanto, as dinâmicas locais desenvolvidas ao longo da história têm forte relação com o desenvolvimento econômico endógeno (VIEIRA; SANTOS, 2012; SILVA; OLIVEIRA; ARAUJO, 2012).

Diante da complexidade para a identificação das potencialidades e vocações regionais, assim como os estrangulamentos e problemas locais, as três esferas de governo, federal, estadual e municipal, têm realizado esforços para suprir as demandas econômicas, sociais, ambientais e educacionais.

A urgência na identificação das potencialidades regionais se justifica, quando são adequadamente exploradas proporcionam as condições para o desenvolvimento sobre bases sustentáveis (BRASIL, 2013a).

Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 93) afirmam que

O potencial produtivo de uma região pode estar relacionado com sua posição geográfica em relação a mercados e portos, a experiência produtiva prévia, com as lideranças empresariais, com o conhecimento acumulado, com a existência de infraestrutura acadêmica-universitária e de pesquisa, com o mercado de trabalho, com a infraestrutura de transportes, com a existência de serviços urbanos, etc. Por sua vez o potencial produtivo não é estático, podendo ser alterado pelas próprias mudanças tecnológicas e de perfil de demanda (...).

Os autores enfatizam, também, que a identificação das prioridades regionais deve ser baseada no conhecimento local acumulado nas empresas e universidades,

⁴ Segundo Vieira e Santos (2012), Produtividade social, tão importante quanto a quantidade e a qualidade da produção de bens e serviços, feita por uma determinada comunidade num certo período, é também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e o modo como são distribuídos.

e, se necessário, identificada por meio de pesquisas de consulta popular (DINIZ; SANTOS; CROCCO, 2006).

Dessa forma, o estudo do desenvolvimento econômico regional no Brasil deve acontecer a partir de uma análise histórica da estruturação das regiões, e não exclusivamente por modelos econômicos e suas inter-relações com variáveis como sustentabilidade e crescimento econômico.

Uma vez que a origem do conceito de desenvolvimento econômico regional considera a dinâmica local na perspectiva histórica e estratégica para compreensão dos fatores a ele relacionados, a cultura regional e os fatores que determinam o desenvolvimento podem ter impactos diferentes em determinadas regiões (VIEIRA; SANTOS, 2012).

2.3 Educação e Desenvolvimento Regional

A educação permeia o processo de desenvolvimento como importante agente promotor e indicador avaliativo. As transformações na sociedade causadas pela globalização e pelos avanços na área da tecnologia causam incertezas no mercado de trabalho, que exige adaptabilidade e ajustes na qualificação do trabalhador por substituir, em parte, a mão de obra altamente especializada, dadas a versatilidade e as múltiplas habilidades interpessoais e sociais do trabalhador, que além de qualificação contínua e aprimoramento carece de orientação (JENSCHKE, 2003).

No desenvolvimento regional isso ainda é mais marcante. Segundo Diniz, Santos e Crocco (2006), o sucesso produtivo e comercial depende do aumento do conteúdo de conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços de uma determinada localidade. Nessa perspectiva, o sucesso econômico de uma empresa perpassa pela sua capacidade de aprender e de inovar por meio da pesquisa.

Em oposição aos modelos de crescimento neoclássicos, a teoria do capital humano atribui à qualificação profissional e ao nível de instrução da população o progresso tecnológico, que em paralelo com o empreendedorismo tem maiores chances de êxito quando o elemento humano está bem preparado e qualificado (VIANA; LIMA, 2010).

Para Viana e Lima (2010, p.140),

(...) ao partir do pressuposto de que o capital humano, dimensionado pelo nível de educação, influencia significativamente no desempenho regional, considera-se que regiões que têm populações com maiores níveis de educação certamente terão maiores probabilidades de prosperidade. Em contrapartida, regiões com níveis inferiores tendem a ser mais estagnadas. Assim, o incentivo ao equilíbrio do capital humano entre as regiões diminui as disparidades econômico-regionais.

A ideia de investir em capital humano parte do princípio que uma força de trabalho instruída, com qualidade de vida, com acesso aos serviços sociais básicos e plena cidadania será mais produtiva e eficaz nas suas atividades. Tanto que as regiões cujo investimento em educação, saúde e acesso à alimentação são mais significativos tendem a auferir ganhos de produtividade ao longo do tempo. Além disso, se não houver incentivo ao equilíbrio do capital humano entre as regiões, haverá uma continuidade das disparidades econômico-regionais (VIANA; LIMA, 2010).

Os investimentos em capital humano, feitos pelo Estado e pelas empresas, podem gerar, em longo prazo, bem-estar social não só para a força de trabalho, mas para a sociedade de um modo geral (VIANA; LIMA, 2010).

Schafaschek (2008) afirma que os países que conseguem melhores resultados econômicos e sociais têm investido de maneira diferenciada na educação. As informações foram ratificadas pelo estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2007, em 16 países, com a afirmação de que os investimentos em educação, da básica à superior, produzem dividendos muito importantes.

O estudo conclui que nas duas últimas décadas os investimentos em capital humano podem ter contribuído com 0,5% para a taxa de crescimento anual desses países.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, divulgadas em 2013, no Brasil, busca-se a superação do dualismo entre ensino médio propedêutico e profissional. Isso ocorre de uma forma que a profissionalização, nessa etapa da educação básica, possa atender à contingência de milhares de jovens que, por uma condição social e histórica, precisam obter uma profissão qualificada já no nível médio.

Esses jovens têm, no acesso ao trabalho, uma perspectiva mais imediata, por interesse ou vocação, seja para exercício profissional seja para verticalização em estudos posteriores de nível superior (BRASIL, 2013b).

Diniz e Crocco (2006) enfatizam que no Brasil fazem-se necessárias: i) novas políticas de desenvolvimento regional, pautadas no reforço da capacidade de investimento; ii) criação de sistemas locais de pesquisa e inovação; iii) melhoria do sistema educacional; iv) melhoria da infraestrutura de transportes e telecomunicações; e v) reorientação do sistema de incentivos e subsídios.

A educação poderia, então, influenciar o desenvolvimento regional, por meio de pesquisas, inovação e investimento em capital humano, mas, para que isso aconteça, “a melhoria educacional, além de fazer parte de uma política horizontal e universal, deveria estar também orientada para as condições e potencialidades regionais” (DINIZ; CROCCO, 2006, p. 30).

Quando trata da educação profissional técnica de nível médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais brasileiras propõem que, além de outras atribuições, se adequem os cursos e estudos à vocação regional e às tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes (BRASIL, 2013b).

Consideradas as diversas dimensões econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica do desenvolvimento, Schafaschek (2008, p. 73) afirma que:

O desenvolvimento local acontece quando as potencialidades da comunidade são dinamizadas. Mas tal dinamização não passa apenas pela descoberta da vocação econômica do local; é preciso também que “um conjunto de fatores de desenvolvimento seja estimulado” possibilitando às pessoas “acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder”.

O investimento em educação pode se traduzir na formação de pessoas mais conscientes dos problemas regionais e da importância da sua atuação na sociedade, pois de acordo com Schafaschek (2008):

Precisamos criar comunidades voltadas para o aprendizado e para o ensino que capacitem os estudantes a orientarem o próprio aprendizado em prol de maior rigor e coerência; a aumentarem o comprometimento intelectual, social e emocional com os outros; e a favorecer abordagens dinâmicas e colaboradoras para o aprendizado que os possibilitem desenvolver métodos integrados e sérios de aquisição de conhecimentos. (...) Para estudantes de todas as idades, devemos criar comunidades voltadas para o aprendizado, que possam dar força, tempo e voz à indignação e à criatividade deles.

Schafaschek (2008) enfatiza, ainda, a importância do planejamento do desenvolvimento local a partir de diversos atores sociais, como população, governo, empresas e instituições, que, considerando o conceito de endogenia, trabalham em cooperação.

Diversos estudos realizados desde a década de 1990 buscaram identificar o porquê de algumas regiões se desenvolverem mais que outras, e concluíram que o diferencial estava na forma como elas se organizavam, nas relações sociais e como a sociedade se relacionava e enfrentava os problemas regionais.

A liberdade de participação política, de receber educação básica e assistência médica, não apenas contribuem para o desenvolvimento, mas também são cruciais para o fortalecimento e expansão das próprias liberdades constitutivas.

O desenvolvimento perpassa a educação ao possibilitar a ampliação da liberdade: o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2010).

Creditam-se no investimento na educação e na formação das pessoas uma ação estratégica de desenvolvimento para as regiões. Formar o jovem para atuar nessa nova sociedade, marcada por profundas mudanças e centrada no ser humano, exige um acesso mais amplo à educação pautada em valores, atitudes, políticas e práticas inclusivas.

Para Jenschke (2003, p. 38):

Essa nova abordagem holística para a educação combina a preparação para a vida e para o trabalho incluindo todos os domínios da aprendizagem e incorporando a aprendizagem geral e vocacional, como um *continuum* de conhecimento, valores, competências e habilidades. Sob essa perspectiva a orientação e o acompanhamento assumem um papel fundamental de habilitar pessoas para novas necessidades de aprendizagem e capacitá-las para equilibrar a vida, a aprendizagem e o trabalho.

Assim, o papel da orientação profissional e da carreira deveria ser ampliado para a preparação de estudantes e adultos, para que consigam enfrentar a possibilidade real de frequentes mudanças no mercado de trabalho, o que poderia incluir períodos de desemprego e emprego no setor informal (JENSCHKE, 2003).

Drucker (1998) destaca a importância do aprendizado frente aos desafios da inovação e do empreendedorismo como estratégia para o trabalhador enfrentar as crescentes exigências do mercado de trabalho, de forma que a educação continuada

e a reorientação tenham como foco, além do jovem, o adulto, visando o aprendizado permanente.

Com esses pressupostos, o autor sinaliza que a sociedade empreendedora será a forma de trazer progresso para a coletividade, com a promoção do social para todos, o que chamou de sociedade do conhecimento.

2.4 Trabalho e Escolha Profissional

Somente recentemente, considerando a história da humanidade, a escolha profissional, o sucesso na carreira e as aptidões pessoais passaram a ser alvos de investigação de muitos teóricos das áreas de educação, psicologia e administração.

Torna-se, neste momento, importante tecer algumas informações sobre os conceitos de trabalho e de profissão.

Para Soares (2002, p.98), “trabalho é qualquer atividade desenvolvida pelo homem ao produzir algo útil para a comunidade. O trabalho existe em razão do homem e para o homem. Sempre estará relacionado com algum benefício social”.

O trabalho também consiste na aplicação de uma determinada capacidade pessoal, com dispêndio de energia física, emocional e intelectual durante um período determinado de tempo (CBO, 2015).

O trabalho é parte integrante da vida de qualquer pessoa. A participação das pessoas na sociedade se dá mediante o trabalho realizado. Com frequência o trabalho tem representado, para os brasileiros, somente a possibilidade de sobrevivência e não uma possibilidade de realização e crescimento pessoal (SOARES, 2002).

A profissão é uma atividade de trabalho especializada, que supõe uma qualificação e preparação prévias. Pode não ser fixa, pois está associada à atividade que o trabalhador está exercendo no momento (CBO, 2015). Segundo Coutinho (1993, p. 119), “ a profissionalização faz com que as pessoas passem a participar diretamente do mundo do trabalho, deixando de ser apenas consumidoras para serem também produtoras”.

Nesse contexto, a escolha profissional pode ser considerada um momento em que o indivíduo reflete e articula seu projeto profissional, buscando determinar a sua relação produtiva com o mundo (COUTINHO, 1993).

A expectativa pela escolha profissional está intimamente ligada ao significado do trabalho para o indivíduo e para a família ou grupo ao qual pertence. Para Soares (2002), vocação não existe: o autor considera que ninguém nasce para uma coisa apenas. A escolha ou direcionamento para o trabalho sofre influências de vários determinantes, como a história pessoal e as oportunidades de vivência que irão influenciar as possibilidades futuras.

As consequências da escolha profissional podem trazer inúmeras implicações sociais, pois o trabalho ocupa grande parte do tempo de vida das pessoas. Exercer uma profissão com motivação e prazer pode trazer realização pessoal, além de promover a prestação de serviço de melhor qualidade à sociedade (SOARES, 2002).

A maioria das pessoas, entretanto, faz escolhas profissionais conhecendo muito pouco sobre a totalidade das atividades de trabalho, o que pode ser reflexo da ausência de uma preocupação sistemática da escola ou da família em ensinar a filhos ou alunos habilidades de tomada de decisão (LAMAS; PEREIRA; BARBOSA, 2008).

Um dos expoentes da teoria do capital humano, Schultz (1973) defende em seus estudos que além da necessidade de se investir em educação é importante realizar a orientação profissional para possibilitar ao indivíduo fazer uma melhor escolha, aquela que lhe dê maior retorno ao longo da vida.

O autor afirma, também, que para favorecer a igualdade entre os homens os investimentos em educação deveriam ser mais equitativos, mas que a responsabilidade de construção do capital humano, pela educação, é do indivíduo.

Para Coan (2011), os investimentos na educação não devem ser determinados somente por critérios capitalistas, considerando que a inserção social no mercado de trabalho não é somente consequência da formação e desempenho profissional. Com isso o autor critica a teoria do capital humano e a ideia de que, "(...) ao educar-se, o indivíduo estaria valorizando a si próprio, pois sua força de trabalho estaria mais preparada para atender as exigências do mercado" (COAN, 2011, p. 98).

A globalização dos mercados internacionais e seus efeitos no Brasil alteraram a estrutura do mercado de trabalho no que tange às trajetórias das carreiras profissionais, aos níveis salariais, ao funcionamento dos negócios e à própria natureza do trabalho e suas relações, mudando o paradigma de que as melhores oportunidades profissionais estão apenas nas grandes corporações industriais,

deslocando-se para as empresas de pequeno porte, que tenham forte espírito empreendedor (MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2005).

No Brasil, onde também o desemprego deixou de ser conjuntural para ser estrutural, a empregabilidade passou a ser uma necessidade e o negócio próprio, e, mais do que nunca, passou a ser uma opção de vida. Nesse contexto, sobreviverão as empresas e profissionais capazes de se adaptar rapidamente às transformações do mercado (MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2005).

No contexto de crise econômica e recessão iminente vale ressaltar a importância de políticas ativas de mercado de trabalho, desenvolvidas por três programas brasileiros voltados para a promoção de emprego: i) o Sistema Nacional de Empregos (Sine); ii) o Programa de Geração de Emprego e Renda (ProGer); e iii) o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os objetivos desses programas, segundo Pastore (2011, p. 60), são: “(...) combinar potenciais empregados com empregadores em busca de trabalhadores (intermediação de mão-de-obra); gerar emprego e renda, por meio de investimentos e de empréstimos; e fornecer treinamento profissional”.

Desde a implantação e funcionamento dos programas Sine, ProGer e FAT milhares de pessoas foram recolocadas no mercado de trabalho. Foram registrados, além do aumento de renda com o apoio do ProGer, treinamentos de nível médio promovidos pelo FAT, principalmente no período de aquecimento econômico do País registrado nos anos de 2010-2011 (PASTORE, 2011).

Diante disso, o aprendizado permanente, a busca contínua para elevar o nível de capacitação profissional, aliados a uma boa formação acadêmica, orientação e reorientação profissional podem facilitar a realocação ou recolocação e/ou a montagem do próprio negócio, num mundo em que o universo do emprego tradicional está diminuindo (MALHEIROS; FERLA; CUNHA, 2005).

Diante dos desafios de superar as crises no mercado de trabalho, sobretudo nos anos de 1990, marcados pelo aumento significativo no índice de desemprego e subemprego, a orientação profissional passou a se constituir um foco de interesse de profissionais de diferentes carreiras universitárias (MELO-SILVA; LASSANE; SOARES, 2004).

Um dos expoentes autores sobre orientação profissional, Bohoslavsky, (1971/1991), psicólogo argentino “trata a escolha como processo temporal, isto é, pressupõe mutabilidade do indivíduo e do mercado de trabalho e que carreiras

admitem potencialidades que podem ser desenvolvidas” (MELO-SILVA; LASSANE; SOARES, 2004, p. 40).

2.5 Orientação Profissional

2.5.1 Definições

Na literatura existe uma grande variedade de conceitos para orientação profissional. Para favorecer a comunicação entre a comunidade científica utiliza-se, neste estudo, a definição conceitual da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), que entende a prática da orientação vocacional ou profissional como uma ajuda aos indivíduos indecisos na avaliação do seu repertório comportamental e na tradução em escolhas vocacionais (ABOP, 2013).

Um grande expoente mundial na teorização da orientação profissional é Donald Super, que definiu a escolha profissional como um processo que ocorre ao longo da vida, passando por uma evolução em vários estágios (SPARTA, 2003). Pode-se dizer, portanto, que a orientação profissional não se caracteriza como uma decisão isolada, e sim configura-se como um processo contínuo, composto de várias decisões tomadas ao longo da vida (NEIVA, 2005).

A orientação profissional, segundo Soares (2002, p. 96), “é uma intervenção psicológica, com o objetivo de abordar a relação homem-trabalho nas suas mais diferentes concepções”, perpassando também pela escolha dos estudos, pelos conflitos no desempenho da profissão e pela reorientação da carreira.

Assim, tradicionalmente o termo orientação profissional ou orientação vocacional relaciona-se a um processo de ajuda, cujo objetivo principal é facilitar a reflexão do jovem em momentos de indecisão na escolha de sua carreira (SILVA, 2010).

Na literatura referente à escolha profissional, são utilizados os termos ‘orientação profissional’ e ‘orientação vocacional’ em alguns países e em estudos franceses (SOARES, 2002).

Na análise de teses e dissertações em orientação profissional, realizada na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 1969 a 2005, a nomenclatura mais encontrada nos resumos para

referir-se ao processo de escolha profissional foi orientação profissional (41%), seguida de orientação vocacional (10%), e em 32% dos casos nenhuma nomenclatura específica foi utilizada.

Outros termos utilizados em menor frequência foram: escolha profissional, aconselhamento de carreira, projeto profissional, orientação vocacional/orientação profissional (OV/OP) e interesse profissional (NORONHA, *et al*, 2006).

Soares (2002) propõe uma diferenciação que vai além da questão semântica das expressões orientação vocacional e orientação profissional:

Quando se fala em orientação vocacional, logo imaginamos como ela é representada pelas pessoas, no senso comum. Em geral ela é vista como uma orientação para uma profissão definida, feita por um especialista mediante testes que confirmaram esses resultados. Ao se pensar em orientação vocacional supõe-se a existência de uma vocação a ser descoberta a qualquer momento por alguém capacitado (SOARES, 2002, p. 119).

Para Soares (2002), no Brasil o termo mais utilizado é orientação profissional, considerado por ela o mais adequado, contemplando as dimensões do vocacional e do ocupacional (profissão) e aprofunda os temas que envolvem a identidade vocacional e profissional, ajudando as pessoas a encontrar as respostas dos porquês e do para quê da escolha de uma determinada profissão.

Esse processo deve ter caráter mediador e cooperativo entre um profissional, preparado teórica e tecnicamente, e um sujeito ou grupo de sujeitos que necessitem auxílio quanto à elaboração e consecução do seu projeto de vida profissional com todos os aspectos envolvidos do seu comportamento vocacional: conhecimento do seu processo de escolha; autoconhecimento; conhecimento do mundo do trabalho; e modelos de elaboração de projetos (RIBEIRO, 2003).

Pode ser realizado durante toda a vida, em todas as idades, com todos os sujeitos, e em todos os espaços de organização social:

A orientação profissional deve se preocupar em trabalhar a inserção do jovem no mercado de trabalho; auxiliar no planejamento do seu projeto de vida, criando estratégias alternativas ao seu papel tradicional de somente orientar jovens para a escolha de um curso superior, que há muito vem sendo posto em questão na literatura especializada; e possibilitar o acesso à informação profissional e ocupacional (RIBEIRO, 2003, pp. 148-149).

A orientação profissional deve ter como finalidade a promoção de saúde, buscando, entre outras coisas: i) ampliar a consciência que o indivíduo possui sobre a realidade que o cerca; ii) promover uma compreensão menos preconceituosa,

estereotipada e ideológica do mundo; e iii) instrumentalizar os indivíduos para uma atuação transformadora diante da realidade social (PASQUALINE; GARBULHO; SCHUT, 2004).

Para contribuir com a educação profissional e a transição da escola para o mundo do trabalho de maneira mais fluente, a orientação profissional deveria ser inserida em um contexto mais abrangente, como um cenário de atividades que vai além de auxiliar pessoas a tomar decisões no âmbito do trabalho (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

Deveria proporcionar ao adolescente ser ativo e autônomo no processo de escolha, entendendo que o papel do orientador é o de facilitar o processo de reflexão e autoconhecimento do jovem para que ele próprio possa elaborar seu projeto vocacional (BUENO, 2009).

2.5.2 Teorias da Orientação Profissional

Uma sistematização teórica é necessária para nortear o processo de orientação profissional, para isso Crites (1974) agrupou as teorias dessa área em três grupos: i) teorias não-psicológicas; ii) teorias psicológicas; e iii) teorias gerais.

As teorias não-psicológicas consideram que causas externas ao indivíduo determinam a escolha profissional, portanto inexistente a possibilidade de orientação durante o processo de escolha.

As teorias psicológicas englobam a teoria traço e fator; psicodinâmica, desenvolvimentista e teoria de decisão. As teorias gerais buscam entender a escolha profissional pelo determinismo interno (psicológico) e externo (aspectos socioeconômicos) (CRITES, 1974).

Com o surgimento da necessidade de escolha de uma profissão e com o aumento significativo dos processos de industrialização nasceu a psicologia vocacional, com a instalação, em 1902, do primeiro escritório de orientação profissional em Munique (NEIVA, 2013).

Neiva (2013) cita que até 1950 o período foi marcado pela psicometria, que se traduziu na busca de colocar o homem certo no trabalho certo, com o objetivo de

ajustar as aptidões e os interesses às oportunidades profissionais. Nessa época, a Teoria de Traços e Fatores⁵ resumia o determinismo vocacional que imperava.

A partir de 1950, três correntes teóricas se destacaram na psicologia vocacional: Psicodinâmica, Desenvolvimental e Decisional.

Nas teorias psicodinâmicas o fator mais decisivo na escolha está associado ao aspecto motivacional. Para Bock (2006, p. 32), “(...) estas teorias representam uma superação da visão inatista da personalidade, pois é a partir da relação dos impulsos com meio que as pessoas constituem sua individualidade”. Para Neiva (2013) essa teoria tem como autores expoentes Rodolfo Bohoslavsky (1998), Meadow (1955) e Bordin, Nachmann e Segall (1963).

As teorias desenvolvimentistas surgiram a partir de 1950 como alternativa à teoria traço e fatores. Faz uma crítica à concepção de momento de escolha e defende a concepção de um processo de desenvolvimento vocacional que pode durar toda a vida (BOCK, 2006).

O desenvolvimento do autoconceito é de extrema importância, por influenciar as aquisições de uma pessoa e contribuir para a escolha profissional e satisfação no trabalho (NEIVA, 2013). Os autores representativos dessas teorias, para Bock (2006) e Neiva (2013), são Ginzberg (1976), Donald Super (1976) e Pelletier, Noiseux e Bujold (1977).

Nas teorias decisoriais a racionalidade na escolha profissional é o fator mais relevante. Levam em consideração os pressupostos da administração de empresas e economia, de forma que a decisão é fruto da análise criteriosa dos elementos que intervêm no processo (BOCK, 2006). Os expoentes, de acordo com Neiva (2013), são Gelatt (1962), Hilton (1962) e Hershenson e Roth (1966).

Para Neiva (2006), as diferentes concepções teóricas acerca da escolha profissional contribuíram de maneira significativa para a compreensão do processo e para o desenvolvimento de diferentes estratégias de orientação profissional.

⁵ Teoria do traço e fatores: sugere um procedimento racional e objetivo para a escolha, e pressupõe que: “a) os indivíduos diferenciam-se entre si em termos de habilidades físicas, aptidões, interesses e características pessoais; b) as ocupações também se diferenciam entre si, cada uma exigindo, para um desempenho produtivo, que o profissional apresente aptidões, interesses e características pessoais requeridas pela profissão; c) é possível conduzir à compatibilização ideal dessa dupla ordem de fatores através de um processo racional de escolha”. Essa teoria pauta sua ação e dá fundamento aos denominados testes vocacionais, que, por mais criticados que tenham sido e sejam, ainda fazem parte do imaginário social, quando o fato é a escolha da profissão. Acredita-se que as aptidões, os interesses e os traços de personalidade são inatos (FERRETI, 1888).

2.5.3 Abordagens em Orientação Profissional

A orientação profissional pode ser realizada tendo por base teórica e prática diferentes referenciais teóricos da psicologia. As diferentes abordagens podem ser identificadas por meio da clientela atendida, o local realizado, o referencial teórico, o planejamento e a metodologia aplicada.

Soares (2000) apresenta três abordagens que têm em comum a ênfase na relação homem-trabalho; na escolha dos estudos a seguir; nos conflitos no desempenho profissional; e na reorientação e planejamento de carreira. São elas:

A abordagem educacional, que se caracteriza pelo trabalho realizado com crianças e adolescentes na educação básica e no ensino superior. A escola é vista como o espaço onde o aluno desenvolve suas potencialidades afetivo-cognitivas e sociais, e onde devem ser preparados para o trabalho.

Além dos conhecimentos teóricos do currículo escolar, também é papel da escola apresentar, discutir, envolver e preparar o jovem para o ingresso no mundo do trabalho. Na prática não é isso que acontece (SOARES, 2000). As práticas envolvem a orientação para o trabalho; curso profissionalizante; continuidade dos estudos (profissional); vestibular; pais, professores; vida, e reorientação na universidade.

A abordagem clínica em orientação profissional também é desenvolvida com crianças e adolescentes, mas em ambientes clínicos ou consultórios. Segundo o autor norteador da abordagem clínica, Bohoslavsky (1991, p. 33), a psicologia clínica é

[...] uma estratégia de abordagem do comportamento dos seres humanos e pode ser aplicada para se conhecer, investigar, compreender, modificar o comportamento dos seres humanos, agindo no âmbito psicossocial (individual) como no sociodinâmico (grupal), institucional ou comunitário.

Nessa abordagem, a questão da identidade vocacional é aprofundada para responder ao porquê e para quê da escolha de determinada profissão. A identidade vocacional expressa as variáveis do tipo afetivo-motivacional, e a identidade profissional demonstra o produto do contexto sociocultural sobre a escolha (SOARES, 2000).

A abordagem organizacional da orientação profissional diferencia-se das demais, pois trabalha com adultos e geralmente tem vínculos com as organizações. Mediante as transformações tecnológicas da sociedade mundial e brasileira e as mudanças nas exigências do mercado de trabalho, essa abordagem propõe um processo de orientação de carreira⁶, planejamento de carreira, reorientação profissional, saúde mental no trabalho, preparação para o desemprego, prevenção de doença e promoção da saúde e preparação para aposentadoria (SOARES, 2000).

Diferentes abordagens da orientação profissional e recursos metodológicos:

ABORDAGENS	Clínica	Educacional	Organizacional
Clientela	Adolescentes, Adultos	Crianças, Adolescentes e Adultos jovens	Adultos e terceira idade
Local de trabalho	Consultórios, clínicas psicológicas (públicas e privadas)	Escolas, cursinhos, universidades, centro de formação profissional e CIEE	Organização, empresas de consultorias, SESI, SESC, SENAC e SENAI.
Tipo de trabalho	OP; reorientação, orientação, vestibular.	OP (1º e 2º grau), preparação trabalho, orientação vestibular, orientação pais/professor reorientação universitária.	Reorientação, orientação carreira, planejamento carreira, orientação aposentadoria, preparação desemprego, saúde mental.
ABORDAGENS	Clínica	Educacional	Organizacional
Referencial teórico	Psicologia clínica, psicodinâmica do adolescente e da família, psicanálise.	Psicologia educacional, informação profissional, sistema educacional, vestibular, psico-higiene.	Psicologia organizacional, organização social do trabalho, globalização, empregabilidade, saúde mental.
Planejamento	Individual, grupos (10 a 20h)	Sala de aula, individual, grupos, <i>workshop</i> . (20 a 30h)	Sala de aula, individual, grupos, cursos, <i>workshop</i> . (20 a 30h)
Metodologia	Entrevista individual, entrevista em grupo, entrevista familiar, testes projetivos.	Entrevista individual, dinâmica de grupo, técnicas de OP, visitas a locais, entrevistas profissionais.	Entrevista individual, entrevista reorientação entrevista de grupo, técnicas de OP.

Quadro 1. Resumo das diferentes Abordagens da Orientação Profissional
Fonte: (SOARES, 2000)

⁶ Carreira é a continuidade da vida do indivíduo no trabalho, para produzir algo; pode ser a sequência do seu envolvimento nas experiências de trabalho ao longo da vida (SOARES, 2000, p. 36).

2.5.4 Papel da Família e do Orientador Profissional

Considera-se que o trabalho realizado pelos orientadores profissionais consiste na elaboração de um projeto de vida do mundo adulto, que se dá com a conscientização das identificações inerentes à escolha do indivíduo. O papel do orientador é fundamental para esclarecer situações, conscientizar e vincular a problemática do indivíduo, mediante o contexto local e histórico onde a escolha do futuro se dá (BOCK, *et al*, 2004).

Lisboa (2000) afirma que a orientação deve pautar-se nas incertezas para o futuro e para a urgência do presente e compara a importância do orientador profissional a de uma lanterna acesa na escuridão, buscando iluminar e auxiliar os orientados a desvendar e conhecer sua consciência.

Considera, ainda, imprescindível a disponibilidade do orientador para desvendar e exercitar a consciência para descobrir aonde se quer chegar juntamente com o seu orientando. Para ajudar a nortear, o orientador deve possuir conhecimento profundo dos aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade atual.

Destaca-se a formação dos orientadores profissionais, que segundo Silva (1999) deve ser adaptada em três pilares: base teórica e técnica consistente; clareza na visão de homem e de mundo, e resolução dos próprios conflitos quanto à escolha.

O estudo 'A formação do orientador profissional: o estado da arte no Brasil', realizado por Dulce Helena Penna Soares, revelou que a formação dos orientadores é feita de forma assistemática, geralmente em cursos superiores de psicologia e pedagogia, com disciplinas obrigatórias ou optativas de orientação vocacional, seleção e orientação profissional realizadas apenas em nível teórico.

Afirma, ainda, que a atuação do orientador tem sido baseada em diferentes referenciais teóricos, mas que a base da orientação profissional é a psicologia social, uma vez que o ingresso do homem no trabalho está ligado à sua inserção social, e, portanto, os profissionais devem assumir o compromisso social de construir uma sociedade mais justa, onde se amplie o acesso ao trabalho e que ele seja desenvolvido com prazer e gosto (SOARES, 1999).

A preocupação com o aspecto social também esteve presente no discurso de Lisboa, no III Seminário da ABOP⁷, em 1998, quando expôs a necessidade de os profissionais responsáveis pela orientação profissional expandirem o trabalho com os orientandos, no sentido da tomada de consciência individual e principalmente coletiva frente ao novo mundo do trabalho, com um posicionamento mais qualitativo, abandonando posturas de individualismo, acomodação e alienação para abrir-se para um mundo mais solidário (LISBOA, 1998).

Dessa forma, espera-se dos profissionais de orientação profissional, inclusive dos professores, como figuras proeminentes na formação e preparação dos jovens para a vida profissional e para a cidadania, o apoio e a facilitação do processo de desenvolvimento vocacional (MOUTA; NASCIMENTO, 2008).

No tocante à participação da família, Santos (2005, p. 65) considera que o processo de escolha de uma profissão “(...) é baseado na realidade do adolescente, que vive em família e que convive com os outros, seus pares; que constrói a sua história sendo influenciado por seus pais e por terceiros (...)”.

Nesse contexto, o adolescente realiza suas escolhas, dentre elas a escolha profissional. Para Santos (2005, p. 58), “a literatura aponta a família como um dos principais fatores que ajudam ou dificultam no momento da escolha e na decisão do jovem como um dos fatores de transformação da própria família”.

Em um estudo realizado no interior do estado do Rio Grande do Sul, as autoras buscaram conhecer a percepção dos pais quanto à sua participação no desenvolvimento de carreira dos filhos e concluíram que os pais não só conversavam com os jovens sobre o mercado de trabalho, mas também apoiavam escolhas, amparavam inseguranças e ofereciam suporte financeiro, pois acreditavam que suas atitudes frente ao trabalho poderiam influenciar a escolha do filho por uma profissão (OLIVEIRA; DIAS, 2013).

Gonçalves e Coimbra (2007), pesquisadores portugueses, após constatarem a relevância da influência do contexto familiar, principalmente dos pais, no

⁷ A Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP) é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega orientadores profissionais do Brasil. A associação foi criada em 1993, durante a realização do I Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional & Ocupacional realizado em Porto Alegre, de 24 a 27 de novembro de 1993, organizado pelo Instituto do Ser – Psicologia e Psicopedagogia, de São Paulo e pelo Serviço de Orientação Profissional (SOP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A ABOP reuniu um número significativo de orientadores profissionais do Brasil, numa composição multidisciplinar, com o primordial objetivo de agir eticamente, respeitando o rigor científico e o compromisso com a população na prestação de serviços, pesquisa e formação de orientadores profissionais. A ABOP realiza os simpósios, apoia cursos, eventos e encontros, além de publicar mensalmente seu Boletim, atualmente em formato eletrônico, com notícias atualizadas na área (MELO-SILVA, 2007).

desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens, fazem uma provocação aos profissionais de orientação vocacional,

(...) de elaborarem, implementarem e avaliarem projetos de intervenção psicológica vocacional que não se circunscrevam apenas ao sistema individual, mas os alarguem aos contextos de vida decisivos e de maior acessibilidade, como a família, para proporcionar aos adolescentes e jovens um contexto seguro, facilitando-lhes oportunidades, experiências e apoios qualificados neste domínio do desenvolvimento psicológico e, simultaneamente, transformando a família num agente dinâmico com protagonismo no desenvolvimento vocacional (GONÇALVES; COIMBRA, 2013, p.13).

2.5.5 Panorama da Orientação Profissional

No Brasil, a orientação profissional tem se destacado muito na última década por causa da grande produção teórica, a organização de eventos científicos específicos, a publicação de um periódico especializado na área e a criação de uma associação científica, a ABOP (NORONHA *et al*, 2006).

Existem registros da prática de orientação profissional desde o início do século XX na Europa e nos EUA, vinculada à necessidade de aumentar a eficiência industrial e evitar acidentes de trabalho. Os primeiros centros de orientação profissional no mundo estavam ligados à questão industrial, especialmente à seleção de pessoas (SOARES, 1999).

Historicamente, a ideia de que as pessoas escolhem suas profissões e de que suas vidas dependem disso surgiu com o modo de produção capitalista. Com esse sistema, a produção de bens para o mercado passou a ser o objetivo principal da atividade econômica, e os trabalhadores, livres da servidão feudal, passaram a ser contratados e assalariados por empresas em função da necessidade de mão de obra para os diferentes postos de trabalho.

Com base nessas ideias é que surgiu, no campo da Psicologia e da Educação, a orientação profissional. A partir de perfis profissionais preestabelecidos, objetivava-se, por meio de testes vocacionais, indicar uma harmonia, a mais perfeita possível, entre os cargos e funções existentes e a pessoa que vivia o dilema da escolha profissional (SOARES, 1999).

No Brasil, a orientação profissional tem como marco de origem a criação, em 1924, do Serviço de Seleção e Orientação Profissional para os alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (SPARTA, 2003).

Desde o seu nascimento, na década de 1920, a orientação profissional baseava-se na promoção do autoconhecimento e no fornecimento de informação profissional, pautando-se na ideia de que o processo de orientação profissional é diretivo e o papel do orientador profissional é o de fazer diagnósticos, prognósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo, o que foi feito, desde o início, com base na Psicologia Aplicada, especialmente na Psicometria (SPARTA, 2003).

Nas décadas de 1930 e 1940, a orientação profissional ligou-se à educação e foi oficialmente introduzida em 1942 com a promulgação das Leis Orgânicas da Educação Nacional, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, com a denominada Reforma Capanema.

Nas Leis Orgânicas firmou-se o objetivo do ensino secundário, atual ensino médio, de formar as elites condutoras do país junto com o ensino profissional, este mais voltado para as necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana (RIBEIRO; MELO-SILVA, 2011).

Ainda na década de 1940 foram desenvolvidos cursos, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com vistas à orientação profissional, e em 1947 foi criado o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, como órgão da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Sua finalidade era adaptar e de validar instrumentos psicológicos estrangeiros e criar instrumentos psicológicos brasileiros; o atendimento ao público, com processos de seleção e orientação profissional; e a formação de novos especialistas (NORONHA *et al*, 2006; SPARTA, 2003).

Com a Lei 5.692/71 foram unificadas a estrutura de primeiro e segundo grau e isso possibilitou maior espaço para a orientação profissional, determinando trabalhos de orientação no primeiro e segundo grau (RIBEIRO; MELO-SILVA, 2011; BRASIL, 1971).

O desenvolvimento da psicologia, com a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, enquanto ciência independente e área de atuação profissional, possibilitou a criação de cursos de formação em psicologia e regulamentou a profissão de psicólogo, exercendo importante influência nos rumos da orientação profissional no Brasil

(SPARTA, 2003; BRASIL, 1962). A partir desta Lei surgiu, finalmente, a orientação profissional como uma área de atuação do psicólogo (SOARES, 1999).

A forma como o processo de orientação profissional passou a ser realizado nas escolas, a partir da Lei nº 5.692/71, produziu poucas publicações de autores brasileiros. Super, Pelletier e Bohoslavsky são os autores estrangeiros mais citados. Também foram publicadas teses de mestrado e doutorado e se começou a conhecer como a orientação profissional é realizada nas escolas brasileiras, em universidades e nos centros de atendimento psicológico (BRASIL, 1971; SOARES, 1999).

De acordo com Noronha e Ambiel (2006, p.4), na década de 1980 destacaram-se:

Especialmente no que se relaciona à construção de instrumentos, Fernandes e Scheffer (1986) se dedicaram à investigação do Instrumento Brasileiro de Maturidade Vocacional (IBMV) para estudantes do ensino fundamental e médio. A pesquisa envolveu a elaboração de itens, a análise de juízes e fatorial, a fim de determinar as qualidades psicométricas. Ao lado disso, Japur e Jacquemin (1989) traduziram a Escala de Atitudes (B-1) do *career maturity inventory* (CMI) de J. O. Crites, e a aplicaram em uma amostra de estudantes brasileiros, com o intuito de investigar os parâmetros psicométricos.

A partir da década de 1990, Noronha e Ambiel (2006), em sua pesquisa 'A análise da produção científica da orientação profissional no Brasil', revelaram que houve um aumento da produção científica e que os tipos de estudo mais encontrados foram a revisão teórica, as técnicas de avaliação e os testes de interesse.

A justificativa pode ser a relevância da orientação para o processo de escolha do jovem, análise dos instrumentos de avaliação e preocupação com a formação do orientador.

Em 1993 foi fundada a ABOP, durante o I Simpósio Brasileiro de Orientação Vocacional Ocupacional, organizado pelo Instituto SER – psicologia e psicopedagogia de São Paulo, com o apoio do Serviço de Orientação Profissional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SOP).

Considera-se a fundação da ABOP um marco na orientação profissional brasileira, na medida em que a Associação passou a representar e integrar os profissionais de orientação (SOARES, 1999).

Em 1994 foi construída, por Kátia Neiva, a primeira versão de uma escala brasileira para mensuração da maturidade vocacional, a Escala de Maturidade para Escolha Profissional. Tal Escala foi construída para aplicação específica em alunos

do ensino médio, com base nos modelos de maturidade vocacional de Super e Crites (NEIVA, 2003).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/96), que é a Lei Orgânica e geral da educação brasileira, substituiu a Lei 5692/71. A partir dessa data deixa de ser obrigatória a formação técnica ou profissionalizante no 2º grau, mas se manteve como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (FOLMER-JOHNSON, 2000; BRASIL, 1996).

Após a LDB 9394/96 foram apresentados, pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), como uma proposta curricular de interligar as áreas de conhecimentos por meio de um conjunto de assuntos denominados temas transversais.

Essa interligação permitiu flexibilidade e abertura e as questões sociais passaram a ser trabalhadas a partir dos seguintes temas: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo (BRASIL, 1998). A orientação profissional passou também a fazer parte do currículo integrado, com o tema 'Trabalho e Consumo'.

Os PCNs contribuem para uma organização do currículo que contempla essas demandas do mundo globalizado, que, segundo Lopes (2008), estaria exigindo uma formação mais integrada. A reestruturação do processo de trabalho também requer uma formação mais ampla, com desenvolvimento de habilidades e competências mais complexas e superiores.

O relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado 'Educação: um tesouro a descobrir', dedica um capítulo para a transição entre a educação básica e a universidade, enfatizando o papel da orientação profissional durante o ensino médio.

O Relatório ressalta que a escola deve favorecer, por diversos meios, a escolha profissional dos jovens, utilizando avaliações pautadas em critérios educativos que determinem os pontos fortes e fracos dos alunos, para chegar a uma ideia correta das potencialidades do aluno e à previsão de personalidade do adolescente, que deve poder contar com o auxílio de orientadores profissionais.

Além disso, retrata a importância de os sistemas educativos permitirem retomar a educação formal após períodos de atividade profissional, uma vez que é

durante essa fase da vida escolar que o futuro do aluno ganha forma (DELORS, 1988).

A orientação profissional no Brasil ficou historicamente marcada por ser uma prática vinculada à psicometria, podendo ser realizada por psicólogos e pedagogos, aplicada de forma individual, tendo como principal população alvo o jovem de classe média e alta, que desejava ingressar num curso superior e tinha dúvidas com relação a essa escolha (RIBEIRO, 2003).

No Brasil, com tantas demandas educacionais urgentes e problemas graves relativos à atividade fim do sistema educacional, a orientação profissional tornou-se uma área que, embora seja reconhecida, não é tida como premente, o que a torna uma atividade secundária na escola (MELO-SILVA *et al*, 2003).

A orientação profissional no Brasil ao longo de quase 100 anos já apresentou avanços conceituais e metodológicos, entretanto ainda não tem alcançado de maneira uniforme os jovens em idade escolar na fase de transição para o trabalho e/ou ensino superior.

Falar de projetos vocacionais, no contexto da sala de aula, e refletir sobre os processos de exploração e construção de conhecimento que o professor também pode agilizar fora dela, é um produto e um processo da integração dos objetivos do projeto cultural, ideológico e político que presidem a educação escolar.

Enquadrar as aprendizagens escolares numa perspectiva ecológica e reconstrutiva, como a que preside o desenvolvimento vocacional, parece poder dar mais sentido à experiência de aprender e desenvolver-se na escola e na sala de aula (MOUTA; NASCIMENTO, 2008).

O interesse dos adolescentes vem se diversificando e as formas tradicionais de orientação profissional não atendem a essa nova demanda. É importante que o programa de orientação profissional seja realizado de forma a auxiliar o jovem no seu projeto de vida e também na sua inserção no mercado de trabalho e não o orientar, apenas, na escolha de profissões de nível superior (RIBEIRO, 2003).

Por esse motivo, faz-se necessária a implementação da transversalidade, que ao levar aos educandos assuntos de extrema relevância para a vida, busca dar sentido ao ensino e ao conteúdo do currículo regular, tornando-os mais próximos da sua realidade cotidiana (AGUIAR; CONCEIÇÃO, 2011).

Folmer-Johnson (2000), em seu estudo sobre orientação profissional e o projeto pessoal de vida e trabalho, propõe mudanças em relação aos programas de orientação profissional, tais como:

Em relação ao planejamento e realização do processo, importa planejar a implementação da orientação profissional enquanto processo formativo para o desenvolvimento pessoal e social de todos os alunos, integrando-o ao ensino e ao currículo escolar, implementando-o ao longo dele, em todos os níveis de ensino, de modo a acompanhar as etapas de desenvolvimento das pessoas. No nível fundamental, o planejamento deve voltar-se à diversificação de experiências concretas do aluno com atividades de trabalho humano, a partir das quais possa, posteriormente, fundamentar escolhas com conhecimento de causa; no nível médio, articular o estudo dos fatores determinantes e suas características com outras disciplinas estudadas no currículo, desenvolvendo a capacidade de realizar operações abstratas, ao efetuar comparações, avaliações, escolhas com orientações estáveis, de modo autônomo e ativo (FOLMER-JOHNSON, 2000, p. 112).

Há vários relatos que a orientação profissional no Brasil se desenvolveu principalmente destinada a estudantes do ensino médio, sobretudo o do ensino privado e de cursos preparatórios para o vestibular, que aspiram ao acesso à universidade, no atendimento a jovens do ensino médio, desenvolvendo temas como escolha, autoconhecimento, informação sobre as profissões e vestibular, entre outros (MELO-SILVA; LASSANE; SOARES, 2004).

O jovem de escola pública também espera um auxílio com relação à inserção imediata no mercado de trabalho, pois falta informação do que existe e de como proceder. Fazer parte do projeto pedagógico da escola, sendo parte integrante do currículo escolar, seria um passo importante para a orientação profissional como estratégia em escolas públicas (RIBEIRO, 2003).

Exemplo disto foi o Projeto de Lei nº 6069/2009, arquivado em 2012 pela Câmara dos Deputados em Brasília, que objetivava disponibilizar, em escolas públicas e privadas, em caráter extracurricular, orientação profissional aos alunos do ensino médio, aplicada por psicólogos e pedagogos (CIRILO, 2009).

Acredita-se que os programas de orientação profissional podem constituir incentivo à persistência e ao desempenho nos estudos, especialmente de estudantes oriundos de classes desfavorecidas, como meio para a otimização de recursos pessoais para seu desenvolvimento pessoal e social (FOLMER JOHNSON, 2000).

Em sua maioria, os estudantes, de escolas públicas ou privadas não dispõem de informações suficientes para tecer escolhas nessa fase da vida, nem sobre os seus cursos superiores nem sobre seus interesses profissionais. Para realizar a

escolha, o formando deve ter conhecimento acerca de si mesmo, de suas aptidões, gostos, interesses, habilidades, valores, competências e sentimentos em relação ao trabalho (DIAS; SOARES, 2012).

O que é esperado, então, da orientação profissional, é que ela possa se tornar uma prática mais global, e não restrita somente a determinados grupos com demandas específicas, mas que possa atender a todos aqueles que necessitam de uma orientação para a elaboração ou reelaboração do seu projeto de vida pessoal e profissional (RIBEIRO, 2003).

Alguns autores acreditam que cumprindo a meta de universalização do ensino fundamental na idade própria será possível a universalização do ensino médio, com a melhoria contínua da educação básica necessária para a preparação do estudante para o mundo do trabalho em condições desejáveis, e em consonância com as metas estratégicas de desenvolvimento econômico e social da nação (MELO-SILVA; LASSANE; SOARES, 2004).

Nesse cenário, a orientação profissional poderá contribuir para a produção do conhecimento teórico e prático nesse domínio (MELO-SILVA; LASSANE; SOARES, 2004). Para isso, é necessária a ampliação e enriquecimento dos programas de orientação profissional na escola com vistas a sua contribuição para a consecução dos fins da educação, na medida em que visa ao desenvolvimento pessoal e à integração como cidadão à ordem social e econômica vigentes, permitindo ao orientado situar-se, ajustar-se às mudanças e participar de sua promoção na sociedade onde vive (FOLMER JOHNSON, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece que o adolescente deve ter direito à profissionalização e à proteção no trabalho, nos aspectos peculiares da pessoa em desenvolvimento e na capacitação adequada ao mercado de trabalho (ECA, 1990). Não prevê, entretanto, a necessidade da realização da orientação profissional para crianças e jovens anterior ao processo de profissionalização.

A profissionalização deveria ser precedida da orientação profissional, pois a tomada de decisão para o adolescente, que sempre foi um processo complexo no contexto atual, parece ainda mais difícil, uma vez que é preciso escolher uma carreira em um mundo de incertezas e inversão de valores (MELO-SILVA; NOCE; ANDRADE, 2003).

A medida provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador, dá outras providências e define que o Programa deve “(...) auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” (BRASIL, 2001).

O Programa de Educação de Jovens e Adultos, do Ministério da Educação e Cultura, destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. O programa prevê atividades complementares de desenvolvimento cultural e científico, de apoio psicopedagógico, de motivação, orientação e acompanhamento do desenvolvimento profissional e de integração (MEC, 2006).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sancionado no dia 26 de outubro de 2011 pela Lei no 12.513, tem como objetivo central democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional e Tecnológica de qualidade.

O PRONATEC oferece, com bolsa-formação trabalhador, cursos de qualificação a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis, com atividades de integração entre as pessoas e de orientação profissional que visam integrar o beneficiário à Instituição e trabalhar a autoestima do indivíduo para que amplie as suas possibilidades de emprego (IPEA, 2014).

O documento, elaborado pelos Estados parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e intitulado ‘Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência’, expõe no artigo 27, que trata de Trabalho e Emprego, que os direitos das pessoas com deficiência são reconhecidos no trabalho.

Essas pessoas devem ter igualdade de oportunidades, com direito à oportunidade de livre escolha ou aceitação em um mercado de trabalho que seja inclusivo. Além disso, os Estados devem “Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado” (BRASIL, 2008, p.149).

O Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, assistidas pelo benefício de prestação continuada da assistência social à qualificação profissional e ao mundo do trabalho (BPC Trabalho), instituído em 2012 pelo Governo Federal, envolve União, Estados, Distrito Federal e os Municípios.

Seu objetivo é o de levar às pessoas com deficiência, que recebem o BPC, a possibilidade de ampliar a inclusão social por meio da articulação de ações intersetoriais e promoção do acesso à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, de modo a favorecer o exercício do direito à autodeterminação e autonomia pessoal (YOSHIDA, 2013). O Programa está em consonância com a “Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência”.

Segundo Yoshida (2013, p.8)

Outra estratégia que vem sendo desenvolvida no Brasil, a exemplo de outros países como Portugal, Espanha, Itália e Estados Unidos, é do Emprego Apoiado, que consiste em uma metodologia para preparar a pessoa com deficiência, com incapacidade significativa, para um posto de trabalho, mediante a assistência pessoal de um técnico de emprego apoiado ou preparador laboral.

No Brasil são desenvolvidos diversos programas e projetos de profissionalização do jovem, tais como o programa BPC-Trabalho, Seguro-desemprego, EJA e PRONATEC. Todos eles expõem de maneira superficial e breve a necessidade da realização da orientação profissional, entretanto não apresentam a forma como será desenvolvida, nem tão pouco o profissional que será responsável. Não se verifica, portanto, no País, a presença de um programa federal que regulamente e organize a orientação profissional no sistema educacional.

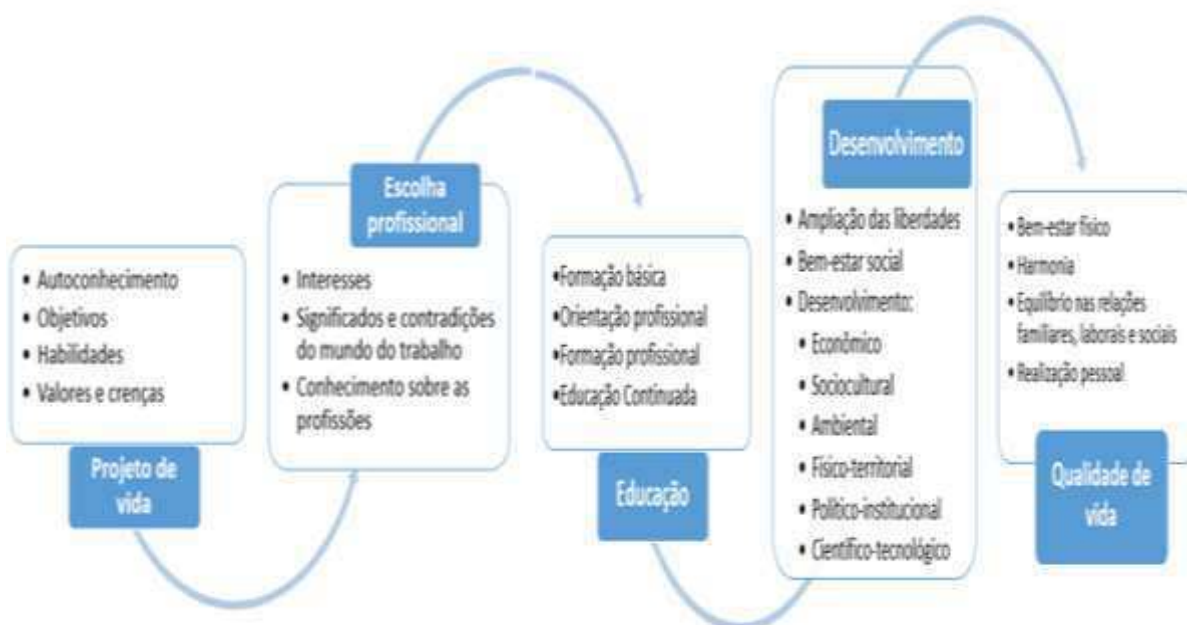


Figura 1: Organograma síntese do referencial teórico do trabalho (2015).

No Brasil conforme afirma Melo-Silva, Lassance e Soares, (2004, p. 32) a orientação profissional, como uma prática majoritariamente, voltada para estudantes que aspiram à carreira universitária, está consolidada, entretanto não é amplamente democrática. É necessário ampliar o atendimento para todas as redes da educação e trabalho, assim como aperfeiçoar as formas de avaliação e as práticas.

Diante do exposto, busca-se verificar a existência da prática da orientação profissional nas escolas de Imperatriz (MA), a fim de traçar um panorama local sobre a orientação profissional e o processo de desenvolvimento regional.

3 MÉTODO

O “método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo (...)” (RICHARDSON, 2007, p. 22). Os autores Marconi e Lakatos afirmam que “Os métodos e as técnicas a serem empregados na pesquisa científica podem ser selecionados desde a proposição do problema, da formulação das hipóteses e da delimitação do universo ou da amostra” (2008, p. 30).

A escolha do método deve, portanto, relacionar-se com o problema que será estudado e com os objetivos da pesquisa.

3.1 Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa é documental e de campo. Para realizar a identificação da existência/inexistência do trabalho da orientação profissional realizou-se um levantamento de dados em escolas públicas e particulares da cidade de Imperatriz (MA). Foram aplicados questionários a alunos e gestores das escolas, para investigar a existência/inexistência do trabalho da orientação profissional e a sua percepção em relação ao tema.

Marconi e Lakatos (2008) definem a pesquisa de campo como aquela que utiliza a documentação direta, com o levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. É um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro.

De acordo com a finalidade, Richardson (2008, p. 66) define que se realiza uma pesquisa exploratória “(...) quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno”. Ela é flexível e permite proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, além de permitir a construção de hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores mais aprofundados.

Pesquisas Exploratórias - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar ou clarificar conceitos (MARCONI e LAKATOS, 2013, p. 85).

3.2 Área de Realização

O estudo se desenvolveu na cidade de Imperatriz (MA) que está localizada no oeste do estado do Maranhão, na Microrregião nº 38. Faz fronteira com os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão e com o Estado do Tocantins.

Imperatriz encontra-se a 629,5 quilômetros de São Luís, a capital do Estado; a 645 quilômetros de Teresina, capital do Piauí; 594,6 quilômetros de Belém, capital do Pará; e a 628 quilômetros de Palmas, capital do Tocantins.

Suas coordenadas geográficas são 5º 31' 32' latitude sul; 47º 26' 35' longitude a W Gr., com altitude média de 92 metros acima do nível do mar. A área total do Município é de 1.367,90 km². O clima é tropical, quente e úmido. Há duas estações: a da chuva, que vai de dezembro a abril, e a da seca, que vai de maio a novembro. A temperatura média gira em torno de 29°C.

Imperatriz apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, abastecendo mercados locais em um raio de 400 km. Forma com Araguaína (TO), Marabá (PA), Balsas (MA) e Açailândia (MA) uma importante província econômica (IMPERATRIZ, 2013).

A melhor definição encontrada para caracterizar a cidade de Imperatriz está no material produzido pela Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), que retrata a cidade na obra 'Perfil Imperatriz Maranhão', apresentando dados socioeconômicos, históricos, geográficos, demográficos e de gestão empresarial:

Configura um centro regional de mais de duzentos mil habitantes aonde ocorre a população de pelo menos três dezenas de municípios do Sul e Sudeste do Maranhão, sul do Pará e Norte do Tocantins, os quais abrangem algumas centenas de quilômetros onde vivem cerca de um milhão de habitantes (IMPERATRIZ A. C., 2011, p. 20).

Segundo Franklin (2008), economista e pesquisador radicado em Imperatriz, a partir da década de 1980 o dinamismo da economia imperatrizense, pautado na indústria de transformação, no comércio e na prestação de serviços, impulsionou os investimentos nas áreas educacionais básica e superior.

Para Sanches (2003), entre as décadas de 1990 e 2000 a economia, voltada para o comércio e serviços, rompeu com a visão extrativista da Região e favoreceu a

busca de conhecimento formalizado e científico, por meio da educação básica e da superior.

A partir de 2009, Imperatriz recebeu novo impulso em sua expansão econômica. Foram instalados dois novos *shoppings*; foram construídos hotéis de porte médio; e o que tem sido considerado um dos maiores investimentos do Maranhão na atualidade: a instalação de uma unidade fabril de celulose para exportação da Empresa Suzano Papel e Celulose, com investimentos estimados em US\$ 2,3 bilhões de dólares (IMPERATRIZ, 2015).

Verifica-se, ainda, uma nova expansão imobiliária com a verticalização de vários prédios comerciais e residenciais nas áreas mais centrais da cidade e também o surgimento de novos bairros por meio de condomínios residenciais e loteamentos diversos, além da construção de cerca de 8.500 (oito mil e quinhentas) unidades residenciais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (IMPERATRIZ, 2015, p. 17).

Imperatriz está num cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira, na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura familiar do resto do Estado, com destaque para a produção de arroz e também das futuras potencialidades, como a produção de energia e celulose com a implantação da hidroelétrica de Estreito, Serra Quebrada e da fábrica da Suzano Papel e Celulose no Município.

Além dessas potencialidades, Imperatriz assume postura de polo da Região Tocantina, formada por 20 municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com população circulante de aproximadamente 1.000.000 de pessoas.

Por meio do complexo atacadista do bairro Mercadinho e do Centro Varejista do Calçadão, a produção do sul do Maranhão, norte do Tocantins e leste do Pará é escoada. Para tanto, Imperatriz conta com a Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), com um dos maiores rios do país, o Rio Tocantins, com a Ferrovia Norte-Sul e a Estrada de Ferro Carajás. Além disso, por Imperatriz passam as principais linhas de transmissão de energia elétrica do Maranhão e de outros estados.

O sistema educacional de Imperatriz possui pré-escolas, escolas de ensino fundamental e médio, escolas técnicas, instituições de ensino superior públicas e privadas, além de cursos de aprimoramento em nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

Segundo dados do INEP (BRASIL, 2014), os resultados preliminares do censo escolar⁸ indicam que Imperatriz possuía, em 2014, 5385 alunos matriculados em creches, 7494 em pré-escolas; 22326 no ensino fundamental, séries iniciais; 18519 no ensino fundamental, séries finais; e 12741 matriculados no ensino médio regular em 49 escolas, 22 públicas e 19 privadas, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela1 - Censo Escolar 2014 – Dados de Imperatriz (BRASIL, 2014)

Município	Dependência	Ed. Infantil		Ens. Fundamental		Ensino Médio
		Creche	Pré-escola	1ª a 4ª série Anos iniciais	5ª a 8ª série Anos finais	
	Estadual	0	0	0	595	10448
	Federal	0	0	0	0	459
Imperatriz	Municipal	4235	4835	16468	14222	0
	Privada	1150	2659	5858	3702	1834
	Total	5385	7494	223226	18519	12741

3.3 População e Amostra

A pesquisa foi realizada em dez escolas de ensino médio regular, localizadas na área urbana de Imperatriz, que tiveram suas notas do Enem divulgadas pelo INEP. O número de estudantes que compõem a amostra foi calculado a partir dos dados do resultado Enem por escola, divulgados pelo INEP (BRASIL, 2013d).

A definição desse critério de escolha das escolas sofreu interferência dos prazos de divulgação, pelo INEP, dos dados do censo escolar e do resultado do Enem por escola, portanto as 27 escolas da área urbana, regulares, públicas ou privadas de Imperatriz representam o universo da pesquisa.

A amostra é composta por estudantes concluintes do ensino médio, cursando a 3ª série em dez escolas, no ano de 2015. As escolas foram selecionadas pelo

⁸O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep (BRASIL, 2014b).

critério de acessibilidade (VERGARA, 2000), pela prontidão de seus diretores ou responsáveis para responder ao questionário, instrumento de coleta de dados.

Para o cálculo da amostragem foi considerada a população de 2868 estudantes que concluíram o ensino médio em 2014 (BRASIL, 2014). Para uma amostra calculada, considerando a margem de erro de 5% e confiabilidade de 95%, foi necessário alcançar uma amostra mínima de 337 alunos participantes.

Ao final fizeram parte do estudo 337 alunos, sendo 149 de escolas públicas e 188 de escolas privadas. Quanto aos gestores, não houve cálculo de amostra e o critério de acessibilidade foi seguido considerando que a quantidade de gestores estava ligada ao número de escolas que aceitaram participar da pesquisa. Ao fim, foram envolvidos 10 gestores escolares, sendo 4 de escolas públicas e 5 de escolas privadas.

3.4 Instrumentos

Na pesquisa de campo foram utilizados questionários para conhecer as práticas de orientação profissional desenvolvidas nas escolas e as percepções dos alunos e gestores em relação à orientação profissional. Segundo Richardson (2007, p.189), “os questionários cumprem as funções de descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”.

Foram elaborados dois questionários, um para os alunos e outro para os gestores das escolas. No questionário dos alunos constam perguntas de natureza fechada, contendo dados de identificação (gênero e idade); questões sobre o processo de escolha profissional; informações sobre vivências de atividades de orientação profissional na escola, além de dados socioeconômicos (APÊNDICE A).

O questionário dos gestores, além dos dados de identificação e dos questionamentos referentes ao processo de escolha profissional, abordou a existência de programas de orientação profissional na escola, a identificação dos aspectos metodológicos do programa, e a importância da orientação profissional na escola para o desenvolvimento regional (APÊNDICE B).

3.5 Procedimentos de Coleta de Dados

O procedimento inicial foi o envio de uma carta explicativa sobre a natureza da pesquisa e sua importância para os gestores escolares. Após receberem a carta de apresentação e a intenção da pesquisa os gestores deliberaram sobre a autorização da aplicação dos questionários por escrito.

Após as devidas explicações, aqueles participantes que assentiram vivenciar os procedimentos desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tanto gestores e alunos maiores de 18 anos, quanto os responsáveis pelos alunos menores de 18.

Já o Termo de Assentimento foi preenchido pelos próprios participantes menores de 18 anos, atendendo assim ao determinado pelas regras da ética em pesquisa com seres humanos. Todos os procedimentos foram previamente aprovados pelo Comitê de Ética da UNITAU.

Foi realizado o pré-teste com um grupo de perfil similar ao da amostra, para avaliar possíveis inconsistências das questões, linguagem inacessível e perguntas supérfluas, somente então teve início a coleta de dados por meio de questionários.

Os questionários foram previamente apresentados e todos os procedimentos de coleta ocorreram nas dependências das escolas em horários determinados pelos gestores.

3.6 Procedimentos de Análise de Dados

A análise ocorreu em duas etapas: análise dos documentos e tabulação e análise dos dados dos questionários.

Os documentos analisados foram obtidos pela internet nos sítios dos portais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEEDUC) e Secretaria de Educação do Município de Imperatriz (SEMED).

Os documentos analisados em busca de informações sobre orientação profissional, orientação vocacional e escolhas profissionais, foram: Lei de Diretrizes

e Bases da Educação (LDB 5692/71 e LDB 9394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio; Diretrizes Curriculares da Educação Básica do estado do Maranhão; Orientações Normativas para o Funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino, no ano letivo de 2015, e Plano Decenal de Educação do Município de Imperatriz (MA).

Richardson (2007, p. 230) define análise documental como “(...) uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

A análise quantitativa, aplicada à interpretação dos dados obtidos com a aplicação dos questionários, gerou gráficos, quadros, e tabelas demonstrativas do que se analisou. Os dados foram organizados em duas categorias: escolas públicas e escolas privadas.

Os dados obtidos pelos questionários foram tratados estatisticamente depois de tabulados, e a apresentação de resultados se deu por meio de textos, gráficos, figuras, quadros e tabelas, utilizando editores de texto e editores de planilhas.

4 RESULTADOS

4.1 Legislação Educacional Brasileira

Para compreender o processo histórico e a evolução da orientação profissional no Brasil, especialmente realizada nas escolas, foram realizadas as análises dos documentos: Lei 5692/71, Lei 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais, e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, sob o enfoque do trabalho, da escolha profissional e orientação profissional.

Como a legislação educacional é oriunda das transformações no mundo do trabalho e das relações sociais, faz-se necessário explicitar as relações que permeiam trabalho e educação no desenvolvimento das relações produtivas no Brasil, no período que vai da década de 1960 a 2000.

A criação e promulgação da Lei nº. 5.692/71 ocorreram no período da ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964, sem a participação da sociedade civil (SILVA, 2007).

Além de preocuparem-se em proporcionar a escolarização de oito anos, os autores da Lei nº. 5.692/71 expressavam uma mudança de concepção da escola nos aspectos: individual de autorrealização, individual e social de qualificação para o trabalho e um terceiro predominantemente social, de preparo para o exercício consciente da cidadania (SILVA, 2007).

Silva (2007) explica as três dimensões que envolvem o objetivo geral:

- a) dimensão individual: autorrealização a ser obtida pelo desenvolvimento de todas as potencialidades, possibilitando que o educando seja útil a si mesmo, por meio do trabalho eficiente e da conquista de novas oportunidades no meio em que vive;
- b) dimensão social: aproveitamento das aptidões, por intermédio de sondagens específicas, iniciação para o trabalho e habilitação profissional, de modo que o aluno tenha ao concluir o curso de 2º grau, qualificação para o trabalho, prestando serviços à sociedade, chegando, conseqüentemente, à autorrealização;
- c) dimensão político social: preparo para o exercício consciente da cidadania a fim de assegurar a unidade nacional e desenvolver os ideais de liberdade e solidariedade humana (RELATÓRIO, 1970, p.25).

Em relação aos objetivos específicos, a legislação previa que ao término do 1º grau deveriam ser realizados os testes de sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho. Ao término do 2º grau o adolescente teria suas aptidões claramente

definidas para completar sua formação específica, isto é, a habilitação profissional (SILVA, 2007).

Nesse período, foi destinado para a educação básica o papel de realizar a sondagem de aptidões, iniciar e habilitar o jovem para o trabalho, com foco nas necessidades do mercado de trabalho local ou regional. A Lei 9.394/96, considerada por muitos teóricos como a mais completa legislação em favor da educação já redigida, revogou a Lei nº 5.692/71.

Embora tenha recebido críticas por atender muitos interesses públicos e privados, a Lei 9.394/96 garantiu a continuidade da democratização da educação, descentralizando o poder de decisões da União, apoiando as decisões e ações nos objetivos a serem atingidos conforme a realidade nas diferentes localidades (DEMO, 2002).

Tal característica proporcionou à educação importantes avanços, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e a instituição de alguns programas do governo federal visando à promoção do acesso ao ensino superior, como o Enem e Prouni (DEMO, 2002).

4.1.1 Lei 5692/71

Para atender ao regime militar vigente, voltado para a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista e conter os aspectos liberais da Lei 4024/61, a Lei nº 5692/71 fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, a atual educação básica, estabelecendo um ensino tecnicista.

Nesse sentido, o enunciado da Lei demonstrava à intenção de manutenção do *status quo* no âmbito educacional, necessário à perpetuação do bem-sucedido modelo socioeconômico defendido pela ditadura militar (QUEIROZ; MOITA, 2007).

Essa Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o Ensino, no seu capítulo 1, artigo 1º, diz que o ensino de 1º e 2º graus, equivalente ao ensino fundamental e ensino médio atualmente, apresenta seu objetivo geral, que é proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971).

Quanto ao conteúdo, a Lei organizava o currículo em núcleo comum e núcleo diversificado. Para o 2º grau foram fixados uma carga-horária e currículo mínimo exigido para cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. Seu Art. 5º, que trata da formação especial do currículo, define que:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (BRASIL, 1971).

O Artigo 76 acrescenta ao texto da Lei que a iniciação para o trabalho e a habilitação profissional, realizadas no 2º grau, poderão ser antecipadas, ou seja, realizadas ainda no 1º grau, de acordo com: i) o nível da série realmente alcançada pela gratuidade escolar em cada sistema, quando inferior à oitava; e ii) a adequação às condições individuais, inclinações e idade dos alunos (BRASIL, 1971).

Nesse período foi dada uma orientação à educação brasileira que representava a preocupação com as demandas profissionais e a adaptação do ensino para favorecer a formação profissional em busca do aprimoramento técnico, incremento da eficiência e maximização dos resultados (QUEIROZ; MOITA; 2007)

A profissionalização apresentada pela Lei corrobora com o ideário político de estabelecer uma interação direta entre formação educacional e mercado de trabalho, inclusive com participação de empresas privadas (BRASIL, 1971).

O Governo defendia e propagava uma ampla flexibilização da legislação educacional, entretanto a Lei 5692/71 “(...) representava um instrumental valioso para a concretização dos desejos do poderio militar de impor suas determinações educacionais” (QUEIROZ; MOITA; 2007, p. 10).

Saviani (1987, p.131) também critica a falsa flexibilização da legislação quando afirma que:

(...) pela flexibilidade as autoridades governamentais evitavam se sujeitar a definições legais mais precisas que necessariamente imporiam limites à sua ação, ficando livres para impor à nação os programas educacionais de interesse dos donos do poder, e com a vantagem de facilitar a busca de adesão e apoio daqueles mesmos sobre os quais eram impostos os referidos programas.

Conforme demonstrado, a partir de 1971, durante a ditadura militar, o Brasil com a Lei nº 5.692/71 definiu a lógica e a prática da educação para o trabalho, prescrevendo a obrigatoriedade da educação profissional para todo o 2º grau.

A promulgação dessa Lei é que determinou as novas diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus, atualmente ensinos fundamental e médio, e que a orientação educacional e o aconselhamento vocacional, sob a responsabilidade dos serviços de orientação educacional, se tornassem obrigatórios nas escolas (BRASIL, 2013b).

Essa Lei tornou obrigatória a profissionalização no 2º grau, ensino médio, e determinou a sondagem de aptidões no 1º grau. Nesse momento, tornou-se obrigatório em todas as escolas ter um orientador educacional para fazer o trabalho de qualificação profissional, como diz a Lei (SOARES, 1999).

A ênfase na disciplina dos alunos e a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física nos ensinos de 1º e 2º graus também foram aspectos relevantes dessa Lei (BRASIL, 1971).

Na década de 1980, no Brasil, a concepção liberal de escola sofreu críticas profundas e a ideia de escolha da ocupação ou profissão foi colocada em xeque. Naquele momento passou a predominar a ideia de que não existe liberdade de escolha: as pessoas não escolhem suas profissões, que são determinadas pela estrutura social.

As pequenas e tímidas ações na área de orientação profissional desapareceram dos currículos e a discussão a respeito do trabalho e de escolha profissional perdeu espaço na escola (BRASIL, 2013b).

Em suma, a Lei nº 5692/71, ao propor a universalização do ensino profissionalizante, pautada pela relação de complementaridade entre ideologia tecnicista e controle tecnocrático, almejou o esvaziamento da dimensão política da educação, tratando-a como questão exclusivamente técnica, alcançando, ao mesmo passo, a contenção da prole trabalhadora em níveis inferiores de ensino e sua marginalização como expressão política e reivindicatória. A Lei nº 5.692/71 permaneceu em vigor até 1996, quando da aprovação da nova LDB, e foi marcada por muitos massacres pedagógicos, como o “avanço progressivo” entre outras estratégias de contenção dos movimentos contra a ditadura militar dentro do âmbito escolar (QUEIROZ; MOITA; 2007, p. 11).

Mesmo com a obrigatoriedade da realização da orientação profissional por psicólogos e pedagogos, no passado, dada pelas Leis 4119/62¹⁰ e 5692/71, na prática as escolas públicas e privadas de ensino médio não contaram com esses serviços de maneira sistemática e contínua (MELO-SILVA *et al*, 2003).

¹⁰ A Lei 4119 de 1962, que regulamenta a profissão de psicólogo, define com uma das funções privativas do psicólogo a orientação e seleção profissional (BRASIL, 2014d).

4.1.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96

Com o fim do Regime Militar, com mudanças no modelo econômico e com a Constituição de 1988, ocorreu um grande debate da sociedade civil entre entidades, autoridades no assunto e associações da área do País inteiro acerca da construção de um projeto mais progressista e democrático para a educação.

Assim, a Lei instituída em 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promovendo a descentralização e autonomia das escolas e universidades e a avaliação do ensino brasileiro. A Lei prevê, também, a autonomia dos sistemas de ensino e a valorização do professor e do magistério (QUEIROZ; MOITA, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9394/96, é a Lei Orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. A LDB 9394/96, que revogou a Lei 5692/71, explicita em seu Art. 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996; BRASIL, 1971).

Expõe, ainda, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996). No Art. 2º cita que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A vinculação entre a educação escolar, trabalho e práticas sociais é o seu XI princípio, descrito no Art. 3º (BRASIL, 2013c).

De acordo com a LDB 9.394/96, o ensino médio continua a ter como um de seus objetivos a preparação básica para o trabalho, no entanto, não tem mais o objetivo de profissionalização descrito na Lei nº 5.692/71. O ensino profissionalizante de nível médio aparece apenas na condição de curso continuado; isto é, não substitui o ensino médio regular, apenas o complementa (BRASIL, 2013b).

Uvaldo e Silva (2001) afirmam que essa Lei oferece mais abertura para a criação de projetos integrados no currículo escolar de orientação profissional do que a Lei 5.692/71, além de estar em conformidade com a tendência internacional dos programas de educação de carreira.

Verifica-se, entretanto, que a LDB 9.394/96 desobrigou a oferta do serviço de orientação profissional nas escolas diante de tantas demandas educacionais que precisavam ser sanadas com urgência, como evasão escolar, violência, analfabetismo, greves, baixo desempenho nas avaliações externas (Enem e prova Brasil), o que pode ser uma das explicações para a inexpressiva realização de programas de orientação profissional nas escolas de Imperatriz.

4.1.3 Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs

Um ano após a promulgação da nova LDB, o Ministério da Educação do Brasil lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que são uma referência nacional para o educação básica, pois estabelecem uma meta educacional para a qual devem convergir as ações políticas do Ministério da Educação.

Os PCNs têm como função subsidiar a elaboração ou a revisão curricular dos estados e municípios, dialogando com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão pedagógica interna das escolas e a elaboração de projetos educativos, assim como servir de material de reflexão para a prática de professores (BRASIL, 1998).

A implementação da transversalidade no currículo escolar, por meio dos PCNs, ao levar aos educandos assuntos de extrema relevância para a vida, busca dar sentido ao ensino e ao conteúdo do currículo regular, e tornou a educação um pouco mais próxima da realidade cotidiana dos estudantes (LOPES, 2008).

A forma como o currículo escolar era organizado foi considerado por alguns teóricos como um dos grandes responsáveis pela pouca relevância social dos conteúdos. Para se contrapor a essa ideia justifica-se a necessidade dos Temas Transversais, uma vez que a sociedade e os modos de produção estão cada dia mais complexos e globais e que a estruturação disciplinar do conhecimento corresponde a uma etapa inicial do modo de produção capitalista baseado na divisão linear do trabalho (LOPES, 2008).

Nos PCNs, especialmente do ensino fundamental, observa-se a orientação profissional como um dos objetivos da escola, e como pessoas responsáveis por esse trabalho o orientador educacional, psicólogo escolar e professor (BRASIL, 1998).

Os PCNs apresentam os temas transversais como parte integrante do currículo regular, devendo ser trabalhados sem haver distinção entre os conteúdos tradicionais e os temas, a saber: ética, meio ambiente, orientação sexual, saúde, pluralidade cultural, trabalho e consumo (BRASIL, 1998).

A orientação profissional, de acordo com os PCNs, pode ser desenvolvida como um tema transversal ao currículo, por meio das diferentes áreas do conhecimento, uma vez que a questão profissional 'Trabalho e Consumo' é um dos temas transversais proposto pelo MEC (BRASIL, 1998).

Lamas, Pereira e Barbosa (2008) reafirmam os benefícios e destacam a necessidade de realizar a orientação profissional como um tema transversal ao currículo, pelas diferentes áreas do conhecimento, uma vez que a questão profissional também é um dos temas transversais propostos pelo MEC.

Trabalhar a orientação profissional integrada ao currículo e não de forma clínica pode favorecer a participação, pois abrange todos os alunos, uma vez que seria desenvolvida no contexto da sala de aula pelo professor (LAMAS; PEREIRA; BARBOSA, 2008).

Para isso, seria necessária a formação e preparação do professor em relação aos processos que regem a orientação profissional, tais como: autoconhecimento, informação sobre as profissões e a integração desses aspectos em uma síntese, de modo que se construa uma identificação profissional e um projeto de vida, enfatizando a responsabilidade do estudante sobre sua decisão (SPARTA; BARDAGI; TEIXEIRA, 2006).

Os temas transversais, Trabalho e Consumo, dos PCNs do ensino fundamental, podem ser utilizados como bases norteadoras para o desenvolvimento de programas de orientação profissional em escolas, na medida em que apontam a necessidade de os professores utilizarem uma abordagem metodológica que insira o tema trabalho no dia a dia da sala de aula.

Isso possibilitaria aos alunos a ampliação e superação de modelos estereotipados de inserção no trabalho, com ações como: observação do trabalho e seus agentes; análise do contexto e das relações com a formalidade e informalidade; verificação do impacto de novas tecnologias no trabalho, do desemprego, da exploração do trabalho infantil e das lutas pelas leis trabalhistas; além da criação de espaços de experimentação organizacional em parcerias com iniciativa privada, sindicatos, organização não-governamental ou prefeituras, para

incentivar o pensar e recriar possibilidade de realizar trabalhos já conhecidos (BRASIL, 1998).

A legislação brasileira sobre educação descreve em seus textos a função da escola como promotora de cidadania e preparação do jovem para a vida adulta e o mundo do trabalho.

O trabalho e a cidadania são previstos como os principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se aplicar, a fim de que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade, especificamente no mundo das ocupações.

Ao propor a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos do processo produtivo, a LDB insere a experiência cotidiana e o trabalho no currículo do ensino fundamental e médio como elementos que facilitam a tarefa educativa de explicitar a relação entre teoria e prática (BRASIL, 2013b).

Ao usufruir as propostas transversais, o processo de escolha profissional pode se tornar muito mais rico e também promover saúde à medida que são proporcionadas, aos alunos, condições para refletirem acerca de si mesmos, da sociedade e projetos futuros (LAMAS; PEREIRA; BARBOSA, 2008).

Quanto aos PCNs, caracterizam-se:

por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas (BRASIL, 1998, p.10).

De acordo com os PCNs, uma forma de atuar e de trabalhar para a ampliação do campo de possibilidades de escolha profissional dos alunos é, em todas e quaisquer atividades realizadas observar: i) o trabalho e seus agentes; ii) a importância do trabalho na produção dos bens e serviços envolvidos; iii) o trabalho existente em cada objeto consumido; e iv) analisar seu contexto, criticando explicações individualistas ou fatalistas para as diferentes posições sociais dos indivíduos.

Em razão do ciclo e da experiência dos alunos, a análise pode ser aprofundada, considerando o processo de produção do bem ou serviço, a

qualificação necessária para o desempenho de uma função naquele processo, o salário auferido pelo trabalhador e os direitos que usufrui (BRASIL, 1998).

O estudo das relações de trabalho e suas condições, o impacto de novas tecnologias mudando as qualificações necessárias e o desemprego, a exploração do trabalho infantil, a luta pela manutenção e o desenvolvimento de novas leis regulando as relações de trabalho são temas que podem ser analisados com os alunos.

A análise da inserção das pessoas no trabalho deve propiciar que os alunos percebam suas identificações, singularidades às determinações existentes, questionando-as, ampliando e transformando sua consciência, seus valores e atitudes, adquirindo melhores condições de organizar seus projetos de vida (BRASIL, 2013b).

É importante destacar que as orientações descritas nos PCNs podem ou não serem seguidas pelas escolas, pois não têm rigor de lei. Pretendem somente auxiliar o professor e a escola na construção do projeto pedagógico. “Não são regras a respeito do que devem ou não fazer” (BRASIL, 1998, p.65).

4.2 Diretrizes curriculares da educação básica do estado do Maranhão

As diretrizes publicadas em 2014 retomam a finalidade do processo de ensino-aprendizagem em cada etapa da educação básica, reafirmando que:

O processo de escolarização no ensino médio está voltado à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, buscando articular o conteúdo, as competências e habilidades desenvolvidas com a preparação básica para o trabalho, a cidadania e o prosseguimento nos estudos e ainda, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos e dos fundamentos teórico-práticos de cada componente curricular (MARANHÃO, 2014, p. 14).

O documento de 2015, ‘Orientações Normativas para o Funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino no ano letivo de 2015’, não supera as limitações do publicado em 2014 no que tange à profissionalização e à orientação profissional, mas assume um tom político de mudança social, ao afirmar que tem o “compromisso de fazer do Estado do Maranhão uma terra com justiça e com igualdade social, eliminando situações inaceitáveis de sofrimento do nosso povo” (MARANHÃO, 2015, p. 9).

Essas Orientações apresentam a educação como um instrumento fundamental para melhorar a qualidade de vida da população maranhense, por meio de estratégias que orientem o processo educativo para a melhoria da aprendizagem, promovendo uma escola pública de equidade social e de qualidade a todos os maranhenses (MARANHÃO, 2015).

As Orientações Normativas, que estão em vigor no Estado desde 2015, propõem a reorganização da política curricular para o ensino médio, com foco na formação integral dos estudantes, garantindo condições estruturais e pedagógicas para proporcionar uma aprendizagem significativa, com qualidade e com inclusão social (MARANHÃO, 2015).

O documento está organizado em quatro eixos estruturantes e operacionais que se reportam às etapas e modalidades de ensino da educação básica. Além das diretrizes quanto ao funcionamento escolar, estão delineadas reflexões sobre indicadores educacionais, formação continuada dos profissionais de educação e orientações voltadas à organização curricular, com a finalidade de subsidiar o planejamento das ações da equipe pedagógica e docente no que se refere às ações administrativas e avaliativas, assim como a elaboração de plano de ensino e de atividade docente (MARANHÃO, 2015).

Os documentos estão em consonância com a política nacional de universalização do ensino médio e conforme as legislações em vigor. O grupo etário regular dessa etapa de ensino corresponde ao período entre 15 e 17 anos.

Fica claro, nos textos, que o currículo escolar deve respeitar a diversidade cultural, social e econômica dos jovens e adolescentes no tange aos seus anseios futuros, em especial às representações sociais e preparação para o trabalho (MARANHÃO, 2014).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares do estado do Maranhão e as Orientações Normativas para o Funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino, no ano letivo de 2015, propõem uma abordagem curricular integrada e transversal, contextualizada, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares, aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo, tendo em vista a participação e a cooperação (MARANHÃO, 2014; MARANHÃO, 2015).

Isso para:

Assegurar, portanto, a educação como direito de todos/as passa pelo entendimento de que o currículo a ser desenvolvido nas escolas garanta que os educandos se vejam naquilo que aprendem por meio dos conteúdos sistematizados, disciplinares, mas também dos conteúdos temáticos que expressam a diversidade (MARANHÃO, 2014, p. 69).

Verifica-se que, assim como na LDB 9394/96, as Diretrizes da Educação Básica do estado do Maranhão vinculam a educação básica à preparação para o trabalho, mas não deixa clara a forma como deve ser realizada. Assim como não explicita, nos seus textos, a necessidade do trabalho de orientação profissional nas escolas de ensino médio do estado do Maranhão.

4.3 Plano Decenal de Educação de Imperatriz

A Secretaria de Educação do município de Imperatriz, em parceria com a sociedade civil organizada, instituições de ensino superior, Conselhos e demais instituições que compõem o Fórum Municipal de Educação, desenvolveu em 2014 o Plano Decenal de Educação do Município de Imperatriz (MA) 2014-2023, que foi aprovado em 2015 pela câmara de vereadores do Município (IMPERATRIZ, 2015).

Esse Plano retoma as diretrizes do Plano Nacional da Educação e apresenta os objetivos do Plano Municipal de Educação (IMPERATRIZ, 2015, pp. 13-14):

Garantir às crianças, à juventude e a pessoas adultas e idosas, boas condições de acesso e permanência nas etapas e modalidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; II. Melhorar a qualidade da educação, especialmente da Rede Municipal de Ensino, investindo-se prioritariamente na formação continuada dos educadores e educadoras; III. Assegurar a efetiva aprendizagem dos/das estudantes envolvendo o domínio dos aspectos sócio-cognitivo-afetivo e cultural; IV. Promover a atuação de uma gestão escolar democrática e participativa; V. Implantar uma proposta curricular unificada para toda a rede de ensino, adequando o currículo escolar às especificidades locais, contemplando novos paradigmas e saberes da sociedade atual; VI. Implementar ações continuadas em prol do desenvolvimento equilibrado para uma sociedade sustentável e saudável; VII. Valorizar o/a profissional da educação da Rede Municipal de Ensino, investindo na sua formação continuada, com melhoria nas condições de serviço e salário; VIII. Estreitar o relacionamento entre escola e família, mediante aprimoramento de mecanismos de participação e envolvimento nas ações curriculares da escola; IX. Valorizar a educação do campo com incentivos de melhoria do acesso e permanência na escola, favorecendo oportunidades de ascensão social no próprio meio; X. Fortalecer na Secretaria Municipal de Educação, setor ou equipe técnica especializada e multidisciplinar, que trabalha com a diversidade, com o objetivo de realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades

referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações étnicorraciais, para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, [...]; XI. Assegurar o atendimento escolar aos/às estudantes público-alvo da Educação Especial desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, inclusive a Educação de Jovens Adultos/as, respeitando as suas necessidades e especificidades, considerando a responsabilidade de cada ente federado.

Além disso, o documento traz o perfil da cidade de Imperatriz e faz um diagnóstico da situação dos segmentos da educação infantil, ensino fundamental, médio, e das modalidades e diversidades da educação básica, apresentando grandes desafios em busca da redução dos índices de analfabetismo, evasão escolar e melhora dos níveis de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de analfabetismo - Pessoas de 15 anos ou mais anos de idade

Localidade	Ano – 2010
Brasil	8,6
Nordeste	16,9
Maranhão	21,6
Imperatriz	9,7

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado> (IMPERATRIZ, 2014)

Imperatriz apresenta taxa de analfabetismo 55% menor que a do estado do Maranhão, entretanto está mais alta que a do Brasil.

Ao analisar a educação infantil do Município, o PME aponta a necessidade de avançar no sentido de ampliar a formação dos professores e de todos trabalhadores (administrativos, equipe de apoio e alimentação).

Destaca também a importância da organização de espaços, tempos e materiais que viabilizem um trabalho mais direcionado ao público infantil e aos trabalhadores dessa etapa, e compara os desafios da educação infantil em Imperatriz aos de grande parte do território nacional, ressaltando

(...) a necessidade de reconhecer a criança como pequena cidadã de direitos que, apesar de competente para participar e falar das questões que lhe dizem respeito depende da pessoa adulta e de uma educação articulada para atender suas demandas. Uma educação que respeite os seus limites e que lhe fixe os limites da vida em sociedade, que considere suas necessidades de acordo com o seu desenvolvimento sem, de maneira nenhuma, antecipar o processo de escolarização que é próprio do Ensino Fundamental (IMPERATRIZ, 2015, p. 24).

O ensino fundamental em Imperatriz, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas da oferta de matrículas nos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, alcançou 74,50% de cobertura desse nível de ensino e as escolas da rede particular 25,50%. Nos anos finais, do 6º ao 9º ano, a rede municipal atendeu 74% das matrículas, a rede particular 19,62% e a rede estadual 6,38%.

Quanto à universalização em Imperatriz, os resultados têm apontado uma taxa de atendimento escolar que chega a 96,9% do total de crianças de sete a 14 anos (IMPERATRIZ, 2015).

Um dado que merece destaque é a insuficiência de infraestrutura física escolar da rede municipal de ensino, pois das 120 escolas que atuam com o ensino fundamental, 62 funcionam em prédios alugados, todas na zona urbana (IMPERATRIZ, 2015).

O município de Imperatriz desenvolve ações pelo Programa Mais Educação, chegando a atender 3.749 educandos em 22 escolas no ano de 2013 (IMPERATRIZ, 2015).

Tabela 3 – Ideb do Ensino Fundamental de Imperatriz (MA) – Anos finais

IDEB TOTAL	IDEB OBSERVADO								PROJEÇÕES	
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2021
ANO DE REF.										
BRASIL	3,5	3,8	4,0	4,1	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,5
MARANHÃO	3,2	3,4	3,6	3,6	3,2	3,4	3,6	4,1	4,4	5,2
IMPERATRIZ	3,4	3,4	3,9	4,0	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	5,4

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado> (IMPERATRIZ, 2014)

Com relação ao IDEB, o de Imperatriz desde 2005 supera o do estado do Maranhão e está muito próximo ao do Brasil.

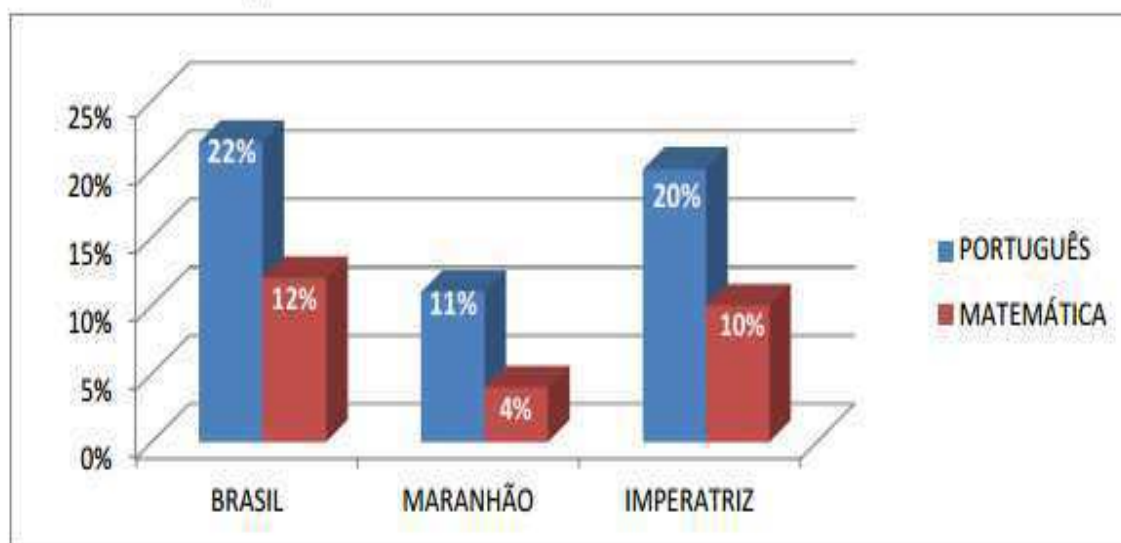


Gráfico 1 – Desempenho dos estudantes nos Anos Finais – Prova Brasil / 2011
 Fonte: qedu.org.br (IMPERATRIZ, 2014)

Quanto ao número de matrículas no município de Imperatriz, no período de 2003 a 2013 houve uma queda considerável na rede pública estadual, enquanto que na federal e na rede privada houve uma oscilação entre aumento e diminuição das matrículas, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Matrícula do Ensino Médio, por dependência administrativa 2003 a 2013 no município de Imperatriz (MA)

ANO	ENSINO MÉDIO			
	ESTADUAL	FEDERAL	PARTICULAR	TOTAL
2003	13.803	454	2334	16.591
2004	16.404	439	2545	19.388
2005	14.758	424	2828	18.010
2006	14.421	452	2722	17.595
2007	13.107	391	2276	15.776
2008	12.018	351	2566	14.935
2009	11.162	332	2516	14.010
2010	11.501	390	2215	14.106
2011	10.811	414	2314	13.539
2012	10.808	418	2285	13.511
2013	10.822	540	2123	13.485

Fonte: www.matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php (IMPERATRIZ, 2014)

O Governo do estado do Maranhão prevê a superação dessas dificuldades com a implantação do Programa Ensino Médio Inovador, que integra as ações de reestruturação dos currículos do ensino médio para promover:

- superação das desigualdades de oportunidades educacionais;
- universalização do acesso e permanência dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio;
- consolidação da identidade dessa etapa educacional, considerando a diversidade de sujeitos; e
- oferta de aprendizagem significativa para jovens e adultos, reconhecimento e priorização da interlocução com as culturas juvenis (IMPERATRIZ, 2014).

O Plano Decenal de Educação de Imperatriz apresenta algumas metas e aspectos referentes à gestão e valorização dos profissionais da educação, recursos financeiros, avaliação e acompanhamento do desempenho educacional e metas e estratégias do Plano Municipal 2015-2023.

Ressalta, também, a importância de o Município firmar parcerias com o sistema S (SESI, SESC, SENAI), instituições não governamentais e governamentais, além de ampliar a oferta da modalidade de educação para jovens e adultos (EJA) para formação profissional dos jovens, adultos e idosos (IMPERATRIZ, 2015).

O PME finaliza a análise do ensino fundamental afirmando que “Apesar das ações já desenvolvidas, são muitos os desafios a serem vencidos, ainda na década de vigência do presente plano” (IMPERATRIZ, 2015 p. 35), tais como:

Nível insatisfatório de aprendizagem dos/das estudantes; Fragilidade na qualificação técnico-pedagógica do corpo docente; Carência de profissionais da área de psicopedagogia que atuem efetivamente orientando o corpo docente e as famílias, no tocante ao redirecionamento de atividades que impulsionem a vida escolar dos/das estudantes; Quantitativo insuficiente de profissionais voltados ao diagnóstico e tratamento de estudantes e professores/as que apresentem comprometimentos psicológicos e situações de vulnerabilidade social; O alheamento de grande parte das famílias no sentido de não se portarem como sujeitos responsáveis também pela aprendizagem dos/as filhos/as; Dificuldade, por parte da escola, de aproximar as famílias das questões relacionadas à vida escolar dos/as filhos/as, conselho escolar e também nas demais questões que permeiam o ambiente educacional; Degradação do patrimônio físico escolar; Insuficiência de espaços adequados para práticas de Educação Física; Insuficiência e/ou inadequação dos espaços para funcionamento das escolas.

Verifica-se, também, que o Plano Decenal de Educação de Imperatriz não faz referência aos temas escolha profissional, orientação profissional e vocação, o que

reforça a necessidade de realizar o estudo de campo para verificar a existência/inexistência e as características do trabalho de orientação profissional no âmbito escolar.

4.4 Resultados dos Questionários Aplicados aos Gestores das Escolas

A avaliação dos aspectos práticos da orientação profissional nas escolas foi realizada com a aplicação dos questionários aos gestores e alunos, e a partir da quantificação e análise desses dados foi possível delinear o perfil da orientação profissional no sistema educacional de Imperatriz.

Após realizar a análise documental foi concluída a aplicação dos questionários aos gestores e alunos das escolas públicas e privadas. Assinaram o termo de consentimento para participação da pesquisa dez gestores escolares, sendo seis de escolas privadas e quatro de escolas públicas.

Foram recebidas 12 negativas para participação na pesquisa, sendo seis de escolas privadas e quatro de escolas públicas. Além disso, houve o encerramento de atividades no ano de 2015 de quatro escolas: duas privadas e duas públicas. Os gestores que negaram a realização da pesquisa justificaram a ausência de tempo deles e dos alunos para responderem aos questionários.

As escolas participantes da pesquisa tiveram seus nomes substituídos por números de um a dez, para preservar a identidade. Os dados apresentados nas Tabelas 5 e 6 são oriundos do relatório de desempenho por escola no Enem 2014.

Tabela 5. Caracterização das escolas participantes da pesquisa quanto à dependência administrativa, área, censo escolar, participação e Inse

ESCOLA	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ÁREA	Nº ALUNOS CENSO	Nº PARTICIPANTES	INDICADOR do NÍVEL SOCIOECONÔMICO
1	Privada	Urbana	30	31	Médio Alto
2	Privada	Urbana	31	31	Médio Alto
3	Privada	Urbana	43	31	Médio Alto
4	Privada	Urbana	61	18	Alto
5	Privada	Urbana	44	52	Alto
6	Privada	Urbana	24	25	Alto
-	Privada	Total	246	188	-
7	Estadual	Urbana	311	31	Médio
8	Estadual	Urbana	192	31	Médio
9	Estadual	Urbana	126	33	Médio
10	Estadual	Urbana	263	54	Médio Baixo
-	Pública	Total	892	149	-

Participaram do estudo 188 estudantes de seis escolas privadas e 149 de quatro públicas. Pelos dados apresentados na Tabela 5 verifica-se que o número de alunos declarados no censo escolar das escolas públicas é muito superior ao declarado pelas escolas privadas.

O objetivo do Indicador de nível socioeconômico das escolas “(...) é situar o conjunto dos alunos atendidos por cada escola em um estrato, definido pelo nível de escolaridade dos pais, posse de bens, renda e contratação de serviços pela família dos alunos” (BRASIL, 2015, pp. 3-4) (APÊNDICE C).

A Tabela 5 descreve que somente uma escola pública que participou da pesquisa tem nível socioeconômico médio baixo, ou seja, os alunos, de modo geral, indicaram que há em suas casas bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos na casa e um banheiro; alguns bens complementares, como DVD, computador e acesso à internet; a renda familiar mensal está entre 1 e 1,5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando.

Nas demais escolas públicas os alunos são classificados, em sua maioria, como de nível médio. Além dos itens elementares e complementares já descritos, possuem bens suplementares como freezer, um ou mais telefones fixos e um carro. A renda familiar mensal está entre 1,5 e 2 ou entre dois e cinco salários mínimos (BRASIL, 2015).

Nas escolas privadas o nível socioeconômico dos alunos variou entre médio alto e alto. O médio alto caracteriza-se por um quantitativo maior de bens elementares, como três quartos e dois banheiros; bens complementares, como um carro, além de uma TV por assinatura. A renda familiar mensal é maior, entre cinco e sete salários mínimos, e os pais que já completaram o ensino médio.

Metade das escolas apresenta o nível alto, pois os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares e bens complementares, como dois carros e renda familiar acima de sete salários mínimos. Os pais já completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação (BRASIL, 2015).

Tabela 6. Caracterização das escolas quanto aos indicadores do Enem

Escola	INDICADOR PERMANÊNCIA NA ESCOLA	FAIXA - INDICADOR DE FORMAÇÃO DOCENTE	Taxa de Aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono	Médias objetivas ENEM 2014	NÚMERO DE ALUNOS NO ENEM
1	De 60% a 80%	Maior que 50%	88,80	11,20	0,00	559,66	29
2	De 60% a 80%	Até 50%	94,60	4,30	1,10	500,08	27
3	De 60% a 80%	Até 50%	89,60	10,40	0,00	522,26	37
4	De 40% a 60%	Até 50%	100,00	0,00	0,00	532,89	52
5	De 60% a 80%	Até 50%	91,30	8,70	0,00	572,37	38
6	De 40% a 60%	Até 50%	100,00	0,00	0,00	584,84	22
7	De 60% a 80%	Maior que 50%	91,50	6,30	2,20	493,79	282
8	De 40% a 60%	Até 50%	76,70	12,30	11,00	464,2	127
9	De 40% a 60%	Maior que 50%	79,20	11,40	9,40	466,08	72
10	De 60% a 80%	Até 50%	72,30	13,40	14,30	472,83	159

Dentre os participantes, 100% dos diretores das escolas são do gênero feminino, com média de idade de 45 anos, variando de 22 a 61 anos. Estão na gestão dessas escolas em média há 15 anos. O menor tempo é de sete meses e o maior de 32 anos.

O tempo de exercício no cargo de gestor é maior nas escolas particulares, nas quais se verificou também que o gestor é o proprietário da escola ou parente em primeiro grau. Quanto à formação, todos os gestores têm nível superior em alguma licenciatura ou pedagogia, e 60% possuem pós-graduação completa, conforme Gráfico 2.

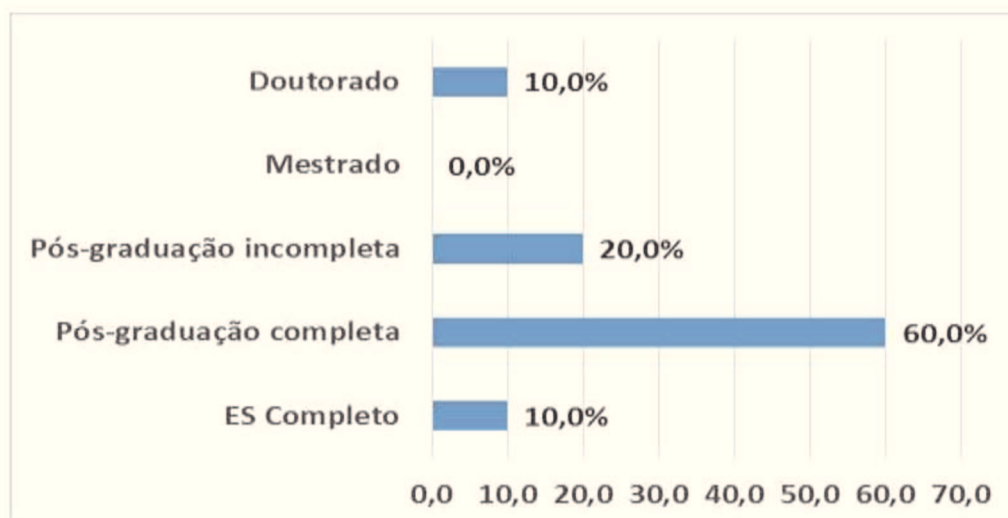


Gráfico 2 - Nível de escolaridade atual dos gestores (2015).

As escolas têm em média 27 anos de fundação. A mais recente tem oito anos e a mais antiga 64 anos de prestação de serviços educacionais. Das seis escolas privadas, quatro delas com educação infantil e ensino fundamental, além do ensino médio. As escolas públicas estaduais de educação básica oferecem somente ensino médio, como proposto na LDB (BRASIL, 1996).

O avanço da qualidade na educação brasileira depende, fundamentalmente, do compromisso político, dos gestores educacionais das diferentes instâncias da educação, do respeito às diversidades dos estudantes, da competência dos professores e demais profissionais da educação, da garantia da autonomia responsável das instituições escolares na formulação de seu projeto político-pedagógico (BRASIL, 2013).

Esse projeto deve possibilitar a ampliação da compreensão sobre as relações entre o indivíduo, o trabalho, a sociedade e a espécie humana, seus limites e suas potencialidades. Deve-se buscar a qualidade da educação para que as crianças e os jovens possam continuar a estudar em etapas e níveis superiores, para integrar-se no mundo do trabalho em seu direito inalienável de alcançar o lugar de cidadãos responsáveis, formados nos valores democráticos e na cultura do esforço e da solidariedade (BRASIL, 2013).

Dessa forma, o nível de escolaridade e a realização de programas de formação continuada para gestores e professores poderiam ampliar o olhar sobre o projeto político-pedagógico da escola, especialmente na parte diversificada do currículo do ensino médio, no intuito de promover a orientação profissional como um dos temas transversais, e assim, alcançar essa propagação integração com o mundo do trabalho prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino médio (BRASIL, 2013).

Todos os gestores consideram importante a realização de programas de orientação profissional na escola e afirmam realizar algum trabalho de orientação profissional para os alunos, especialmente para os estudantes do 3º ano do ensino médio.

Algumas escolas privadas, quatro delas, realizam trabalho de orientação profissional também no ensino fundamental II (séries finais) e uma escola realiza no ensino fundamental I (séries iniciais) (BRASIL, 2013).

Os PCNs preveem o estudo do tema trabalho e consumo desde o ensino fundamental como tema transversal ao currículo (BRASIL, 1998). A orientação

profissional poderia ser inserida nesse eixo de estudo desde o ensino fundamental para aproximar a criança e o jovem do mundo do trabalho e favorecer posteriormente uma escolha profissional mais assertiva.

Quando questionados sobre as informações que a equipe de professores e coordenadores recebem sobre o processo de escolha profissional, vestibulares, ENEM e preparação para o trabalho, apenas um gestor assinala que a equipe não recebe informações. Os demais gestores apontam que a equipe é informada em congressos, cursos e formações realizadas pelo MEC.

Em relação à existência de psicólogos na escola, verificou-se que somente três escolas privadas dispõem desse profissional com uma carga horária média de 30h de trabalho para diversas demandas, inclusive a realização da orientação profissional. Nas demais escolas, o trabalho de orientação profissional é desenvolvido por professores, supervisores, coordenadores, orientadores educacionais, além de profissionais voluntários que foram convidados para ministrar palestras.

Verifica-se a inexistência de diretrizes que regulamentam a prática da orientação profissional nas escolas, ou de materiais que informem os gestores e profissionais da educação sobre essa prática.

A ausência de um profissional que realize a orientação profissional, como o psicólogo ou pedagogo com formação de orientador, voltada à capacitação para o trabalho em grupos, ao entendimento das questões da adolescência e ao conhecimento do mundo profissional marcado pela formação superior, em 70% das escolas, pode explicar a carência de programas sistematizados de orientação profissional no sistema educacional de Imperatriz.

Segundo Soares (1999, p.14), “a orientação profissional trata-se de uma área multidisciplinar, sendo também de responsabilidade de pedagogos, orientadores educacionais, administradores, economistas e sociólogos”.

Em países desenvolvidos, a orientação educacional e vocacional tem sido política de Estado. Segundo Lassance, Melo-Silva, Bardagi e Paradiso (2007), observam-se relações entre desenvolvimento social e econômico e a oferta de serviços de orientação e educação para a carreira.

A União Europeia, no ‘Memorando sobre Educação Continuada’, de 2000, declarou como princípio a educação continuada e inclusiva, tornando a orientação uma ferramenta fundamental (JENSCHKE, 2003). Nesse contexto, verifica-se a

preocupação com a formação dos profissionais que atuam na área de orientação profissional desde a década de 1950, recomendando-se o treinamento e o exercício da profissão de orientador (LASSANCE; MELO-SILVA; BARDAGI; PARADISO, 2007).

Alunos e profissionais de seis escolas, sendo duas públicas e quatro privadas, utilizam materiais para o trabalho de orientação profissional. Dentre os materiais listados estavam: orientação profissional, empregabilidade e empreendedorismo (OPEE); Associação Paulista Sudoeste da Igreja Adventista (APSE); panfletos; matérias de revistas e teste psicológicos, que não foram especificados.

A OPEE, vinculada à editora FTD, publica livros para todas as séries e anos dos ensinos infantil, fundamental e médio. A obra, que conta também com materiais de apoio impressos e digitais (revistas, cadernos e suplementos, *newsletters* e portal na internet), é utilizada em diversos sistemas de ensino no Brasil.

Os materiais abordam os temas: autoconhecimento; educação financeira e escolha profissional, empreendedorismo e mercado de trabalho; vestibular ou processos seletivos. Ainda faz parte da metodologia um dicionário e guia de profissões.

O autor da coleção é o psicoterapeuta e professor Leo Fraiman, mestre pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em psicologia escolar, autor de mais de 20 livros e palestrante internacional (OPEE, 2015). Esse material é utilizado em uma das escolas privadas como disciplina, chamada Projeto de Vida, com carga horária semanal de uma aula, em todo o ensino fundamental (1º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano), ou seja, estudantes dos seis aos 18 anos.

Para favorecer a compreensão da proposta da metodologia OPEE seguem algumas informações:

Com livros que podem ser aplicados em todos os anos e séries da educação (...) propomos um trabalho de construção de projetos de vida, com foco no autoconhecimento, na orientação profissional, no empreendedorismo, na educação financeira, no mercado de trabalho e no preparo para os processos seletivos. (...) a OPEE visa dar maior sentido a todo o conteúdo pedagógico, possibilitando ao aluno o foco necessário para que faça escolhas mais assertivas. A contribuição do nosso material é com a formação de cidadãos capazes de praticar, na vida pessoal e no trabalho, virtudes. (...) Entre os jovens, nossa meta é evitar que eles façam parte da triste estatística brasileira de evasão universitária (900 mil desistem dos cursos que escolheram a cada ano) e que sejam felizes com suas escolhas profissionais (por isso, trabalhamos em todos os livros o autoconhecimento, pois só quem se conhece sabe fazer escolhas duradouras) (OPEE, 2015, p.15).

Uma rede de ensino Adventista realiza um projeto de orientação vocacional e profissional desenvolvido pelo Grupo APSE Internacional, que é uma empresa especializada no desenvolvimento de organizações e talentos humanos.

O objetivo da rede consiste em fornecer informações aos alunos e apoio necessário para a escolha profissional. É uma ferramenta para auxiliar o estudante na escolha da sua profissão e carreira pelo processo de autoconhecimento (EDUCAÇÃO ADVENTISTA, 2015).

Esse material é utilizado com estudantes do 2º e 3º ano do ensino médio em palestras, testes e devolutivas aos alunos por uma equipe de especialistas.

Os principais instrumentos utilizados no auxílio aos alunos na escolha nas escolas foram as palestras (100% das escolas) com profissionais de diversas áreas do conhecimento, materiais informativos sobre profissões e grupos de discussão. Também são utilizadas palestras com os pais, feira das profissões e atividades dirigidas por psicólogos.

A frequência de realização das atividades, apresentada no Gráfico 3, varia muito em cada atividade e escola, sendo mais comum a realização de palestras, uma vez por ano; distribuição de material informativo e palestras bimestralmente, embora 60% das escolas não realizam palestras para pais; 70% não fazem feira das profissões e 50% não realizam grupo de discussão sobre orientação profissional.

Somente uma escola privada realiza atividades semanais, incluindo na matriz curricular um horário específico para as atividades de orientação profissional.

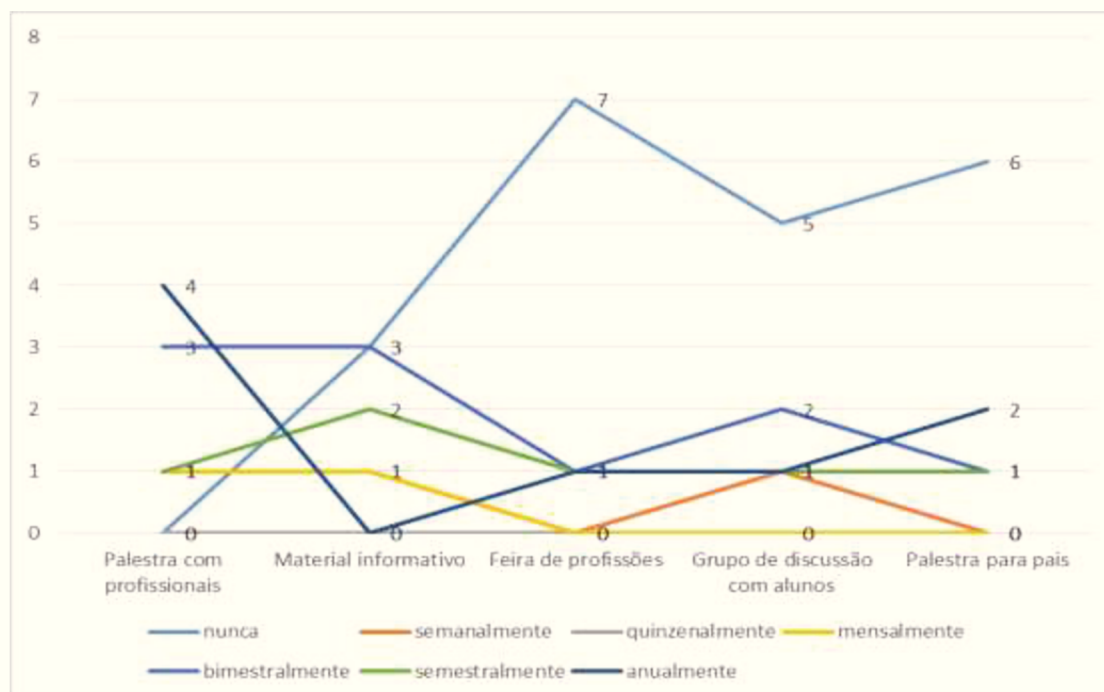


Gráfico 3 -Frequência de instrumentos utilizados na orientação profissional nas escolas (2015)

Soares (2002) propõe que a atividade fim da orientação profissional seja o assessoramento do indivíduo na superação das dificuldades encontradas diante do processo de escolha. Para isso, são utilizados diversos recursos:

(...) algumas das possíveis ações voltadas à Orientação Profissional podem ser: palestras sobre o tema ministradas para os alunos, pais e professores; realização de feiras das profissões; desenvolvimento de programas pedagógicos objetivando discutir sobre a escolha; esclarecimentos sobre as profissões, cursos técnicos e de graduação através de material informativo; criação de oficinas para os alunos onde eles possam expressar seus conflitos através de diversas expressões artísticas como a dança, o teatro ou a música; desenvolver trabalho de articulação entre os professores de cursos de graduação e os do ensino médio (ALVIM, 2011).

No Gráfico 4 pode-se verificar que as ocupações de nível técnico e as informações sobre o mercado de trabalho são abordadas por mais da metade das escolas (60%) nas atividades de orientação profissional, em quatro escolas da rede privada e duas da rede pública. O tema desenvolvimento regional é abordado em metade das escolas e está presente em três escolas privadas e duas públicas.

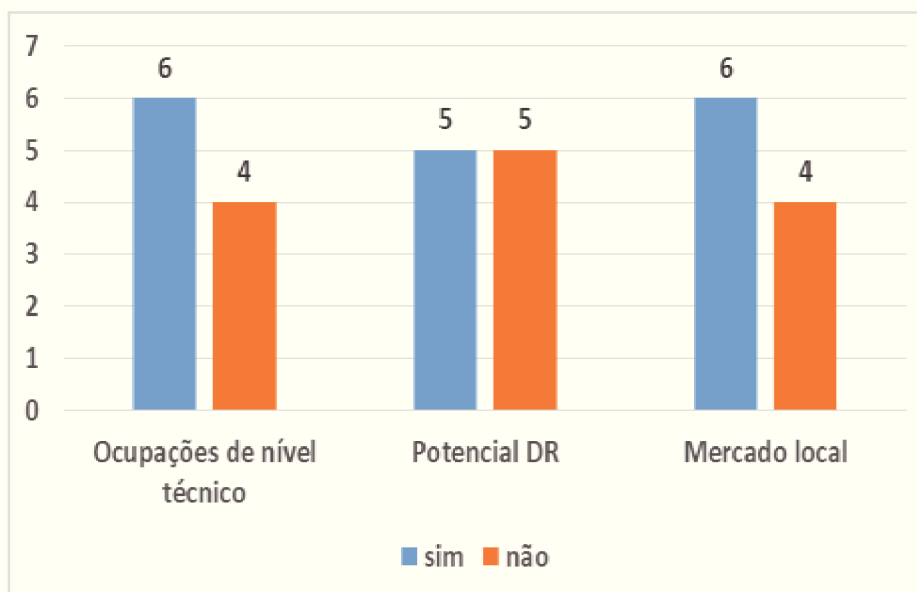


Gráfico 4 - Temas trabalhados na orientação profissional (2015)

Diversos estudos enfatizam a importância de a educação ter, além de uma visão ampla da realidade, um foco nas condições e potencialidades regionais (DINIZ; SANTOS; CROCCO, 2006), uma vez que o desenvolvimento perpassa pela educação, pois possibilita a ampliação das liberdades (SEN, 2010).

Uma abordagem holística para a educação deveria, segundo Jenschke (2003), combinar a preparação para a vida e para o trabalho. Dessa forma, considera-se preocupante a ausência, em quase metade das escolas, da discussão de temas como desenvolvimento regional e mercado de trabalho.

4.5 Resultados dos Questionários Aplicados aos Alunos

Foram aplicados 337 questionários aos alunos do 3º ano do ensino médio de dez escolas públicas e privadas, da área urbana da cidade de Imperatriz. A amostra está representada por 53,1% de estudantes do gênero feminino, e 55,8% oriundos de escola privada, conforme apresentam os Gráficos 5 e 6.

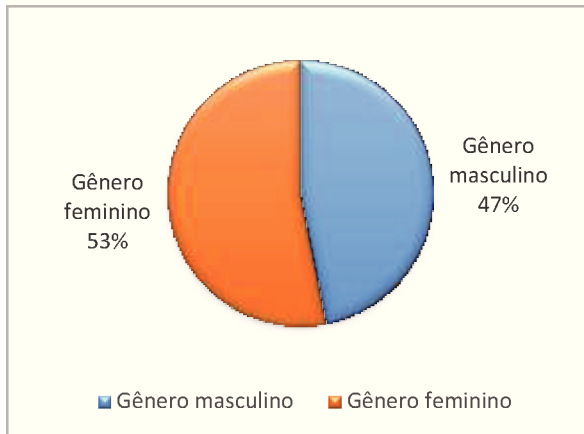


Gráfico 5 - Amostra por gênero (2015)

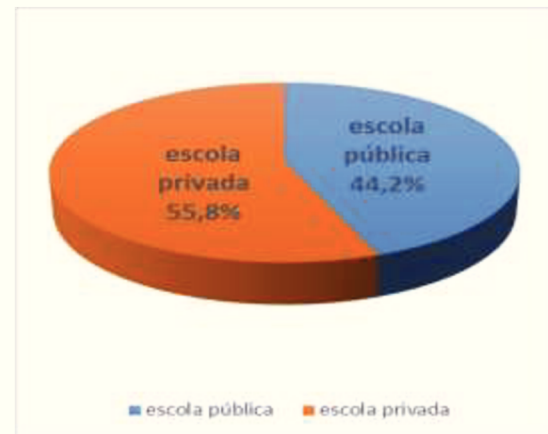


Gráfico 6 - Amostra por escola (2015)

Para efeito de classificação econômica foi aplicado, aos alunos, o critério de classificação econômica Brasil (CCEB), da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), atualizado em 2015 (ABEP, 2015).

O Gráfico 7 apresenta a classificação econômica da amostra por escola e sua comparação com a classificação da região Nordeste e do Brasil.

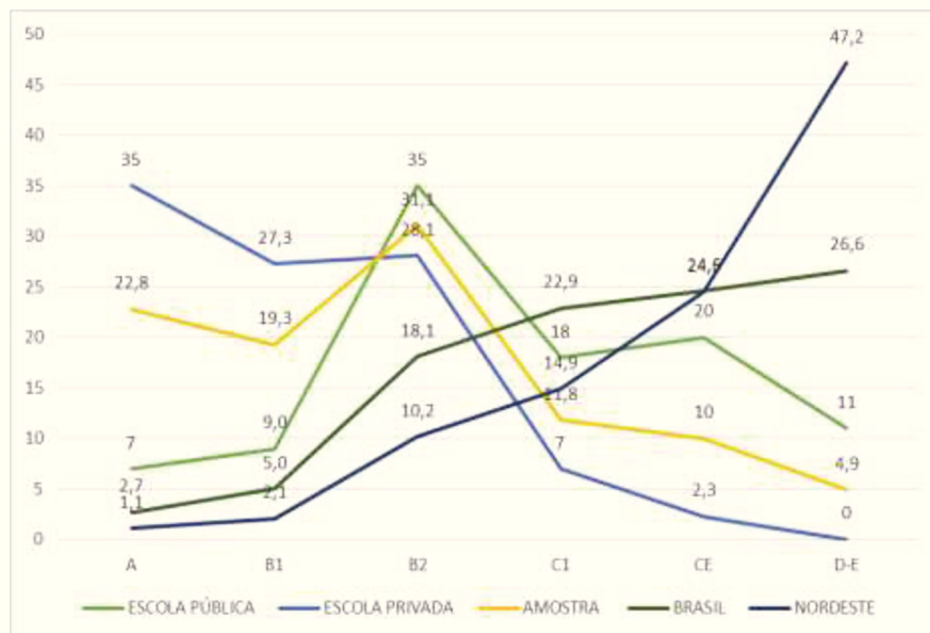


Gráfico 7 - Comparativo da CCEB da amostra em percentuais (2015)

Verifica-se que a classificação econômica da amostra em classes é superior ao estrato previsto para o Brasil e Nordeste para as classes A, B1 e B2, e inferior nas classes C1, C2 e D-E. Isso demonstra que a condição socioeconômica da

população pesquisada está acima da média para a região Nordeste e o Brasil, pois 73% da amostra estão entre as classes B2 e A, com renda média domiciliar entre R\$ 4427,36 e R\$ 20.272,56.

Tabela 7. Comparativo da classificação econômica por categoria de escola e amostra em porcentagem

CCEB	PÚBLICA	PRIVADA	AMOSTRA	BRASIL	NORDESTE
A	7	35	22,8	2,7	1,1
B1	9,0	27,3	19,3	5,0	2,1
B2	35	28,1	31,1	18,1	10,2
C1	18	7	11,8	22,9	14,9
CE	20	2,3	10	24,6	24,5
D-E	11	0	4,9	26,6	47,2

Quando comparadas as escolas públicas e privadas observa-se que 90% dos alunos das escolas privadas estão entre as classes B2 e A, e nas escolas públicas somente 51% estão nessas classes, portanto 49% dos alunos oriundos da escola pública estão entre as classes D-E, C1 e C2.

Tabela 8. Estrato Socioeconômico e renda domiciliar média

Estrato Socioeconômico	Renda média domiciliar
A	R\$20.272,56
B1	R\$8.695,88
B2	R\$4.427,36
C1	R\$2.409,01
C2	R\$1.446,24
D - E	R\$639,78
TOTAL	R\$2.876,05

Fonte: ABEP, 2015

Gonçalves e Coimbra (2007) e Ribeiro (2003) relatam que existe uma relação entre o índice socioeconômico dos pais e as oportunidades de exploração vocacional e as expectativas de formação e sucesso profissional dos filhos. Os pais com níveis socioeconômicos mais elevados são capazes de proporcionar experiências aos filhos no sentido da competitividade, da independência e da assertividade.

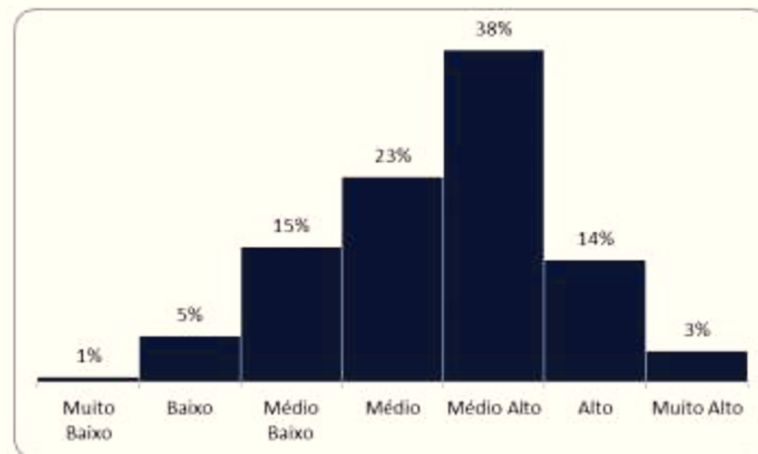


Figura 2 - Inse por grupo de escolas participantes do ENEM 2013
Fonte: BRASIL (2015)

Outro parâmetro que pode ser analisado é Inse, divulgado pelo INEP nos resultados do ENEM 2013 (Figura 2), em que 90% das escolas participantes da pesquisa são consideradas de níveis socioeconômicos médio, médio alto e alto.

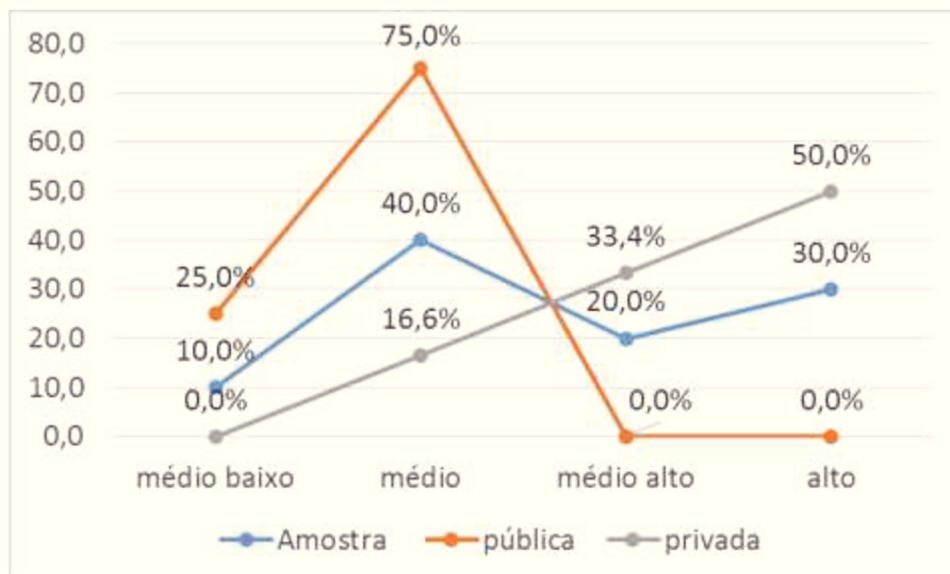


Gráfico 8 - Inse das escolas pesquisadas (BRASIL, 2015a)

Os dados do Inse possibilitam, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato social, apontando o padrão de vida referente a cada um de seus níveis ou estratos. Esse indicador é calculado a partir do nível de escolaridade dos pais, da posse de bens, e da contratação de serviços pela família do aluno (BRASIL, 2013d).

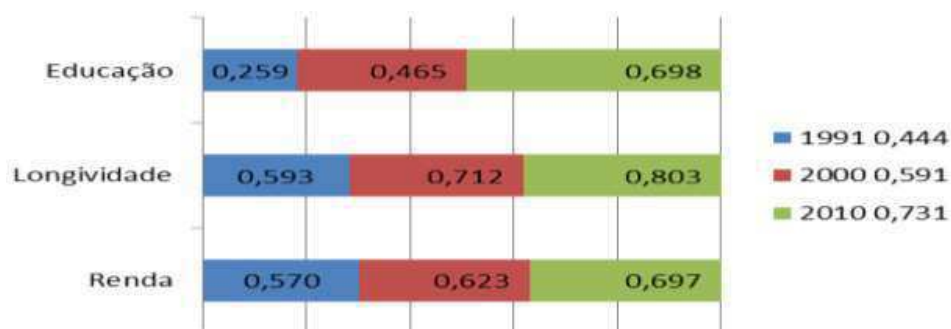


Gráfico 9 – IDHM de Imperatriz (MA) (BRASIL, 2014)

A cidade de Imperatriz apresenta faixa de desenvolvimento humano alto, IDHM entre 0,7 e 0,799, conforme os dados do PNUD (BRASIL, 2014) descritos no Gráfico 9, o que pode explicar a classificação pelo critério econômico acima da média do Nordeste e do Brasil.

Verifica-se o índice de aprendizagem e são estabelecidas metas para a educação pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse Índice funciona como um indicador nacional, que possibilita, à população, o monitoramento da qualidade da educação por meio de dados, com os quais a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias (IMPERATRIZ, 2015).

Além do IDH alto, os resultados no IDEB de Imperatriz superam o Maranhão e se equiparam ao Brasil, segundo a Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz

É possível perceber um conjunto de mudanças no perfil da educação municipal que se reflete em seus indicadores e resultados, apresentando uma posição superior à média do conjunto do Estado, e bem próximo à realidade da média geral dos índices alcançados no Brasil (IMPERATRIZ, 2015, p. 18).

Mais de 80% dos estudantes, ao serem questionados sobre o que pretendiam fazer após a conclusão do ensino médio, responderam que desejam cursar o ensino superior, como se vê no Gráfico 10.

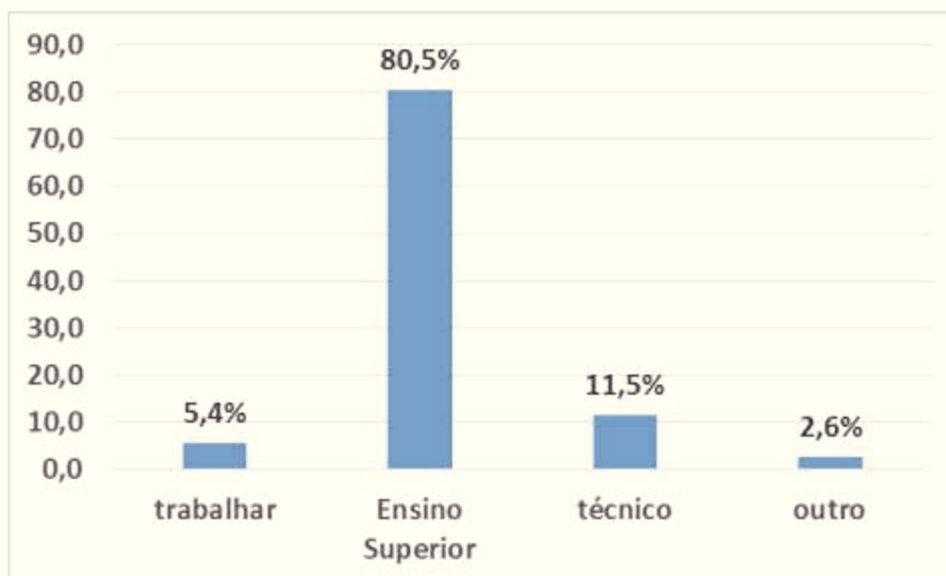


Gráfico 10 - Perspectivas pós-conclusão do Ensino Médio (2015)

Dados semelhantes foram encontrados por Sparta e Gomes (2005) na pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre (RS), em que 86,2% dos jovens de 15 a 23 anos pretendiam, após a conclusão do ensino médio, realizar o vestibular para acessar o ensino superior.

Observa-se, também, que existem diferenças importantes na perspectiva pós-conclusão do ensino médio entre as categorias de escola: 96,8% dos alunos da escola privada desejam ingressar no ensino superior, entretanto, somente 61% dos alunos da escola pública tem essa pretensão; 23,3% pretendem realizar um curso técnico; e 10% almejam trabalhar imediatamente.

Apesar da diferença entre as categorias das escolas ter sido significativa para a alternativa ensino superior, essa foi a opção escolhida com maior frequência pelos alunos das escolas públicas e privadas.

Para Sparta e Gomes (2005), o acesso ao ensino superior pelo estudante brasileiro de classes sociais mais favorecidas é percebido como uma evolução natural do processo de estudo ou como único caminho para o ingresso no mercado de trabalho.

Segundo os autores, isso influencia diretamente o currículo e a educação no ensino médio, focando na preparação para os exames de acesso ao ensino superior e negligenciando a preparação do estudante para o mundo adulto e mundo do trabalho.

Os estudantes das escolas públicas consideraram o ingresso imediato ao mercado de trabalho como uma opção relevante, mostrando-se também interessados na formação profissionalizante. Esses resultados podem estar associados à situação socioeconômica dos participantes, já que a entrada imediata ao mercado de trabalho subentende o aumento da renda familiar (SPARTA; GOMES, 2005).

Os interesses dos adolescentes são diversificados e uma única forma de trabalhar a orientação profissional não atenderá todas as demandas. Por isso, a orientação profissional deve ter como norte a construção do projeto de vida do jovem, inclusive para inserção no mercado de trabalho, e não orientar, apenas, na escolha de profissões de nível superior (RIBEIRO, 2003).

Quando questionados se seus pais conversaram sobre o processo de escolha profissional, 85% dos estudantes participantes da pesquisa relatam que sim, como demonstrado no Gráfico 11, o que mostra a participação e influência da família no processo de escolha profissional, o que está corroborado pelos dados apresentados no Gráfico 19.



Gráfico 11 - Pais e a escolha profissional (2015)

Outro estudo, realizado em Portugal, com adolescentes e seus pais, aponta a influência óbvia do contexto familiar no desenvolvimento das trajetórias vocacionais dos adolescentes e jovens, o que reafirma que esse contexto, principalmente os pais, influenciam direta ou indiretamente as trajetórias vocacionais dos adolescentes (EURYDICE, 2013; GONÇALVES; COIMBRA, 2007).

Gonçalves e Coimbra (2007) fazem uma ressalva referente à qualidade ou níveis de comunicação no ambiente familiar, pois consideram que a qualidade dos projetos depende das possibilidades que o contexto da família proporciona ou inviabiliza, sobretudo em termos de apoio emocional e material.

Quanto à importância de receber informações referentes à escolha profissional na escola, para quase totalidade dos alunos (94%) isso é importante no processo de escolha profissional, corroborando com o estudo realizado por Alvim e Menin (2012) na cidade de Presidente Prudente (SP).

O estudo aponta que o papel da escola é destacado como primordial nas escolhas realizadas por jovens, seja manifestado pela presença ou não de suas ações voltadas para as práticas de orientação profissional no espaço escolar.



Gráfico 12- Importância das informações sobre escolha profissional (2015)

Apesar de todos os gestores afirmarem que desenvolvem atividades de orientação profissional na escola e a importância dada ao tema pelos estudantes, somente 63,4% dos pesquisados participaram de alguma atividade de orientação profissional na escola.

Há uma discrepância entre o que foi informado pelos gestores quanto à realização de orientação profissional e o que foi percebido ou vivenciado pelos jovens no ambiente escolar.

Aproximadamente 69% dos estudantes oriundos de escola privada dizem ter participado de atividades de orientação profissional na escola. Esse percentual cai para 56,8% em relação aos estudantes da escola pública.



Gráfico 13 - Participação na OP nas escolas (2015)

Com relação às atividades vivenciadas na escola, somente 31,6% dos estudantes afirmaram ter participado de palestras de orientação profissional, contra a afirmação de realização de palestra por 100% dos gestores. Escola, escola, escola

Do total de alunos, 22,1% relatam que participaram de atividades conduzidas pelo psicólogo escolar, realidade exclusiva das escolas da rede privada, que dispõem desse profissional.

Do total de estudantes, 14% responderam 'outros' e citaram os testes psicológicos como atividades de orientação profissional, mas não especificaram quais testes realizaram.

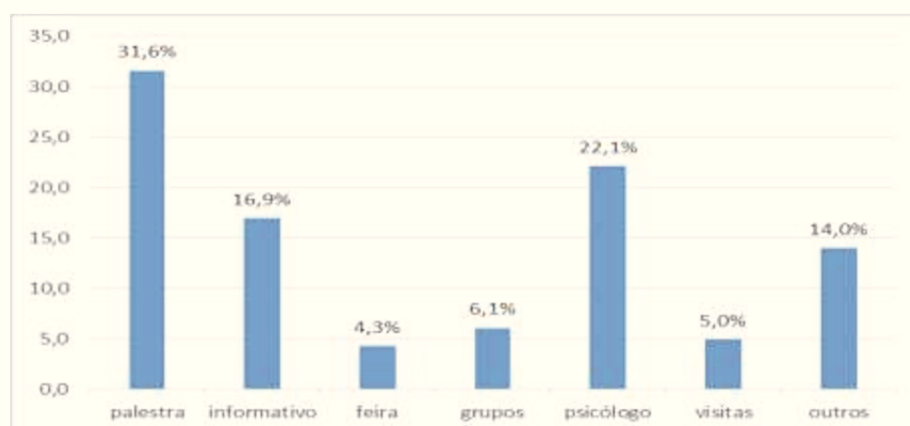


Gráfico 14 - Atividades de OP na escola (2015)

Quando se questionou sobre os profissionais que realizam as atividades de orientação profissional na escola houve consonância entre as informações fornecidas pelos gestores e as dos alunos, destacando-se a participação de

psicólogos, especialmente na rede privada de ensino, mas também de professores, coordenadores, supervisores, diretores, orientadores educacionais, pedagogos e psicopedagogos, além dos profissionais que ministram palestras aos alunos.

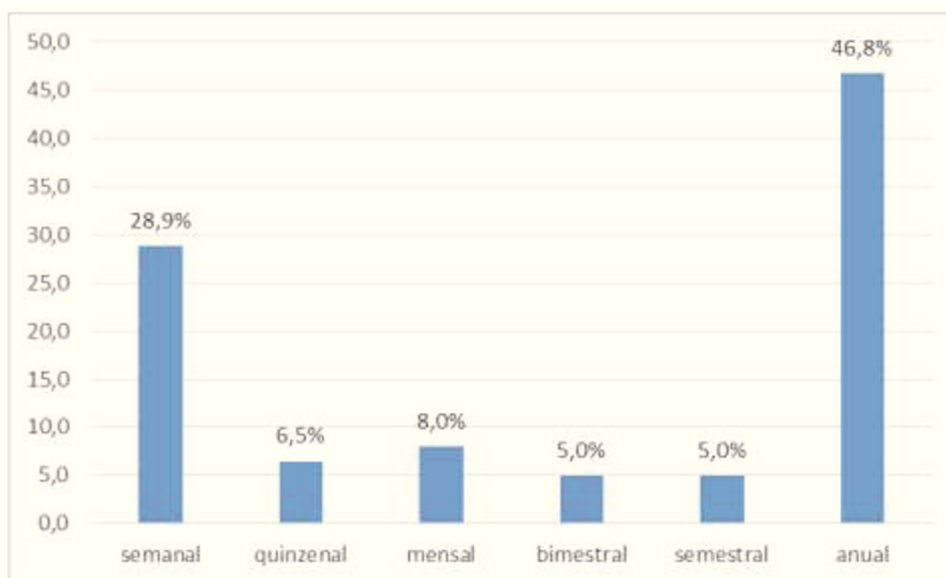


Gráfico 15: Frequência de participação nas atividades de orientação profissional na escola (2015)

Os profissionais que realizaram palestras, citados pelos alunos, foram: administrador, arquiteto, biólogo, jornalista, médico, médico veterinário, militar, nutricionista, odontólogo, professor de educação física, psicólogo, químico e técnico em edificações. Verifica-se que somente um profissional de nível técnico realizou alguma atividade com os alunos.

Observa-se, também, que os profissionais que ministram palestras com ênfase no relato de experiência, que trata desde a escolha profissional até a atuação no mercado de trabalho, são de diversas áreas do conhecimento, mas com predomínio para a área da saúde.

A escolha das profissões é feita por indicação dos alunos para os gestores após a aplicação de testes de sondagem de aptidão ou de questionários referentes às áreas ou profissões que desejam obter informações. A partir dessas informações, os gestores convidam os profissionais que representem a profissão desejada pelos alunos. Essa escolha se dá, geralmente, por afinidade e acessibilidade ao profissional.

Quanto à abordagem dos temas 'mercado de trabalho' e 'formação em cursos de nível técnico', as respostas dos alunos estão em consonância com as dos gestores, conforme demonstra o Gráfico 16.

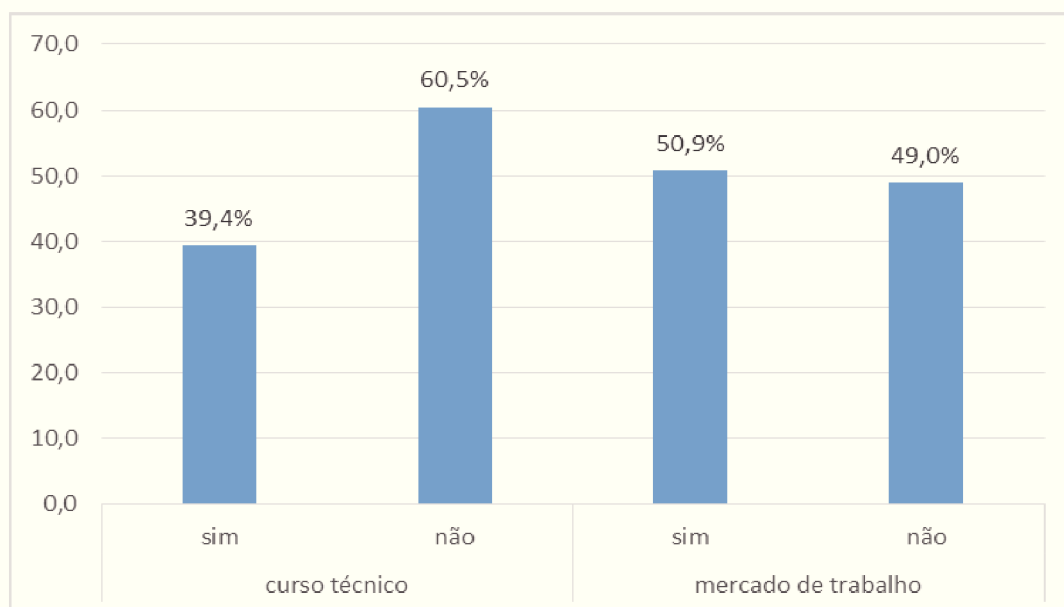


Gráfico 16 - Curso técnico e mercado de trabalho como tema de OP (2015)

Constatou-se que a formação técnica e o tema 'mercado de trabalho' ainda são pouco valorizados nas atividades de orientação profissional, o que pode representar uma dificuldade de correlacionar as atividades na escola com a realidade no mundo do trabalho. Segundo o MEC, aproximar e preparar o adolescente ao mundo do trabalho deveria ser a essência do ensino médio (BRASIL, 2013d).

Nos estudos de Soares (2002) e Lamas, Pereira e Barbosa (2008) são relatadas as diversas implicações sociais que uma escolha profissional com pouco conhecimento sobre o mundo do trabalho pode ocasionar, em função da ausência de uma preocupação sistemática da escola ou da família.

Com base na teoria do capital humano, Schultz (1973) defende que para a educação poder desempenhar adequadamente sua função, as instituições escolares devem buscar investimentos para a formação de professores e pesquisa, em busca da descoberta e desenvolvimento de talentos dos estudantes, bem como instruí-los para que saibam lidar com as flutuações de oportunidade de emprego.

O processo de escolha, segundo Noronha (2013), pode ser compreendido por meio de uma abordagem macrossociológica e a descrição dos condicionantes do ato

de escolha individual, tais como a posição social objetiva dos sujeitos que escolhem; estrutura de oportunidades do sistema universitário; e características do mercado de trabalho.

De acordo com 32% dos estudantes (Gráfico 17), as atividades de orientação profissional desenvolvidas na escola não auxiliaram a escolha da futura profissão. Diante disso, não se pode concluir que a orientação profissional não seja útil ou eficaz, mas sim que a forma como foi realizada, no que tange a planejamento, frequência e escolha das atividades, na percepção de 32% dos estudantes pode não ter contribuído para a escolha. Um percentual significativo de estudantes (68%), entretanto, considera que a orientação profissional auxiliou na escolha profissional.

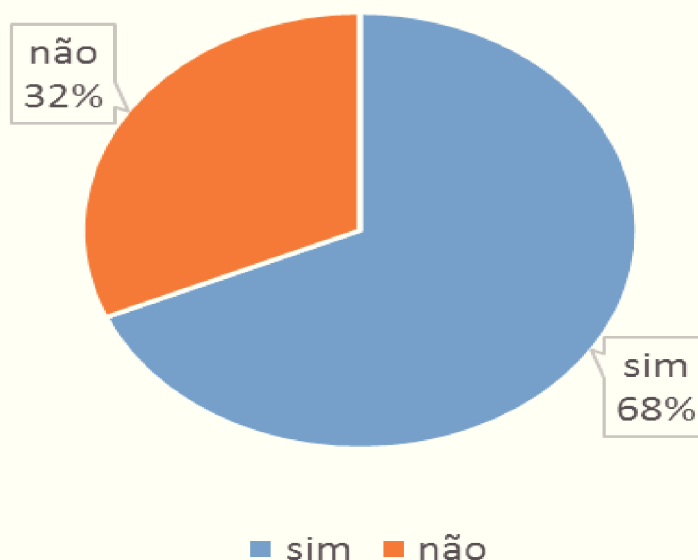


Gráfico 17 - Auxílio na escolha profissional pela orientação profissional (2015)

Nas escolas verificou-se que foram realizadas diversas atividades de orientação profissional com baixa frequência de participação dos alunos, mesmo assim a maioria dos estudantes consideraram que foi importante a sua participação nessas atividades e que estas contribuíram com o processo de escolha profissional. Em consonância com isso verifica-se que 74% afirmam que já escolheram suas profissões.

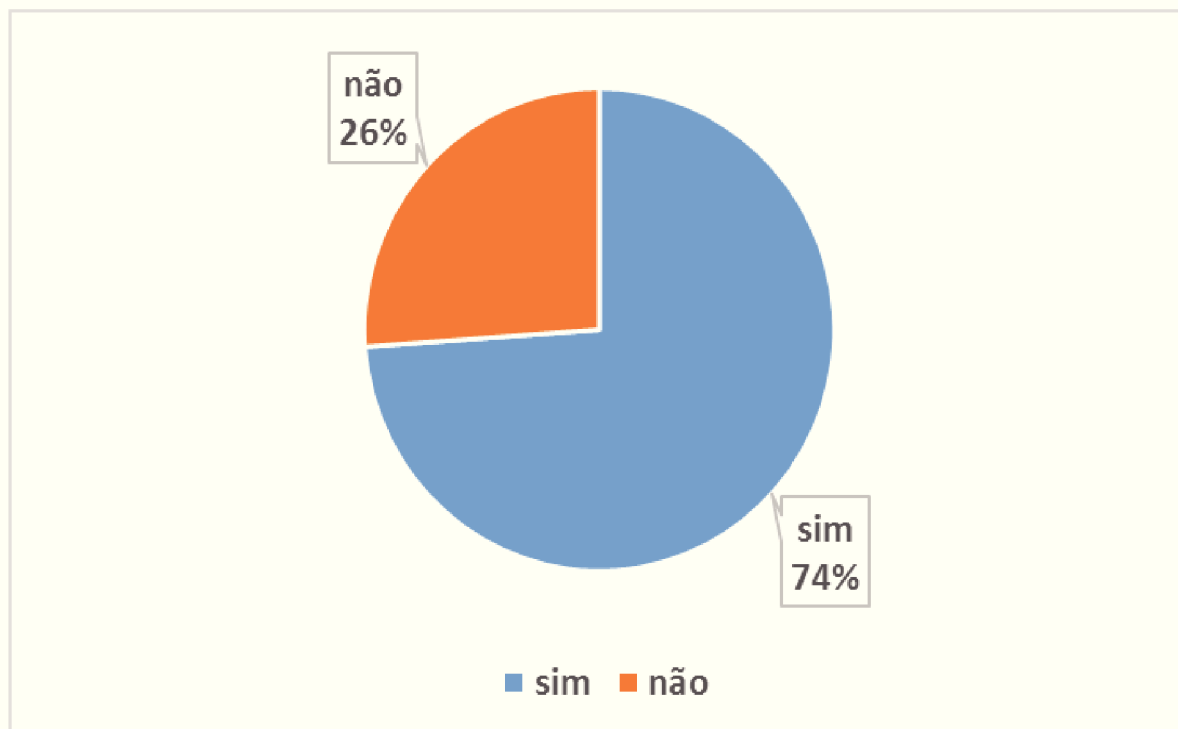


Gráfico 18 - Escolha profissional definida (2015)

Os estudantes que já fizeram sua escolha profissional citam ao todo 28 profissões, sendo cinco de nível técnico, tais como: político, empresário, militar, policial, técnico em edificações. Das profissões que exigem formação superior destacam-se cinco cursos escolhidos por 71,4% dos alunos: Direito (25,8%), Medicina (22%), Engenharias (11%), Odontologia (6,6%) e Psicologia (6%).

Mais de 30% dos estudantes das escolas particulares optaram por Medicina, contrapondo-se a somente 5% dos estudantes das escolas públicas que fizeram essa escolha. Medicina é a carreira mais escolhida por estudantes na rede privada e na rede pública é a quinta preferida, empatando com educação física e ciências da computação.

O que predomina entre 30% dos estudantes da rede pública é a profissão de advogado. Há quatro cursos superiores de Direito na cidade, sendo três em faculdades e centros de ensino privados e um na Universidade Federal do Maranhão (Quadro 2).

Diversos estudos realizados no Brasil apresentam resultados semelhantes a este, pois os cursos de maior preferência e de maior concorrência nos vestibulares são: Medicina, Direito e Engenharia.

Instituição		Categoria administrativa	Ano A.R. ¹²	Cursos de Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO UFMA		PÚBLICA FEDERAL	1966	Medicina, Matemática, Direito, Ciências Contábeis, Engenharia de Alimentos, Artes Visuais, Ciências Humanas - Sociologia, Ciências Naturais – Biologia, Comunicação Social, Enfermagem e Pedagogia.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO UEMA		PÚBLICA ESTADUAL	1972	Administração, Administração Pública, Agronomia, Ciências, Ciências Biológicas, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Letras – Inglês, Letras – Português, Matemática, Medicina Veterinária e Pedagogia.
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO IFMA		PÚBLICA FEDERAL	1989	Ciências da Computação, Engenharia Elétrica e Física.
FACULDADE IMPERATRIZ FACIMP	DE	PRIVADA	2001	Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Direito, Marketing, Pedagogia, Sistema de Informação e Zootecnia.
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO IESMA/UNISULMA		PRIVADA	2004	Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social, Direito, Educação Física, Administração e Estética e Cosmética.
FACULDADES SANTA TERESINHA FEST		PRIVADA	2009	Direito, Teologia Pastoral, Ciências Econômicas e Pedagogia
UNIVERSIDADE DO CEUMA UNICEUMA	DO	PRIVADA	2012	Administração, Engenharia Civil, Enfermagem, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção
FACULDADE PITÁGORAS IMPERATRIZ	DE	PRIVADA	2014	Administração, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Gestão de Recursos Humanos e Serviço Social.

Quadro 2 - Cursos de graduação presencial nas IES de Imperatriz (MA)
Fonte: EMEC (2015).

Ao examinar como o desempenho relativo no mercado de trabalho de cada profissão afeta a escolha profissional dos futuros universitários, Bartalotti e Menezes-Filho (2007) relataram que fatores como renda, perspectiva de empregabilidade, taxa de retorno, *status* associado à carreira ou vocação fazem

¹² A.R. Ato Regulatório

parte do processo de decisão individual, e que a escolha da carreira deve proporcionar um fluxo maior, esperado, de utilidade dentre todas as opções.

Ainda segundo os autores, o *status* que uma carreira proporciona pode ser desejado por muitos ingressantes no curso superior, por exemplo “Graduados em Direito, Medicina e Engenharia gozam de certas vantagens associadas às prerrogativas de suas carreiras, contatos que elas proporcionam ou prestígio”. (BARTALOTTI; MENEZES-FILHO, 2007, p. 492).

Segundo Borges e Carnielle (2005), os alunos originários de famílias de classe média alta estão inseridos nos cursos de maior prestígio, que dão acesso às carreiras mais valorizadas socialmente, nas quais a renda média auferida é elevada (Medicina, Direito, Engenharia Civil, entre outros), enquanto os oriundos de família com baixo poder aquisitivo, em sua maioria, optam por cursos cuja relação candidato/vaga é menor.

Para Alvim e Menin (2012), outra discussão pode ser realizada em relação à prevalência da escolha dos jovens por cursos que resultarão em grande retorno financeiro, tais como Direito, Medicina e Engenharia. Transparece uma visão alienada e imatura de suas responsabilidades sociais sobre a carreira profissional, além disso, pode demonstrar que os fatores econômicos foram preponderantes na decisão.

Para Nogueira (2013, p.7), “(...) a análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores remete a um problema teórico mais amplo, aqui chamado de problema da orientação social da ação individual”.

O indivíduo pode escolher, a partir de seus gostos e preferências, de suas expectativas e projetos de vida, e de um conjunto mais ou menos claro de informações ou representações sobre o sistema universitário, os diversos cursos e o mercado de trabalho, ou escolher com base na sua trajetória passada e sua posição atual nas estruturas sociais.

O autor conclui que “(...) as pesquisas mostram que a opção por um determinado curso está relacionada ao perfil socioeconômico, à trajetória escolar, ao gênero, à idade e, em certos casos, à etnia dos candidatos” (NOGUEIRA, 2013, p.8).

A participação da família também é percebida no Gráfico 19, que aponta que 33% dos alunos que já realizaram sua escolha profissional dizem ter sofrido influência dos pais.

Essa influência é reconhecida em vários estudos, dentre eles o desenvolvido por Santos (2005, p. 63), que verificou as percepções dos adolescentes quanto à influência da família e de terceiros na escolha profissional, e concluiu que “(...) aparentemente, não importa o que o adolescente planeje, é na família que ele tende a buscar o primeiro apoio”.

Isso por que os pais, na maioria das vezes, vão fomentar os estudos no ensino superior podendo influenciar de maneira positiva ou negativa no processo de escolha do adolescente, uma vez que é na família que o adolescente encontra normalmente suporte emocional e financeiro para a realização do seu projeto (SANTOS, 2005).

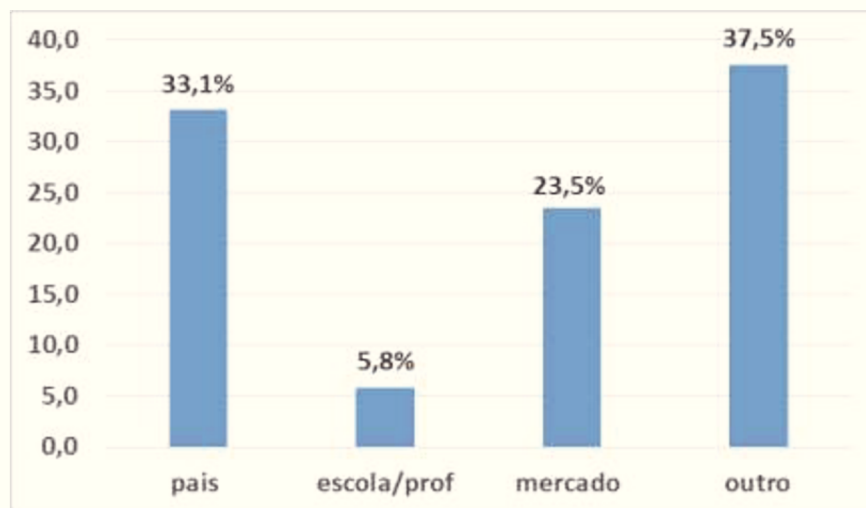


Gráfico 19 - Influência na escolha profissional (2015)

Um número expressivo de alunos, 37,5%, assinalou a opção ‘outro’ para responder sobre a influência sofrida na escolha profissional (Gráfico 20). Eles citaram a vocação, escolha pessoal, desejo, aptidão, paixão, identificação pessoal e missão de vida como influenciadores para a definição da profissão, o que pode demonstrar uma crescente maturidade e desenvolvimento da autonomia no processo de escolha profissional.

Para Soares (2002), “vocação no sentido de predestinação não existe. O autor ainda considera que a escolha ou direcionamento para o trabalho sofre influência de vários determinantes, como a história pessoal e as vivências.

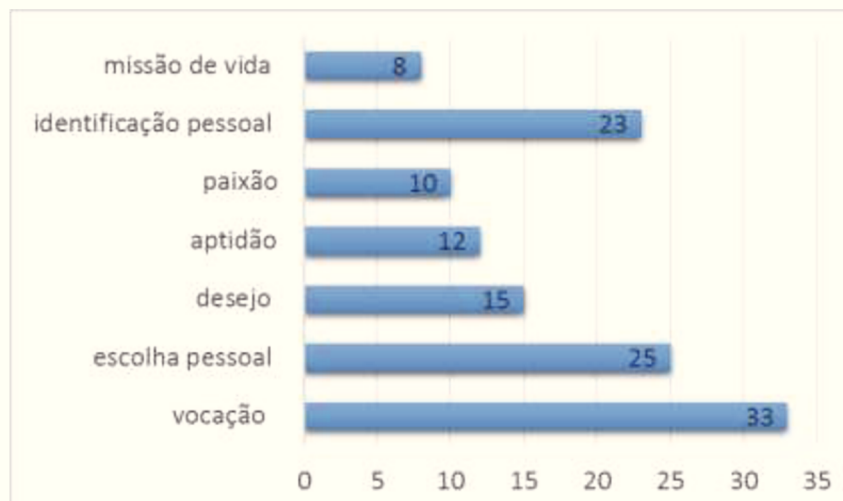


Gráfico 20 - Influência na escolha profissional – categoria outros em percentuais (2015)

Quando questionados sobre a escolha profissional, 43,8% responderam que farão a escolha em função da aprovação no Sistema de Seleção Unificada (SISU) a partir das notas alcançadas no ENEM, e outros 41,2% afirmam que será em função da profissão já escolhida (Gráfico 21).

Os dados demonstram que a possibilidade de acesso ao ensino superior pode influenciar quase metade dos alunos participantes da pesquisa.

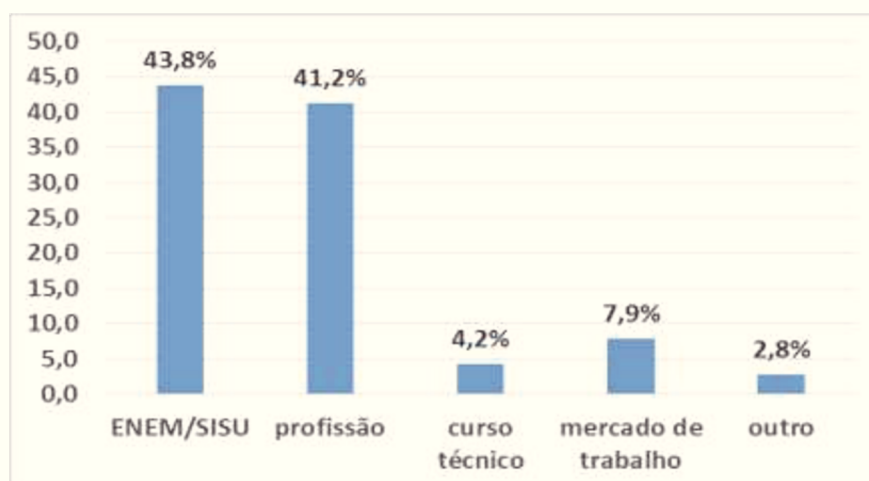


Gráfico 21 - Motivação para a escolha profissional (2015)

Atualmente o formato de acesso ao ensino público em universidades e institutos federais acontece por meio do Enem/Sisu. O Sisu é um programa do governo federal que teve sua primeira edição em 2010, e seleciona estudantes para instituições federais e estaduais de ensino superior duas vezes ao ano: no primeiro e no segundo semestres.

Para poder se candidatar no Sisu é imprescindível que o estudante tenha feito o Enem, pois é a partir da nota no exame que o candidato poderá pleitear uma vaga em uma instituição de ensino superior. As inscrições são feitas pelo *site* do Sisu e o estudante pode escolher, por ordem de preferência, até duas opções nas vagas ofertadas pelas instituições participantes do programa.

Durante o período de inscrição o estudante poderá alterar suas opções, se assim desejar. Será considerada válida a última inscrição realizada. No final do prazo de inscrição o Sisu selecionará os candidatos melhor classificados, em cada curso, por modalidade de concorrência, de acordo com as notas no Enem (BRASIL, 2015).

Nesse processo, a escolha da profissão pode ser determinada pela nota de corte em função da concorrência, fator que pode favorecer a escolha do curso superior em função das possibilidades de aprovação, diminuindo, dessa forma, a autonomia no processo de escolha profissional, e transferindo para o sistema essa difícil decisão.

Em estudo desenvolvido na UFMA, com jovens ingressantes no curso de Pedagogia, Halabe (2012) considerou a adoção do Sisu no Enem como desfavorável para o processo de escolha profissional e de identificação com a profissão a seguir. O Sisu tem favorecido o ingresso de alunos em cursos que não atendem suas necessidades subjetivas, por isso muitos abandonam o curso, por não se identificarem com a área de atuação profissional.

O autor considera deficitário o acesso ao ensino superior na UFMA pelo Sisu, visto que se baseia em inscrições oriundas da internet e trata a entrada na universidade como um jogo, contribuindo pouco para a real identificação com a seriedade do processo de escolha de uma profissão.

Halabe (2012) afirma, ainda, que “Esta forma de seleção abre espaço para o sujeito escolher em conformidade com seu desejo ou ser conduzido por uma pseudo-escolha por pressões do mundo do trabalho e seu meio social” (HALABE, 2012, p. 95).

O Enem, com a adoção de um Sistema de Seleção Unificada (SISU) cujo um dos objetivos é preenchimento das vagas da Universidade, acaba também sem levar em conta a identificação do indivíduo com o curso, julgado apenas de forma meritocrática pela constituição de um *ranking* com a pontuação final (HALABE, 2012).

O questionamento sobre o fato de a realização do curso superior em Imperatriz ser independente da escolha profissional foi realizado neste estudo com o intuito de verificar se existe uma influência da oferta e possibilidade de realização do curso superior na escolha profissional.

Pode-se verificar, no Gráfico 22, que aproximadamente 70% dos alunos negam a realização de um curso exclusivamente na cidade de Imperatriz em uma área que não seja a escolhida por eles.

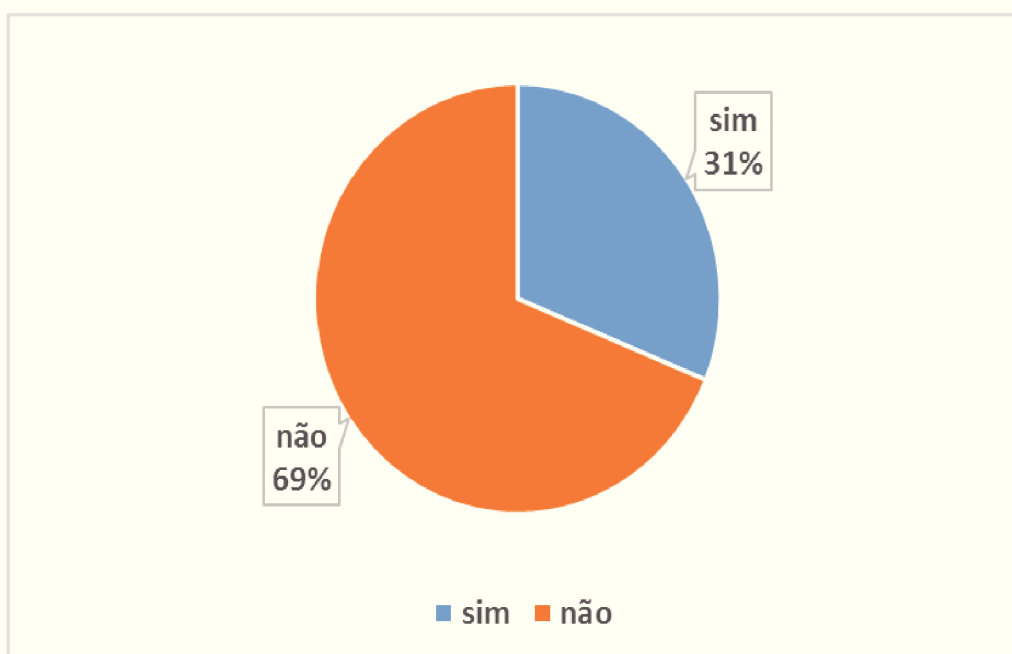


Gráfico 22 - Escolha profissional e local de realização do Ensino Superior (2015)

Na observação por escola verifica-se que somente 17% dos estudantes oriundos da escola privada e 50% dos pertencentes à escola pública afirmam que realizariam um curso em Imperatriz, mesmo não sendo a sua escolha profissional. Esse dado pode ser explicado pela relação socioeconômica, percebida pelo estudante na impossibilidade financeira de realizar os seus estudos em nível superior fora da cidade.

Quanto à pretensão de trabalhar na cidade de Imperatriz ou na Região Tocantina, a maioria dos jovens (76%) pretende atuar profissionalmente na região (Gráfico 23).

Quando analisados os dados por escola verifica-se que o percentual de alunos da escola privada que não pretendem trabalhar na cidade e na região Tocantina é quase o dobro (29,4%) daqueles com a mesma intenção na escola

pública (17%), fato que pode ser explicado por aspectos culturais, oportunidades, assim como pela diferença das condições econômicas entre os grupos de estudantes.

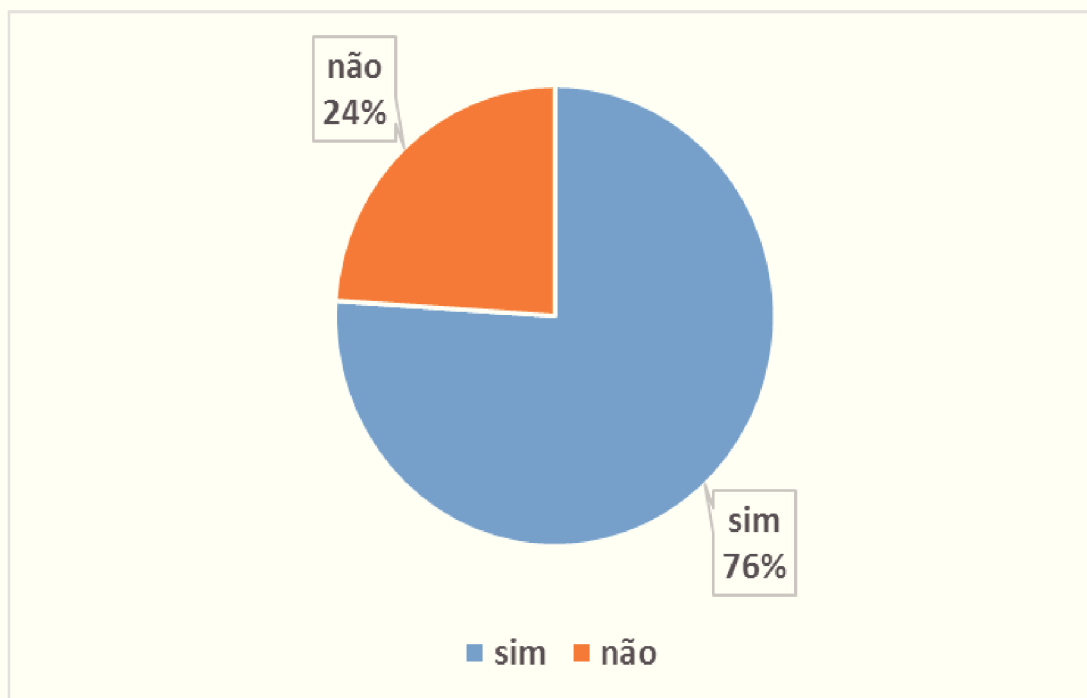


Gráfico 23 - Intenção de trabalhar na cidade de Imperatriz ou Região Tocantina (2015)

O desenvolvimento regional perpassa pela qualificação dos profissionais que atuam no mercado de trabalho local. Dessa forma, é importante que os estudantes desejem trabalhar na região Tocantina e, especialmente em Imperatriz, uma vez que eles podem ser a força motriz do desenvolvimento em médio e longo prazo.

Afirmam Viana e Lima (2010) que se deve investir em capital humano a partir do pressuposto de que o capital humano, dimensionado pelo nível de educação, influencia significativamente no desempenho regional.

Segundo Pereira (2013), Imperatriz apresentou um aumento demográfico com a instalação em 2008 e início das atividades em 2013 da unidade de Imperatriz da empresa Suzano Papel e Celulose, com a vinda de profissionais especializados que buscavam emprego na Região.

O aumento do fluxo populacional pode explicar o desejo de alguns estudantes de não atuarem na região Tocantina, uma vez que eles podem ter migrado para a cidade de Imperatriz em função da carreira e profissão dos pais e almejam retornar para a cidade de origem por questões familiares ou pessoais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da profissão como um fenômeno complexo, resultante da relação tensa e dinâmica entre o indivíduo e a sociedade, requer uma abordagem ampla das características pessoais e sociais. A prática da orientação profissional nas escolas demanda um tratamento processual integrado ao currículo escolar.

Diante do exposto, e a partir deste estudo, pode-se inicialmente verificar que o Ministério da Educação do Brasil, com a Lei LDB 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e dos Parâmetros Curriculares Nacionais; Orientações Normativas para o Funcionamento das Unidades Escolares do Sistema Estadual de Ensino, no ano letivo de 2015, e o Plano Decenal de Educação, de Imperatriz, destacam a importância de a escola preparar o jovem para o trabalho como um dos seus objetivos primários.

Essa preparação, de maneira superficial, pode ser apresentada pelos temas transversais ao currículo, de forma que sejam oportunizadas experiências concretas ao estudante, com atividades vinculadas ao trabalho humano das quais possa, posteriormente, fundamentar sua escolha profissional de modo autônomo e ativo.

Considera-se que a prática da orientação profissional na escola é defendida por muito teóricos, entretanto na legislação que regulamenta a educação nacional do estado do Maranhão e de Imperatriz não se observam diretrizes que favoreçam a implantação e a realização desse trabalho na educação básica, em especial no ensino médio.

Há um consenso quanto à importância da prática de orientação profissional na escola pelos gestores que participaram do estudo, entretanto a orientação profissional nas escolas de ensino médio de Imperatriz apresenta-se fragilizada pela ausência de sistematização e de planejamento para realização de atividades diversificadas e periódicas, que oportunizem aos jovens momentos de vivência e de reflexão sobre o mundo do trabalho.

Pode-se verificar, de forma geral, que os estudantes acreditam na importância da realização e participação das atividades promovidas pela escola para o processo de escolha profissional, e demonstram que estão em um processo de amadurecimento da escolha profissional ao relatarem que sofrem influência dos

pais, assim como do mercado de trabalho, e, principalmente, da sua própria vocação, sonhos e desejos pessoais.

Das dez escolas estudadas somente uma, da esfera privada, apresenta elementos estruturais de um programa de orientação profissional, que contempla estudantes com idade entre seis e 18 anos do ensino fundamental e médio.

O programa faz parte do currículo escolar desde 2012 como uma disciplina denominada Projeto de Vida, com carga horária anual de 40 horas. As aulas são ministradas por um professor da escola graduado em Filosofia.

O programa adotado é pautado nos princípios do autoconhecimento, educação financeira, escolha profissional, empreendedorismo, mercado de trabalho, informações sobre vestibular e processo seletivo.

Nas escolas públicas e privadas percebe-se a realização de ações isoladas e tímidas por grande parte dos gestores. Essas ações não são compreendidas integralmente pelos estudantes como um auxílio ao processo de escolha profissional e construção do projeto de vida.

Uma escola de qualidade na educação infantil e no ensino fundamental, para favorecer a alfabetização e pleno desenvolvimento da cidadania, e no ensino médio, para fomentar o desejo de continuar estudando, culminando com a escolha de uma profissão, pode contribuir para construção e uma sociedade melhor, solidária, digna, justa, e promover o desenvolvimento da Região.

Uma educação que favoreça a aprendizagem ao longo da vida, a ampliação das liberdades e a preparação do estudante para a vida, inclusive profissional, se faz necessária para todos os estudantes, sejam eles de escolas públicas ou privadas.

A ausência, em muitas escolas, de estudos e debates com os estudantes sobre a formação técnica e o mercado de trabalho na região Tocantina reflete o distanciamento com a realidade local nas atividades desenvolvidas para fins de orientação profissional. Acredita-se, entretanto, que o desejo dos estudantes de exercerem sua profissão na cidade de Imperatriz ou na região Tocantina poderá favorecer a promoção do desenvolvimento regional.

Ainda há que ressaltar as possibilidades de estudos futuros na direção da análise da formação dos professores e de profissionais que atuam como orientadores profissionais no ensino médio, além da elaboração de políticas públicas com diretrizes nacionais que incentivem e norteiem o trabalho de orientação

profissional dos gestores e dos profissionais que atuam nas escolas no ensino médio.

No aspecto familiar são escassos os estudos que analisam a atenção oferecida pelos pais para o suporte do filho no momento de escolha, e faltam pesquisas com objetivo de verificar as ações das instituições de ensino superior de suporte ao aluno iniciante no campo da orientação profissional e da gestão de carreira.

REFERÊNCIAS

ABEP - **Critério padrão de classificação econômica Brasil 2015**. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 12.jun. 2015.

ABOP. **O orientador profissional**. Disponível em: <http://abopbrasil.org.br/o-orientador-profissional/>. Acesso em: 28. set. 2013.

AGUIAR, F. H. R.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Orientação vocacional como tema transversal. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 12, nº 10, p. 107-117, jan./jun. 2011.

ALVIM, J. L.; MENIN, M. S. de S. Papel da escola na orientação profissional: uma análise contemporânea da dimensão teórica e prática na cidade de Presidente Prudente - Sp. **Nuances: estudos sobre Educação**. São Paulo: Unesp, v. 23, nº 24, p. 237-240, set./dez. 2012.

BARTALOTTI, O; MENEZES-FILHO, N. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 487-505, outubro-dezembro, 2007.

BOCK, A.M., et al. **A Escolha Profissional em Questão**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BOCK, S. D. **Orientação profissional: a abordagem sociohistórica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGES, J. L. G.; CARNIELLE, B. L. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 113-139, jan./abr. 2005.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013a**. PNUD, IPEA. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso: 27 nov. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013b.

_____. IBGE. **Cidades@: Dados sobre os municípios Brasileiros 2013c**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo escolar**. 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 03 de março de 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) das escolas do Enem 2013d**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Sisu 2015**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/como-funciona>. Acesso em: 03 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: MEC, 2008.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2013.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2013.

_____. Ministério da Educação. SETEC. Observatório do mundo do trabalho e da EPT. **Projeto de Estudo/Pesquisa para a Inserção dos Institutos Federais no Desenvolvimento Regional/Local**. Goiânia, set, 2009. Disponível em: <<http://ifg.edu.br/observatorio>>. Acesso em: 07, ago, 2014.

_____. Senado Federal. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm>. Acesso em: 27 out. 2014.

_____. Senado Federal. **Medida provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2164-41.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

BUENO, C. C. O. **Grupo de orientação profissional para jovens: uma proposta fenomenológica**. 2009. Dissertação (Mestrado em psicologia como profissão e ciência) – Pós-graduação em psicologia do centro de ciências da vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.

CIRILO, J. A. (2009). **Projeto de Lei nº 6068/2009**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” para acrescentar-lhe o § 6º do art. 26 dispondendo sobre orientação profissional dos alunos de ensino médio. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2013.

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2011 Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC: Florianópolis.

COUTINHO, M. C. Subjetividade e trabalho. In: Dulce Helena Penna Soares Lucchiarri (org). **Pensando e vivendo a orientação profissional**. São Paulo: Summus editorial, 1993.

CRITES, J. O. **Psicologia vocacional**. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós, 1974.

DELORS, J. (Coord.). **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da comissão internacional para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1988.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
DIAS, M. S. de L.; SOARES, D. H. P. A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, nº 2, p. 272-283. 2012.

DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Conhecimento, Inovação e desenvolvimento regional/local. In: Clélio Campolina Diniz; Marco Crocco (Org) **Economia regional e Urbana**: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

DRUCKER, P. F. **A profissão de administrador**. Editora Pioneira, São Paulo, 1998.

EURYDICE. **O Sistema Educativo em Portugal 2005/06**. Portugal. 2009. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/portugal/educ_portugal_eurydice.pdf. Acesso em 17/12/2013.

EDUCAÇÃO ADVENTISTA. **APSE**. Disponível em: <http://centenario.educacaoadventista.org.br/1/geral/402/apse.html>. Acesso: 10, mar, 2015.

EMEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 02, dez 2015.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FOLMER-JOHNSON, M. C. **Projeto de vida e trabalho**: a orientação profissional na perspectiva de orientadores. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

HALABE, D. J. E. **A escolha profissional do ENEM**: entre o ideal e as imposições do real. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís.

GONÇALVES, C. M.; COIMBRA, J. L. O papel dos pais na construção de trajetórias vocacionais dos seus filhos. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto, v.8, n.1, p.1-17, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/pdf/rbop/v8n1/v8n1a02.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

IMPERATRIZ, **Perfil Imperatriz Maranhão**: socioeconômico, história, geografia, demografia, gestão empresarial. Imperatriz: ACII, 2011.

IMPERATRIZ. **A Cidade**: História e Dados Geográficos de Imperatriz. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/cidade/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2013.

IMPERATRIZ. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Decenal de Educação do Município de Imperatriz – MA 2014-2023**. Disponível em: <http://www.imperatriz.ma.gov.br/> Acesso em: 10 out. 2015.

JENSCHKE, B. A cooperação internacional: Desafios e necessidades da orientação e do aconselhamento em face das mudanças mundiais no trabalho e na sociedade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo: v. 4, nº1-2, p. 35-55. 2003.

LASSANCE, M. C. P, et al. Competências do orientador profissional: uma proposta brasileira com vistas à formação e certificação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo: v. 8, nº 1, p. 87-94. jun. 2007.

LAMAS, K. C. A.; PEREIRA, S. M.; BARBOSA, A. J. G. Orientação Profissional na escola: uma pesquisa com intervenção. **Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora: UFJF, v.2, nº 1, p. 60-68, jan.-jun. 2008.

LEMOS, M. B. Desenvolvimento Econômico e a Regionalização do Território. In: Clélio Campolina Diniz; Marco Crocco (Org). **Economia regional e Urbana**: Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

LISBOA, M. D. O Papel do Orientador Profissional: orientando para as novas relações de trabalho. **Revista ABOP**. São Paulo: USP, v.2, nº2, p. 55-63.1998. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rabop/v2n2/v2n2a05.pdf>>. Acesso em 01. out. 2013.

_____ A formação de orientadores profissionais: um compromisso social multiplicador. In: LISBOA, M. D; SOARES, D. H. P. **Orientação profissional em ação**: formação e prática de orientadores. São Paulo: Summus editorial, 2000.

LOPES, A. C. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2008.

MALHEIROS, R. de C. da C.; FERLA, L. A.; CUNHA, C. J. C. de A. **Viagem ao Mundo do Empreendedorismo**. 2. Ed. Florianópolis: IEA – Instituto de Estudos Avançados. 2005.

MARANHÃO. Secretaria do Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br>>. Acesso em: 15. jan. 2014.

MARANHÃO. Secretaria do Estado de Educação. **Orientações normativas para o funcionamento escolar: Ano letivo 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br>>. Acesso em: 12. out. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO-SILVA, L. L.; NOCE, M. A.; ANDRADE, P. P. Interesses em adolescentes que procuram orientação profissional. **Psicologia**. São Paulo: USP, v.4, nº2, dez. 2003.

MELO-SILVA, L. L., LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P. Um estudo preliminar sobre práticas em orientação profissional. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v.4 n.1-2, dez. 2003.

_____. Histórico da Associação Brasileira de Orientação Profissional e da Revista Brasileira de Orientação Profissional. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 8 nº 2, dez. 2007.

MELO-SILVA, L. L.; LASSANCE, M. C. P.; SOARES, D. H. P. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v.5, n.1, jun. 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro. (Org.). **PROEJA: Formação técnica integrada ao ensino médio**. Rio de Janeiro: MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro, 2006, v. 16, Acesso em: 05. Jan. 2014.

MOUTA, A.; NASCIMENTO, I. Os (novos) interlocutores no desenvolvimento vocacional de jovens: Uma experiência de consultoria a professores. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 9, nº 1, p. 87-101. 2008.

NEIVA, K. M. C. et al. Um Estudo sobre a Maturidade para a Escolha Profissional de Alunos do Ensino Médio. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 6, nº 1, p. 1-14. 2005.

NEIVA, K. M. C. Maturidade para a Escolha Profissional: Uma Comparação entre Alunos do Ensino Médio. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 4, nº 1-2, p. 97-103. 2003.

_____. **Processos de escolha e orientação profissional**. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2013.

NOGUEIRA, C. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores.

Estudos de Sociologia, 2, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

NORONHA, A. P. P.; AMBIEL, R. A. M. Orientação profissional e vocacional: análise da produção científica. **Psicologia**. São Paulo: Universidade de São Francisco, v. 11, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2006.

NORONHA, A. P. P. et al. Análise de Teses e Dissertações em Orientação Profissional. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 7, nº 2, p. 1-10. 2006.

OLIVEIRA, C. T.; DIAS, A. C. G. Percepções parentais sobre sua participação no desenvolvimento profissional dos filhos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.14, nº1, p. 61-72. 2013.

OPEE. **Metodologia OPEE**. Disponível em: <http://www.opee2.com.br/Institucional>. Acesso em: 03, mar, 2015.

PASQUALINE, J. C.; GARBULHO, N. F.; SCHUT, T. Orientação profissional com crianças: Uma contribuição à educação infantil. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 5, nº 1, p. 71-85. 2004.

PASTORE, J. **Crises Econômicas e Flexibilidade no Trabalho**: Os casos da Alemanha e do Brasil. Werner Eichhorst e Paul Marx - Instituto de estudos do Trabalho de Bonn: Universidade de São Paulo, 2011.

PEREIRA, F. S. R. **Mercado imobiliário em média cidades**: um estudo da formação, crescimento e influência do mercado de imóveis em Imperatriz – MA. Belém, 2013. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade da Amazônia - UNAMA.

QUEIROZ, C. T. A. P.; MOITA, F. M. G. da S. C. **Fundamentos sociofilosóficos da educação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

RIBEIRO, M. A. Demandas em Orientação Profissional: Um Estudo Exploratório em Escolas Públicas. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 4, nº 1-2, p. 141-151. 2003.

RIBEIRO, M. A.; MELO-SILVA, L. L. (Orgs.). **Compêndio de Orientação Profissional e de Carreira**: enfoques teóricos contemporâneos e modelos de intervenção. v. 2, 1. ed. São Paulo: Vetor, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANCHES, E. (Org.) **Enciclopédia de Imperatriz**: 150 anos. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**, v.12, nº 33, 1998. Pp.151.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. DRd – **Desenvolvimento Regional em debate**. Ano 2, nº1, jul. 2012.

SANTOS, L. M. M. dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005.

SÃO LUÍS. **Lei Complementar Estadual do Maranhão nº 89, de 17 de novembro de 2005**. Dispões sobre a criação da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, e dá outras providências. São Luís, 17 de novembro de 2005.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo: Autores Associados, 1987.

SCHAFASCHEK, M. B. **O programa de educação superior para o desenvolvimento regional/SC - PROESDE** – análise sobre sua contribuição para o desenvolvimento regional. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau – FURB: BLUMENAU.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

SILVA, C. R. E. Orientação profissional, Mentoring, coaching, counseling: Algumas similaridades e práticas. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 11, nº 2, p. 199. 309. 2010.

SILVA, E. P. da; OLIVEIRA, E. A. de A. Q.; ARAUJO, E. A. S. de. **O conceito de desenvolvimento econômico regional**: uma revisão teórica. In: The 4th International Congress on University-Industry Cooperation. Taubaté, SP, Brasil, December 5th through 7th, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf417.pdf>. Acesso em: 03. Ago. 2014.

SILVA, J. O. C. da. **Amartya Sen**, Desenvolvimento como Liberdade.75f. Tese (Doutorado em Economia). Faculdade do Porto, Lisboa. Disponível em: <http://www.fep.up.pt>. Acesso em: 5 de ago, 2014.

SILVA, L. P. L. de O. **A Legislação Educacional**: estabelecendo diferenças entre a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus nº. 5.692/71 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIMEP. Piracicaba, SP, 2007.

SOARES, D. H. P. A formação do Orientador Profissional: o estado da arte no Brasil. **Revista ABOP**. São Paulo: USP, v.3, n.1, p. 7-21. 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rabop/v3n1/v3n1a02.pdf>>. Acesso em: 01.Out. 2013.

_____. As diferentes abordagens em Orientação Profissional. In: LISBOA, M. D; SOARES, D. H. P. **Orientação profissional em ação: formação e prática de orientadores**. São Paulo: Summus editorial, 2000.

_____. **A escolha profissional do jovem ao adulto**. 2. ed. São Paulo: Summus editorial, 2002.

SOUSA, J. de M. **A cidade na região e a região na cidade** - a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na Região Tocantina. Editora Ética, Imperatriz, 2009.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista brasileira de orientação profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 4, nº 1-2, p. 1-11. 2003.

SPARTA, M.; BARDAGI, M. P; TEIXEIRA, M. A. P. Modelos e instrumentos de avaliação em orientação profissional: perspectiva histórica e situação no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 7, n 2, p. 19-32. 2006.

SPARTA, M.; GOMES, W. B. Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Ribeirão Preto: Vetor editora, v. 6, no 2, p. 45-53. 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. 2009. Tese (Doutoramento em Ciências). Programa de pós-graduação em história econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**. Taubaté: Unitau. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago. 2012.

YOSHIDA, E. B. **Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho BPC TRABALHO**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br>. Acesso em: 3 de janeiro de 2014.

APÊNDICE A – Questionário alunos



Prezado(a) aluno(a) desenvolvo minha dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU (Taubaté – SP), e estou fazendo uma pesquisa. Preciso de sua atenção para preencher este questionário. Com este questionário pretendo verificar ações e concepções do processo de Orientação Profissional na escola.

Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados.

Questionário da pesquisa Orientação profissional no sistema educacional de Imperatriz – MA para alunos

1- Gênero: () masculino () feminino 2- Ano de nascimento: _____

2- Escola: () Pública estadual () Pública federal () Privada

3- Profissão da mãe (Figura materna): _____

4- Profissão do pai (Figura paterna): _____

5- Ao concluir o Ensino Médio pretende:

() Trabalhar imediatamente () Fazer Ensino Superior () Fazer curso Técnico

() Outro _____

6- Seus pais conversaram com você sobre o processo de escolha profissional?

() Sim () Não

7- Considera importante e necessário receber informações sobre a escolha profissional na escola? () Sim () Não

8- Participou de atividades de Orientação Profissional na escola? () Sim () Não

Caso sim, responda: 8.1 Quais atividades:

() Palestras com profissionais de cada área

() Material informativo sobre profissões

() Feira de profissões

Dinâmica de grupos para discussão sobre a escolha profissional.

Trabalho realizado por psicólogo

Visitas a locais

Outro _____

8.2 Com qual frequência? Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente

Bimestralmente Semestralmente anualmente

8.3 Qual(is) profissional(is) desenvolveram atividades de Orientação Profissional na escola? _____

8.4 Nas atividades de Orientação Profissional, além dos cursos superiores, os cursos técnicos foram apresentados? Sim Não

8.5 Nas atividades de Orientação Profissional o tema mercado de trabalho na região Tocantina foi trabalhado? Sim Não

8.6 As atividades realizadas na escola ajudaram a definir a sua futura profissão?

Sim Não

9- Já fiz minha escolha profissional?

Sim Não

Caso sim, cite qual?: _____

E responda:

9.1 A minha escolha foi influenciada por:

Meus pais Escola/Professores Mercado de trabalho

Outro _____

10 - Farei a minha escolha profissional em função:

da minha aprovação no ensino superior (vestibular/ENEM-SISU).

da profissão que escolhi.

do curso técnico que realizo ou realizei.

das oportunidades no mercado de trabalho.

() outro _____

11- Prefere fazer um curso superior em Imperatriz, mesmo que não seja na área da profissão desejada? () Sim () Não

12- Pretende trabalhar na cidade de Imperatriz ou na região Tocantina?

() Sim () Não

Agora serão feitas algumas perguntas sobre itens do domicílio para efeito de classificação econômica. Todos os itens de eletroeletrônicos citados devem estar funcionando, incluindo os que estão guardados. Caso não estejam funcionando, considere apenas se tiver intenção de consertar ou repor nos próximos seis meses.

16- No seu domicílio tem:

(Assinale um X na quantidade de itens presentes no seu domicílio)

<u>Itens de conforto</u>	Não Possui	Quantidade que possui			
		1	2	3	4 ou +
Automóveis de passeio exclusivamente para uso particular					
Empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana					
Máquina de lavar roupa, excluindo tanquinho					
Banheiro					
DVD, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD e desconsiderando DVD de automóvel					
Freezer independente ou parte da geladeira duplex					
Microcomputador, considerando computador de mesa, <i>laptops</i> , <i>notebooks</i> e <i>netbooks</i> e desconsiderando <i>tablets</i> , <i>palms</i> ou <i>smartphones</i>					
Lavadora de louças					
Micro-ondas					
Motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional					
Secadora de roupas, considerando lava e seca					

Assinale um X na forma de origem da água no seu domicílio:

A água utilizada neste domicílio é proveniente de:	
Rede geral de distribuição	
Poço ou nascente	
Outro meio	

Assinale um X na forma no tipo de pavimentação da rua do seu domicílio:

Considerando o trecho da rua do seu domicílio, você diria que a rua é:	
Asfaltada/Pavimentada	
Terra/Cascalho	

17. Qual é o grau de instrução do chefe da família? Considere como chefe da família a pessoa que contribui com a maior parte da renda do domicílio.

Assinale um X na forma no nível de escolaridade da pessoa que contribui com a maior parte da renda:

Escolaridade da pessoas de referência	
Analfabeto/Fundamental I incompleto	
Fundamental I completo/ Fundamental II incompleto	
Fundamental II completo/ Médio incompleto	
Médio completo/Superior incompleto	
Superior completo	

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES



Prezado(a) gestor, desenvolvo minha dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – UNITAU (Taubaté – SP), e estou fazendo uma pesquisa. Necessito de sua atenção para preencher este questionário. Com este questionário pretendo verificar ações e concepções do processo de Orientação Profissional na Escola.

Desde já agradeço a colaboração e garanto o sigilo dos dados.

Questionário da pesquisa Orientação profissional no sistema educacional de Imperatriz (MA) para Gestores.

1- Nome: _____ Gênero: _____

2- Ano de nascimento: _____

3- Assinale seu nível de escolaridade atual:

-Ensino superior: () completo() incompleto

-Pós-graduação/Especialização: () completa () incompleta

-Mestrado: () completo () incompleto

-Doutorado: () completo () incompleto

4-Há quanto tempo exerce o cargo de gestor nessa escola? _____

5- Qual a categoria da escola? () Pública federal () Pública Estadual () Privada

6- Qual o ano de fundação da escola? _____

7- Quais cursos são oferecidos pela escola em 2015:

() Educação Infantil - Nº total de alunos: _____

() Ensino Fundamental - Nº total de alunos: _____

() Ensino Médio - Nº total de alunos: _____

() Ensino Técnico - Nº total de alunos: _____

() Outro _____

8. Você considera importante para a escolha profissional do aluno a realização de programas de Orientação Profissional na escola? () Não () Sim

9. Os docentes e coordenadores da escola recebem informações sobre o processo de escolha profissional, vestibular, ENEM/SISU e preparação para o trabalho?

() Não () Sim

Caso a resposta seja sim, responda:

De que forma? () em formações/congressos/cursos () pelo MEC () pela Secretaria de Educação do Estado () Outro _____

10. A escola possui psicólogo?

() Não () Sim - Qual a carga-horária semanal de trabalho? _____

11. A escola realiza algum trabalho de Orientação Profissional para os alunos?

() Não () Sim

Em caso negativo, por que você acha que isso não acontece? _____

Em caso positivo, responda as questões a seguir sobre a Orientação Profissional!

11.1 Em qual(is) série(s): _____

11.2 Qual(is) profissional(is) desenvolvem atividades de Orientação Profissional nessa escola? _____

11.3A escola adota algum material sobre orientação profissional?

() Não () Sim - Qual(is)? _____

11.6.1 Quem utiliza o material? () Alunos () Professores () Ambos

11.4 Quais instrumentos que a escola oferece para auxiliar o aluno a fazer uma escolha profissional?

() Palestras com profissionais de cada área

() Material informativo sobre profissões

() Feira de profissões

Grupos de discussão entre os alunos para que eles discutam sobre assuntos referentes a escolha profissional.

Trabalho realizado por psicólogo

Palestras para os pais

Outras Qual? _____

11.5 Com que frequência a escola realiza as atividades voltadas à orientação profissional?

11.5.1 Palestras com profissionais da área de interesse dos alunos:

Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimestralmente

Semestralmente anualmente Não realiza

11.5.2 Material informativo sobre as profissões:

Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimestralmente

Semestralmente anualmente Não realiza

11.5.3 Feira de Profissões:

Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimestralmente

Semestralmente anualmente Não realiza

11.5.4 Atividades em grupos com alunos para que estes possam expressar seus conflitos e dúvidas frente a sua escolha.

Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimestralmente

Semestralmente anualmente Não realiza

11.5.5 Palestras para os pais sobre a influência da família no processo de escolha profissional:

Semanalmente Quinzenalmente Mensalmente Bimestralmente

Semestralmente anualmente Não realiza

11.6 Nas atividades de Orientação Profissional as ocupações de nível técnico são apresentadas aos alunos?

Não Sim

Em caso negativo, por que você acha que isso não acontece? _____

11.7 Nas atividades de Orientação Profissional o tema Potencial de Desenvolvimento Regional é trabalhado?

Não Sim

Em caso negativo, por que você acha que isso não acontece?_____

11.8 Os profissionais da escola recebem informações e repassam aos alunos sobre o mercado de trabalho na região Tocantina?

Não Sim

Em caso negativo, por que você acha que isso não acontece?_____

APÊNDICE C – DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS SOCIOECONÔMICOS DOS ALUNOS (INEP, 2014)

Nível I (muito-baixo) - Até 30: Este é o menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indica que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, uma geladeira, um telefone celular, até dois quartos na casa e um banheiro; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e os pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou cursando.

Nível II (baixo) - (30;40): Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos na casa e um banheiro; bem complementar, como videocassete ou DVD; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e os pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou estão cursando.

Nível III (médio-baixo) - (40;50): Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um telefone celular, dois quartos na casa e um banheiro; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à internet; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1 e 1,5 salários mínimos; e o pai e a mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando.

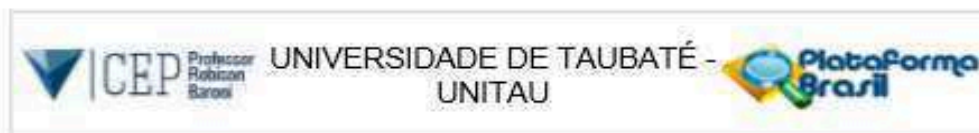
Nível IV (médio) - (50;60): Já neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como um rádio, uma geladeira, dois telefones celulares, até dois quartos na casa e um banheiro e, agora, duas ou mais televisões em cores; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à internet; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos e um carro; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1,5 e 2 ou entre 2 e 5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando.

Nível V (médio-alto) - (60;70): Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo maior de bens elementares como três quartos e dois banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos, um carro, além de uma TV por assinatura e um aspirador de pó; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal é maior, pois está entre 5 e 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino médio.

Nível VI (alto) - (70;80): Neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares como três quartos e três banheiros; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; bens suplementares, como freezer, telefones fixos, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar está acima de sete salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

Nível VII (muito alto) - Acima de 80: Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e três ou mais televisões em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e acesso à internet; maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e TV por assinatura; contratam, também, empregada mensalista ou diarista até 2 vezes por semana; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 7 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e/ou podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.

ANEXO – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA EDUCACIONAL DE IMPERATRIZ - MA.

Pesquisador: FABIANA REIS RIBEIRO CAMPOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 42559715.2.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 985.430

Data da Relatoria: 13/03/2015

Apresentação do Projeto:

o estudo pretende traçar um panorama da Orientação Profissional no sistema educacional de Imperatriz - MA. O estudo sobre a Orientação Profissional nas escolas de Ensino Médio de Imperatriz é importante, pois o processo de escolha profissional é um dos grandes e primeiros desafios da vida dos adultos jovens. É um aspecto importante na implementação de estratégias de aprendizagem ao longo da vida, bem como políticas que visem estimular a empregabilidade ativa, contribuindo nessa perspectiva para o desenvolvimento regional. O método aplicado nesse estudo será da pesquisa documental e campo, do tipo levantamento, exploratória, por meio da análise documental e aplicação de questionário com alunos e gestores de escolas de nível médio de Imperatriz - MA. Será realizado a análise estatística com apoio de software específico e apresentados os resultados na forma de textos, gráficos e tabelas.

Objetivo da Pesquisa:

Traçar um panorama da Orientação Profissional em escolas de ensino médio da cidade de Imperatriz – MA.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada avaliação de riscos e benefícios.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATÉ
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep@unitau.br



UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ -
UNITAU



Continuação do Parecer: 255.430

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados adequadamente.

Recomendações:

Ao término da pesquisa inserir na Plataforma Brasil o relatório final, em atenção as normas operacionais da Resolução 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 13/03/2015, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

TAUBATÉ, 13 de Março de 2015

Assinado por:
Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATÉ

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cepunitau@unitau.br